



Universidade Federal
de Campina Grande

PROFSOCIO

**CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO PROFISSIONAL DE SOCIOLOGIA EM REDE NACIONAL**

MARICÉLIO JANUÁRIO DA SILVA

**A COMUNIDADE CAMPONESA NEGRA NO SÍTIO ROÇA VELHA
DE CAMALAUÍ – PB: A QUESTÃO AGRÁRIA E O ENSINO DE
SOCIOLOGIA**

**SUMÉ - PB
2021**

MARICÉLIO JANUÁRIO DA SILVA

**A COMUNIDADE CAMPONESA NEGRA NO SÍTIO ROÇA VELHA
DE CAMALAÚ – PB: A QUESTÃO AGRÁRIA E O ENSINO DE
SOCIOLOGIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO ministrado no Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de Concentração: Ensino de Sociologia.

Orientador: Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.

**SUMÉ - PB
2021**



S586c Silva, Maricélio Januário da.
A comunidade camponesa negra no Sítio Roça Velha de
Camalaú - PB : a questão agrária e o ensino de
Sociologia. / Maricélio Januário da Silva. - 2021.

154 f.

Orientador: Professor Dr. Faustino Teatino
Cavalcante Neto.

Dissertação - Curso de Mestrado em Sociologia em
Rede Nacional - PROFSOCIO; Centro de Desenvolvimento
Sustentável do Semiárido; Universidade Federal de
Campina Grande.

1. Ensino de Sociologia - Ensino Médio. 2.
Campesinato negro. 3. Sítio Roça Velha - Camalaú - PB.
4. Questão agrária. 5. Materialismo histórico
dialético. 6. Escravidão na Paraíba. 7. Camalaú - PB -
Campesinato negro. I. Cavalcante Neto, Faustino
Teatino. II. Título.

CDU: 316.343.37(043.3)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

MARICÉLIO JANUÁRIO DA SILVA

**A COMUNIDADE CAMPONESA NEGRA NO SÍTIO ROÇA VELHA
DE CAMALAUÍ – PB: A QUESTÃO AGRÁRIA E O ENSINO DE
SOCIOLOGIA**

**Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Sociologia em Rede
Nacional – PROFSOCIO ministrado no
Centro de Desenvolvimento Sustentável
do Semiárido da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em
Sociologia.**

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto
Orientador – UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Isaac Alexandre da Silva
Examinador I - UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Professora Dra. Carolina Figueiredo de Sá
Examinadora II – UAEDUC/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em 30 de junho de 2021

SUMÉ – PB

Dedico o presente trabalho à todos os homens, mulheres e crianças, arrancados de sua terra natal – a África, foram trazidos ao Brasil. Em terras brasileiras, na condição de escravizados, conseguiram perpetuar as suas origens e descendência, através da luta pela liberdade.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir mais uma etapa na vida acadêmica, faz-se necessário agradecer às muitas pessoas e instituições envolvidas, pois, sem as mesmas, o trabalho final do curso não alcançaria o êxito esperado.

Agradeço ao meu orientador, professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto, que esteve sempre presente, apontando caminhos, sugerindo, indicando literaturas, enfim, sem sua participação, a construção da dissertação não alcançaria um resultado satisfatório. Registro a importância de sua contribuição na minha formação intelectual. Muito obrigado, por todos os ensinamentos e aprendizados ao longo desses dois anos de curso de mestrado.

À minha esposa Nadieje Aparecida Raposo Januário (confidente de longas datas) e as minhas filhas Maria Mirelle Raposo Januário e Ana Marcelle Raposo Januário, que sempre se fizeram presentes em todos os momentos do curso, me apoiando e incentivando. Nas incertezas e angústias, ou ainda, nas intermináveis noites de estudos, era o meu refúgio com palavras de ânimo e renovo.

Obrigado aos meus familiares! Meus pais Alfredo Januário da Silva (in memoriam) e a minha mãe Creusa Campos da Silva, que com muito trabalho conseguiram criar cinco filhos. Eles me proporcionaram, o que a vida não lhes permitiu: estudar. Por isso, à eles, a minha eterna gratidão! Aos demais familiares, meu carinho, respeito e admiração! Em todos os momentos vivenciados, sejam alegres ou não, continuamos sendo uma família. Hoje, somos a continuação dos que nos antecederam. No futuro, seremos a lembrança das marcas que deixamos nos corações daqueles que amamos.

Aos professores do PROFSOCIO/CDSA, minha gratidão! Todos foram importantes e necessários para o meu aprendizado. No trabalho final de curso está presente a essência de seus ensinamentos. Estendo os agradecimentos à todos os funcionários, que diariamente, com a força do seu trabalho, fazem com que o CDSA possa funcionar plenamente.

Às instituições e entidades civis da cidade de Camalaú-PB, nas quais fiz pesquisas ou de alguma maneira contribuíram para a conclusão do presente trabalho: Gestão e professores da Escola Cidadã Integral Técnica Pedro Bezerra Filho, Secretaria Municipal de Educação, Cartório do Registro Civil e a Associação dos Remanescentes Quilombolas do sítio Roça Velha. Da cidade de Monteiro, agradeço à direção do Cartório Jaime Bezerra de Menezes e aos membros da Secretaria da Paróquia de Nossa Senhora das Dores. Ao padre João Jorge das Paróquias Nossa Senhora da Conceição e São Bento, na cidade de Cabaceiras-PB, obrigado!

RESUMO

Ao fazermos um estudo sobre a comunidade camponesa negra do sítio Roça Velha, município de Camalaú-PB, enfatizando a questão agrária e o Ensino de Sociologia esperamos ter contribuído para uma análise aprofundada da posse e uso das terras ao longo dos anos e, como resultado da presente pesquisa, colaborarmos com a educação vivenciada, principalmente, no Componente Curricular de Sociologia. Para tanto, foi realizada vasta pesquisa documental acerca da presença de escravizados no município e região pesquisados, indicando a relevância da população negra para a formação do campesinato pobre da região; investigou-se acerca da formação do latifúndio no município de Camalaú desde a colonização do Brasil até os dias atuais, evidenciando a continuidade do predomínio do controle territorial, econômico e político de determinadas famílias em detrimento da maioria de posseiros e pequenos proprietários rurais, incluindo a família descendente dos negros escravizados da comunidade investigada. Buscou-se saber, se nas aulas de Sociologia as temáticas questão agrária e campesinato negro são trabalhadas, indagando o contato que os jovens da comunidade negra de Roça Velha têm com os estudos sociológicos na Escola Estadual Cidadã Integral de Ensino Médio Pedro Bezerra Filho, do município de Camalaú. Realizou-se análise documental acerca do Ensino de Sociologia em escola de Ensino Médio, a partir de documentos das políticas educacionais atuais, PPP da escola e Planos de Ensino do professor. Na realização do presente trabalho, utilizamos o Materialismo Histórico Dialético, como abordagem teórico-metodológica que busca explicações coerentes para compreensão dos fenômenos naturais, sociais e do pensamento. Nas considerações finais, colocamos o resultado do nosso trabalho, indicando que, nas aulas de Sociologia não existe uma discussão sobre as questões agrárias e campesinato negro.

Palavras Chave: Campesinato Negro em Camalaú. Ensino de Sociologia. Questão agrária.

ABSTRACT

By carrying out a study on the black peasant community of the Roça Velha farm, municipality of Camalaú-PB, emphasizing the agrarian issue and the Teaching of Sociology, we hope to have contributed to a thorough analysis of land ownership and use over the years and, as a result of this research, we collaborate with the education experienced, mainly, in the Curricular Component of Sociology. Therefore, extensive documentary research was carried out on the presence of enslaved people in the city and region surveyed, indicating the relevance of the black population for the formation of the poor peasantry in the region; the formation of the latifundium in the municipality of Camalaú from the colonization of Brazil to the present day was investigated, showing the continued predominance of territorial, economic and political control of certain families to the detriment of the majority of squatters and small rural landowners, including the family descended from enslaved blacks in the investigated community. We sought to find out if the themes of agrarian question and black peasantry are addressed in sociology classes, investigating the contact that young people from the black community of Roça Velha have with sociological studies at the Pedro Bezerra Filho State School Integral of High School, from municipality of Camalaú. A documental analysis was carried out on the Teaching of Sociology in High Schools, based on documents of current educational policies, the school's PPP and the teacher's Teaching Plans. In carrying out this work, we used Dialectical Historical Materialism as a theoretical-methodological approach that seeks coherent explanations for understanding natural, social and thought phenomena. In the final considerations, we put the result of our work, indicating that, in sociology classes, there is no discussion about agrarian issues and black peasantry.

Keywords: Black Peasantry in Camalaú. Teaching of Sociology. Agrarian question.

RESUMEN

Al realizar un estudio sobre la comunidad campesina negra de la finca Roça Velha, municipio de Camalaú-PB, enfatizando el tema agrario y la Enseñanza de la Sociología, esperamos haber contribuido a un análisis profundo de la tenencia y uso de la tierra a lo largo de los años y , como resultado de esta investigación, colaboramos con la formación experimentada, principalmente, en el Componente Curricular de Sociología. Por ello, se realizó una extensa investigación documental sobre la presencia de esclavos en la ciudad y región encuestada, indicando la relevancia de la población negra para la formación del campesinado pobre de la región; Se investigó la formación del latifundio en el municipio de Camalaú desde la colonización de Brasil hasta la actualidad, mostrando el continuo predominio del control territorial, económico y político de ciertas familias en detrimento de la mayoría de los ocupantes ilegales y pequeños propietarios rurales, entre ellos la familia descende de negros esclavizados en la comunidad investigada. Se buscó averiguar si los temas de la cuestión agraria y el campesinado negro se abordan en las clases de sociología, investigando el contacto que los jóvenes de la comunidad negra de Roça Velha tienen con los estudios sociológicos en la Escuela Estatal Integral de Bachillerato Pedro Bezerra Filho, de municipio de Camalaú. Se realizó un análisis documental sobre la Enseñanza de la Sociología en el Bachillerato, a partir de documentos de las políticas educativas vigentes, el PPP de la escuela y los Planes Docentes del docente. Para la realización de este trabajo utilizamos el Materialismo Histórico Dialéctico como un enfoque teórico-metodológico que busca explicaciones coherentes para la comprensión de los fenómenos naturales, sociales y de pensamiento. En las consideraciones finales, ponemos el resultado de nuestro trabajo, indicando que, en las clases de sociología, no hay discusión sobre temas agrarios y campesinado negro.

Palabras clave: Campesino negro en Camalaú. Docencia de Sociología. Cuestión agraria.

LISTA DE QUADROS

01 – Quantidade de Sesmarias Concedidas na Paraíba (Séculos XVI-XIX).....	41
02 – Quantificação dos planteis dos escravizados em São João do Cariri de 1783-1843.....	48
03 – População livre e escrava na freguesia de Nossa Senhora dos Milagres de 1850-1872.....	48
04 – Compra e venda de escravizados registrados no cartório da cidade de Monteiro-PB, -1863-1868.....	51
05 – Proprietários de terras e escravizados no Cariri e em Alagoa Nova de 1783 à 1843.....	54
06 – Escravizados batizados na fazenda Ipoeiras correspondente ao atual município de Camalaú-PB (1777-1799).....	57
07 – Escravizados batizados na fazenda Ipoeiras correspondente ao atual município de Camalaú-PB (1852-1862).....	59
08 – Crismas de escravizados no território correspondente ao atual município de Camalaú-PB (1778-1816).....	59
09 – Relação de escravizados de Manoel Fernandes da Silva e Izabel Maria das Neves – 1816.....	60
10 – Batismos de escravizados de Manoel Ferreira da Costa.....	61
11 – Escravizados batizados na fazenda Carrapateira correspondente ao atual município de camalaú-PB (1863).....	63
12 – Óbitos de escravizados de Manoel Bizerra Cavalcante.....	64
13 – Batismos de escravizados de Antônio da Costa Figueiredo.....	65
14 – Óbitos de escravizados de Antônio da Costa Figueiredo.....	66
15 – Relação de escravizados de Antônio da Costa Figueiredo (1867).....	68
16 – Escravizados de Antônio da Costa Figueiredo que ficaram em posse de alguns herdeiros e não constava, inicialmente, na relação de bens do inventário. (1867).....	69
17 – Estabelecimentos rurais e respectivos proprietários – Censo Agropecuário de 1920.....	80
18 – Estabelecimentos rurais e respectivos proprietários – Censo Agropecuário de 1920 e Sistema de Cadastro Rural de 2020.....	82

19 – Filhos de Francisco Chaves Ventura que foram prefeitos.....	84
20 – Prefeito, Vice-prefeito e Vereadores (Família Chaves) de Camalaú no período de 1962 à 2000.....	85
21 – Prefeito, Vice-prefeito e Vereadores (Família Chaves) de Camalaú no período de 2001 à 2020.....	86
22 – As dez maiores propriedades rurais de Camalaú-PB	92
23 – Assentamentos de Camalaú-PB.....	93
24 – Tipos de propriedades segundo o módulo fiscal no município de Camalaú-PB.....	95
25 – Distribuição do número de imóveis rurais por área para o município de Camalaú-PB....	95
26 – Condição dos Produtores Rurais em relação às terras do município de Camalaú-PB (1970-2017).....	99
27 – Atividades produtivas das fazendas de Camalaú entre os séculos XIX e XX	100
28 – Área cultivada e produção de algodão (kg) no município de Monteiro nos anos de 1911, 1916 e 1921.....	101
29 – Produção de algodão no município de Camaaú-PB.....	102
30 – Produção das principais culturas permanentes do município de Camalaú-PB (1970-1985).....	103
31 – População total rural/urbana do município de Camalaú-PB.....	104
32 – Taxa de crescimento da população rural por Microrregiões da Paraíba (1980-1996)....	105
33 – Distribuição das terras de Roça Velha.....	113
34 – Declarantes como proprietários das terras do sítio Roça Velha.....	115
35 – Perfil da Comunidade Rural de Roça Velha.....	126
36 – Perfil dos alunos da ECIT Pedro Bezerra Filho – Ano 2019.....	132
37 – Habilitação do professor, área de atuação e situação funcional.....	133
38 – Área de atuação e quantidade de professores.....	134
39 – Habilitação dos professores da EJA, área de atuação e situação funcional.....	135
40 – Programas Educativos adotados pela escola e objetivos.....	136

LISTA DE IMAGENS

01 – Distribuição das Nações Indígenas e suas tribos no território Paraibano.....	39
02 – Localização da Missão dos Cariris de Fora no século XVII ou Aldeia de Cornóio, atual município de Boqueirão.....	43
03 – Sesmaria da Família Oliveira Ledo ao longo do Rio Paraíba.....	44
04 – Divisão Administrativa da Paraíba no início do século XIX.....	46
05 – Divisão do Cariri Paraibano.....	47
06 – Localização do município de Camalaú-PB.....	55
07 – Frente da casa, antiga sede da fazenda Ipoeiras, construída na segunda metade do século XVIII.....	63
08 – Antigo cemitério de Pindurão. Registros de sepultamentos de escravos a partir do ano de 1856.....	68
09 – Exterior da capela no sítio Roça Velha, construída pela família do escravizado Avelino Bezerra Leite.....	71
10 – Interior da capela no sítio Roça Velha, construída pela família do escravizado Avelino Bezerra Leite.....	72
11 – Imagem de madeira do santo André Avelino, presente de Domingos Ferreira de Brito para o escravizado Avelino Bezerra Leite.....	73
12 – Terras próximas ao leito do rio da Serra, onde existia a casa sede da fazenda Roça Velha e morou o escravizado Avelino Bezerra Leite.....	74
13 – Diagrama de parentesco do Escravizado Avelino Bezerra Leite e suas três esposas	76
14 – Diagrama de parentesco do primeiro filho do Escravizado Avelino Bezerra Leite e sua esposa Maria da Conceição.....	77
15 – Diagrama de parentesco do segundo filho do Escravizado Avelino Bezerra Leite e sua esposa Maria da Conceição.....	77
16 – Diagrama de parentesco do terceiro filho do Escravizado Avelino Bezerra Leite e sua esposa Maria da Conceição.....	78
17 – José Inácio da Silva.....	90
18 – Foto de satélite do sítio Roça Velha.....	111
19 – Divisão das propriedades do sítio Roça Velha de acordo com o Cadastro Ambiental Rural – CAR.....	117
20 - 5ª Gerência Regional de Educação do Estado da Paraíba – área de atuação.....	130

LISTA DE MAPAS

01 – Possível caminho percorrido por Antonio de Oliveira Ledo para chegar a Boqueirão.....	42
02 – Mesorregiões do Estado da Paraíba.....	46
03 – Localização das principais fazendas do município de Camalaú.....	56
04 – Assentamentos município de Camalaú-PB.....	94

LISTA DE SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CDSA – Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido

CNE – Conselho Nacional de Educação

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

ECIT – Escola Cidadã Integral Técnica

ELSP – Escola Livre de Sociologia de São Paulo

E-SUS – Sistema Único de Saúde

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA – Instituto Agroeconômico de Pernambuco

PA – Projeto de Assentamento

PC – Plano de Curso

PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNRA – Programa Nacional de Reforma Agrária

PPP – Projeto Político Pedagógico

SNCR – Serviço Nacional de Crédito Rural

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
2 AFRICANOS ESCRAVIZADOS NO BRASIL, NA PARAÍBA E EM CAMALAÚ.....	25
2.1 A CHEGADA DOS NEGROS NO BRASIL.....	25
2.2 A PRESENÇA DOS POVOS ORIGINÁRIOS E AFRICANOS NA PARAÍBA E NO CARIRI PARAIBANO.....	37
2.3 OS NEGROS NA HISTÓRIA DE CAMALAÚ: PRESENÇA NA FAZENDA ROÇA VELHA.....	55
3 A QUESTÃO AGRÁRIA E O CAMPESINATO NEGRO EM CAMALAÚ: O CASO DA FAZENDA ROÇA VELHA.....	79
3.1 AS MAIORES FAZENDAS DO ATUAL TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE CAMALAÚ.....	79
3.2 A QUESTÃO AGRÁRIA EM CAMALAÚ: A FAZENDA ROÇA VELHA E AS SUAS TERRAS DOS NEGROS.....	107
4 O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO MUNICÍPIO DE CAMALAÚ.....	119
4.1 O ENSINO DE SOCIOLOGIA COMO ESPAÇO DE CRÍTICA DA VIDA SOCIAL.....	119
4.2 O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL TÉCNICA DE ENSINO MÉDIO PEDRO BEZERRA FILHO.....	128
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
REFERÊNCIAS.....	148

1 INTRODUÇÃO

Diante da necessidade de contribuímos para o fortalecimento do ensino de Sociologia, especialmente no Ensino Médio, nasce um estudo sobre a comunidade camponesa¹ negra de Roça Velha, município de Camalaú-PB, fazendo uma análise da posse e uso das terras ao longo dos anos e, como resultado da presente pesquisa, colaborarmos com a educação vivenciada, principalmente no Componente Curricular de Sociologia.

Na segunda metade do século XIX, merece destaque, a trajetória do escravizado² Avelino Bezerra Leite, casado três vezes, sendo que, do último relacionamento, com Maria da Conceição, nasceram cinco filhos. O escravizado pertencia ao senhor Domingos Ferreira de Brito, fazendeiro estabelecido no sítio Roça Velha.³ Dois livros que narram a história de Camalaú, registram um pouco da história do citado escravizado que, conforme apontam as pesquisas, com o fim da escravidão, recebeu do seu antigo dono uma pequena quantidade de terras, onde se estabeleceu com a sua família.

Seus descendentes continuaram morando nas mesmas terras, sendo que, das localidades analisadas no município de Camalaú-PB, foi a única que registra um forte campesinato negro. Porém, não são os únicos donos da propriedade. A maior parte das terras está concentrada nas mãos de poucas famílias que detêm o controle de quase toda propriedade. Muitos familiares dos escravizados se tornaram moradores⁴ dos proprietários ou donos de pequenas parcelas, insuficientes para viverem com dignidade, sendo essa uma situação

¹ Para Marx, o campesinato é formado de pequenos camponeses que tem uma mesma condição de vida. Produzem a maior parte do que consomem, sendo quase autossuficientes. Cf. Marx, 2011. Em Sodré, os camponeses pressionados pelo latifúndio, através das relações capitalistas, estão sujeitos à condições semifeudais. Fazendo parte da estrutura social brasileira, surge a partir da desintegração do escravismo. Na sua composição estão: parceiros, arrendatários, médios e pequenos proprietários de terras. Acrescente-se à estes, os posseiros e vaqueiros. Cf. Sodré, 1962.

² Para Harkot-De-La-Taille & Santos (2012), existe uma diferença entre escravo e escravizado. Escravo reduz o ser humano à mera condição de mercadoria, como um ser que não decide e não tem consciência sobre os rumos de sua própria vida, ou seja, age passivamente e em estado de submissão. Escravizado, denuncia o processo de violência subjacente à perda da identidade, trazendo à tona um conteúdo de caráter histórico e social atinente à luta pelo poder de pessoas sobre pessoas, além de marcar a arbitrariedade e o abuso da força dos opressores.

³ O primeiro livro escrito foi *Centenário de Camalaú – 1895-1995 (Cem anos ao redor do seu padroeiro São José)*, de autoria de João Jorge Rietveld e Maricélio Januário da Silva (1996), e o segundo é *Rio do Camará (a epopeia de (mais) um século)*, de Antonio Mariano Sobrinho (1996).

⁴ Braga Neto (2017) diz que os moradores são trabalhadores que não possuem terras, e, na maioria das vezes, casa, e que, por isto, obrigam-se a morar e trabalhar em terras alheias, em troca de áreas para o cultivo da subsistência.

caracterizada como semifeudal⁵. Para continuar na mesma localidade dos antepassados que foram escravizados, os familiares resistiram com muita coragem, pois, além da pouca terra disponível, outras grandes dificuldades faziam parte do cotidiano, entre as quais podemos citar: as estiagens prolongadas (as grandes secas que atingiriam essa região)⁶, os surtos epidêmicos causados por doenças contagiosas (como cólera que matou milhares de pessoas)⁷, e a falta de apoio governamental. Entretanto, a maior resistência foi o simples fato de ser negro, ter pouca ou nenhuma terra, em uma sociedade que precisa saber respeitar e valorizar a história desse povo. Conforme a realidade ora explicitada, faz-se necessário estudarmos com maior profundidade a história dos remanescentes quilombolas da comunidade camponesa negra de Roça Velha, procurando nos embasarmos nos escritos de diversos teóricos para melhor compreendermos a atual realidade, transformando o resultado do trabalho em uma significativa contribuição ao ensino de Sociologia no Ensino Médio que, certamente, irá produzir resultados que beneficiarão, de forma singular, não apenas a comunidade escolar, mas toda a sociedade que será favorecida com os novos saberes.

Portanto, o presente trabalho pretende trazer uma contribuição ao ensino de Sociologia através de uma pesquisa na comunidade camponesa negra de Roça Velha de Camalaú-PB, com ênfase para a *questão agrária*⁸ e a formação de um campesinato negro.

Nessas terras, onde outrora fora escravizado, Avelino Bezerra Leite e sua esposa Maria da Conceição constituíram família, criando-a no mesmo espaço agrário. Sendo os seus descendentes os atuais moradores na centenária comunidade. Na contemporaneidade, as terras da antiga fazenda, onde morou o escravizado, pertencem a quarenta e um proprietários, conforme dados dispostos no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, sendo que, a maior parte delas está concentrada em apenas seis pessoas. Enquanto isso, a grande maioria dos moradores, quase todos descendentes do casal Avelino Bezerra Leite e sua esposa Maria

⁵ Semifeudal porque não resolveu o problema da terra onde no Brasil, a despeito de seu imenso território, a contradição principal ocorre entre o latifúndio e os camponeses sem-terra ou com pouca terra, principalmente no Nordeste e na Amazônia. Cf. Correia, 2009, p. 27.

⁶ Antônio Callado (1959) foi o primeiro a utilizar o conceito de *Indústria da Seca*, através da qual os políticos oportunistas se aproveitam das problemáticas ocasionadas pelas secas prolongadas, obtendo vantagens políticas.

⁷ Na Paraíba, no século XIX, aconteceram surtos epidêmicos sucessivos, sendo o mais severo, entre eles, o cólera-morbus, ocorrido nos anos de 1855/1856, repetido com menor mortandade em 1861/1862. Lima, (2008).

⁸ Conforme Martins (1997), o surgimento da *questão agrária* acontece quando a propriedade da terra passa a viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra, garantindo a exploração da força de trabalho e a acumulação.

da Conceição, é possuidora de minifúndios, o que representa uma pequena parcela das terras. Assim sendo, a pequena quantidade de terras nas quais atualmente o povo negro mora e trabalha é insuficiente para desenvolver as atividades básicas da agricultura familiar, que é a plantação de culturas adaptadas à região, a exemplo de milho e feijão, bem como a criação de pequenos animais caprinos, ovinos e suínos, como também, os domésticos, tais como galinhas, perus e patos.

Os moradores do sítio Roça Velha, descendentes do ex-escravizado Avelino Bezerra Leite, organizados em Associação, conseguiram a certificação de remanescente de quilombo, através da Fundação Palmares, conforme atesta a Portaria nº 84, de 26 de março de 2021, assinada pelo presidente da citada Fundação, Sérgio Nascimento de Camargo.

Diante de tal realidade, é justificável um trabalho de pesquisa junto à comunidade, embasado em estudos de diversos autores para tentarmos compreender a atual situação dos descendentes do escravizado Avelino Bezerra Leite e sua esposa Maria da Conceição e os principais motivos pelos quais, ao longo dos anos, o acesso às terras que, no passado, pertenceram ao referenciado escravizado, foi dificultado ou tornado insuficiente para sobreviverem com um mínimo de qualidade de vida. Trazendo, a partir dos resultados desse estudo da realidade social dos moradores do sítio Roça Velha (de modo particular, da questão agrária envolvendo os descendentes do citado escravizado) e suas consequências, uma contribuição para o ensino de Sociologia.

Perante as circunstâncias que se descortinam, buscamos um aprofundamento do conhecimento sobre o povo negro que viveu em séculos anteriores nesta região do Cariri paraibano, devendo ser um trabalho de investigação para identificar e explicar os fatos da vida social de outrora e da realidade vivenciada atualmente no cotidiano. As influências que permanecem contemporâneas nas mais diversificadas esferas, sejam nas expressões culturais, religiosas ou sociais.

O processo de educação em nosso país deve contar, recontar e discutir a história do negro para encontrar os meios necessários para uma reparação histórica deste povo que está presente na formação da nação brasileira. Com sua rica e diversificada cultura, manteve-se à margem social, sendo um enorme grupo de homens e mulheres que, ao longo de sua existência, sofreram os piores dissabores, carregando o que de mais cruel produziu a

sociedade nesses séculos que se seguiram ao processo de colonização do Brasil até os dias atuais, quando continuaram sendo explorados, oprimidos e marginalizados, sobrevivendo com condições ínfimas de dignidade. As relações sociais devem ocorrer com igualdade de condições entre os negros e os demais grupos estabelecidos na sociedade. Os avanços ocorridos no sentido de valorização ou resgate deste grupo social ainda são mínimos e precisam ser encarados como um projeto de nação. Não se pode continuar indiferente a situação do negro em nosso país. Faz-se necessário uma reparação histórica. Sobre isso vejamos:

É um tipo de reparação histórica e tem a ver com um projeto de nação, um projeto nacional de educação que reconheça ‘as diferentes culturas constitutivas da nação brasileira, as relações que mantêm entre si grupos étnicos/raciais e integrantes seus, assim como outras relações sociais’. (GONÇALVES; SILVA, 2003, p. 388 apud CASTRO; RIBEIRO, 2008, p. 412).

Mesmo com as imensas adversidades, os africanos que foram trazidos a força para o Brasil conseguiram se perpetuar na memória popular por meio da cultura oral, também chamada de tradição viva, a exemplo dos muitos costumes e práticas herdadas do povo negro, pois, em sua maioria, estava nestas terras com uma “única sina”: trabalhar como escravizado nos mais diferentes serviços.

Embora os antigos africanos das mais diversas etnias que foram trazidos para o Brasil não mais existam, o universo cultural que veio com eles permaneceu como memória. A comunicação das chamadas “culturas orais” ou “tradição viva” mantém um processo interdinâmico, pessoal, integral tão importante quanto a tradição escrita. (MACHADO, 2006, p. 84).

Enquanto docente, é preciso que, dentro das salas de aulas, estejamos atentos para lidarmos com situações que podem ser percebidas facilmente. O professor necessita entender as questões étnico-raciais devido ao seu valor, aprofundando sempre que possível o tema. A atual sociedade, muitas vezes, não compreende a atuação de grupos étnicos que surgiram a partir de uma realidade de opressão, escravização, discriminação e a histórica luta pela liberdade, dignidade e conquistas de espaço no meio em que vivem. Existe um campo vasto

que precisa ser estudado e explorado no sentido de resgatar a história do povo negro em nosso país.

A *questão agrária* e o *campesinato negro* da comunidade camponesa de Roça Velha de Camalaú-PB, descendente de escravizados, pode contribuir para o ensino de Sociologia? É se propondo a responder a esse questionamento que utilizaremos as ferramentas didáticas necessárias no processo de ensinar, aprender, dialogar, discutir e investigar da Sociologia enquanto componente curricular.

Desta forma, este trabalho tem por objetivo geral compreender a formação da comunidade camponesa negra de Roça Velha de Camalaú-PB, com foco na *questão agrária* e *campesinato negro* propondo trazer uma contribuição para o ensino de Sociologia. De forma específica, pretendemos: pesquisar a presença dos africanos escravizados nas grandes propriedades rurais de Camalaú, especificamente na fazenda Roça Velha; analisar como se dá a *questão agrária* no município de Camalaú, especificamente na fazenda Roça Velha; e investigar o contato que os jovens da comunidade negra Roça Velha têm com os estudos sociológicos na escola de Ensino Médio do município que tratam sobre a *questão agrária* e o *campesinato negro* de Camalaú.

Na realização do presente trabalho, utilizamos como abordagem teórico-metodológica, o Materialismo Histórico Dialético, que busca explicações coerentes para compreensão dos fenômenos naturais, sociais e do pensamento. De acordo com Trivinos (1987):

O materialismo dialético é a base filosófica do marxismo e como tal realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento. Por um lado, o materialismo dialético tem uma longa tradição na filosofia materialista e, por outro, que é também antiga concepção na evolução das ideias, baseia-se numa interpretação dialética do mundo. (TRIVINOS, 1987, p. 51)

Trivinos (1987) destaca que, talvez, uma das ideias mais originais do materialismo dialético seja a de haver ressaltado, na teoria do conhecimento, a importância da prática social como critério de verdade. Define conceitos essenciais para entendimento de seu campo de atuação, conforme a seguir:

O materialismo histórico define outra série de conceitos fundamentais para compreender suas cabais dimensões, como: sociedade, formações sócio-econômicas, estrutura social, organização política da sociedade, vida espiritual, a cultura, concepção do homem, a personalidade, progresso social, etc. (TRIVINOS, 1987, p. 52).

O autor sugere, dentro do materialismo dialético, uma sequência para desenvolvimento da pesquisa. Vejamos:

1.º) Existe um procedimento geral que orienta o conhecimento do objeto que, em síntese, pode assim ser esboçado:

a) A "contemplação viva" do fenômeno (sensações, percepções, representações). É a etapa inicial do estudo. Nela se estabelece a singularidade da "coisa", de que esta existe, que é diferente de outros fenômenos. Realizam-se as primeiras reuniões de materiais, de informações, fundamentalmente através de observações e análises de documentos (dispositivos legais, diretrizes, dados estatísticos etc.). Identificam-se as principais características do objeto. Delimita-se o fenômeno.

b) Análise do fenômeno, isto é, a penetração na dimensão abstrata do mesmo. Observam-se os elementos ou partes que o integram. Estabelecem-se as relações sócio-históricas do fenômeno. Elaboram-se juízos, raciocínios, conceitos sobre o objeto. Aprecia-se sua situação no tempo e no espaço.

c) A realidade concreta do fenômeno. Isto significa estabelecer os aspectos essenciais do fenômeno, seu fundamento, sua realidade e possibilidades, seu conteúdo e sua forma, o que nele é singular e geral, o necessário e o contingente etc. Para atingir a realidade concreta do fenômeno, realiza-se um estudo das informações, observações, experimentos etc. (IDEM, 1987, p. 73-74)

Para Tsetung (1999), versando sobre materialismo dialético, é importante verificar como ocorre os fenômenos e como se dá o movimento e as relações com outros da mesma natureza, conforme colocado a seguir:

A concepção materialista-dialética entende que, no estudo do desenvolvimento de um fenômeno, deve-se partir de seu conteúdo interno, das suas relações com os outros fenômenos, quer dizer, deve-se considerar o desenvolvimento dos fenômenos como sendo o seu movimento próprio, necessário, interno, encontrando-se, aliás, cada fenômeno no seu movimento, em ligação e interação com os fenômenos que o rodeiam. (TSE TUNG, 1999, p. 41).

De acordo com Marx, apud Malagodi (1993), entende que na investigação a apropriação do material é fundamental, pois existe a necessidade de análise para entender como se processou o seu desenvolvimento, encontrando os fatores de ligação interna. Assim, o autor se pronuncia:

A investigação (ou pesquisa) tem que se apropriar do material em detalhe, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e detectar o seu liame interno. Somente após a conclusão deste trabalho é que se pode passar para a exposição do movimento real-efetivo. (MARX, Apud MALAGODI, 1993, p. 56).

Diante da explicação teórica, de entendimento dos fenômenos sociais e naturais, a partir do pensamento do materialismo histórico dialético, será possível explicar como a comunidade camponesa negra do sítio Roça Velha de Camalaú, descendente do escravizado Avelino Bezerra Leite e sua esposa Maria da Conceição, conseguiu chegar aos dias atuais, preservando traços agrários vivenciados por tantos que os antecederam. É com esse ideal, de recontar a trajetória histórica desse povo, que propomos observar, investigar e trazer uma contribuição ao ensino de sociologia a partir da história desses atores sociais, muitas vezes adormecida no tempo e esquecida no presente.

Estudar um fenômeno econômico e social utilizando-se de escritos de alguns teóricos como apoio para o trabalho, com certeza, dará uma qualidade considerável à pesquisa. Será de grande valia explorar um tema próximo da realidade dos alunos, pois, alguns deles são descendentes do ex-escravizado Avelino Bezerra Leite do sítio Roça Velha de Camalaú.

Diversos procedimentos de pesquisa e saberes científicos foram utilizados para se alcançar os objetivos propostos, tais como: análise documental, visita aos descendentes quilombolas do sítio Roça Velha de Camalaú para ouvirmos as histórias que os mesmos conhecem sobre os antepassados; entrevistas as pessoas mais idosas da comunidade quem carregam uma tradição oral que não deve ser desprezada; consultas bibliográficas em livros que contam a história local e regional e que discorre sobre escravizados; pesquisas nos livros de cartórios e das igrejas católicas de Camalaú e das cidades vizinhas, onde existiu a expectativa de encontrar documentos que venham a agregar novos elementos à pesquisa. Fez-se necessário a realização de trabalho de campo, reuniões, seminários, enfim, uma série de ações para tornar realidade a presente ideia. Um pensamento teórico que embasa essas ações é o de Marconi e Lakatos (2003, p. 183), ao definirem que fontes primárias caracterizam-se da

pesquisa documental, cuja fonte de coleta de dados se resume a documentos (escritos ou não) e fontes secundárias a coleta de dados que está restrita a documentos escritos ou não e que acompanha uma característica bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183).

Nesse sentido, a pesquisa foi realizada com a utilização das fontes primárias e secundárias. Entre as diversas fontes de pesquisa, merece destaque os livros de registros existentes no Cartório do Fórum de São João do Cariri e, ainda, os livros de registros de batismos, crismas, casamentos e óbitos da Paróquia Nossa Senhora dos Milagres, da mesma cidade, como também, o material disponível nos livros do Cartório do Registro Civil de Camalaú. Acrescentem-se os resultados de censos populacional e demográfico do período pesquisado e dissertações de mestrado que abordam semelhante temática. Foram analisados legislações e documentos referentes ao Ensino de Sociologia, entre as quais, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBN, Base Nacional Comum Curricular – BNCC, Diretrizes Curriculares e as Orientações Curriculares do Ensino de Sociologia. Na Escola Cidadã Integral de Camalaú - ECIT, que oferta o Ensino Médio, foram analisados também o Projeto Político Pedagógico - PPP e o Plano de Curso da disciplina de Sociologia.

A dissertação está estruturada em três capítulos, nos quais haveremos de expor as ideias que se materializaram através do trabalho realizado, trazendo à Academia e ao público o resultado do presente trabalho.

No primeiro capítulo, relatamos de acordo com diversos estudiosos, como aconteceu a chegada do negro em território brasileiro, iniciada com o processo de captura no continente africano, as viagens em navios, fazendo o percurso desde a África até chegar ao Brasil, descrevendo como se dava a venda dos mesmos nos mercados aos comerciantes e o processo de transportá-los para as diversas localidades pelos seus novos proprietários e a resistência dos mesmos através dos quilombos. Estudamos a presença dos negros na Paraíba e no Cariri paraibano, pesquisando a presença dos africanos escravizados nas grandes propriedades rurais

de Camalaú para entendermos a formação de um campesinato negro naquele município, especificamente na fazenda Roça Velha. Contamos a história do escravizado Avelino Bezerra Leite, que viveu e morou na fazenda Roça Velha, formando uma família com numerosos descendentes.

No segundo capítulo trata da questão agrária no Cariri paraibano, ou seja, como foi se dando o processo de ocupação territorial dessa microrregião pelos portugueses (sesmarias) e o consequente massacre dos povos originários. Aborda sobre a importância da terra para os descendentes dos escravizados, conceituando imóvel e módulo rural para compreensão do espaço de terra ocupado pelos proprietários e posseiros, identificando a disparidade em relação à quantidade de terras concentrada em poucos proprietários, em detrimento da grande maioria com o acesso limitado, sendo possuidores de parcelas mínimas de terras para trabalharem e sobreviverem.

No terceiro capítulo investigamos o contato que os jovens da comunidade negra de Roça Velha têm nas escolas do município com os estudos sociológicos que tratam sobre a questão agrária e o campesinato negro de Camalaú, através do PPP da escola e planos de ensino do professor, especificamente, na Escola Cidadã Integral Técnica Pedro Bezerra Filho para compreender como se processa a questão agrária com o ensino de Sociologia.

Nas considerações finais colocamos o resultado do que foi realizado, desde as primeiras experiências ao término do trabalho, bem como as dificuldades superadas, as expectativas que se transformaram em ações e o que foi possível atingir nas pesquisas e estudos efetivados.

A presente pesquisa faz parte da linha de Educação, Escola e Sociedade do Mestrado Profissional em Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO). Temos a expectativa que o nosso trabalho possa contribuir para a temática que estuda essas três vertentes específicas: povos negros (escravizados), questão agrária (no Brasil) e ensino de Sociologia (no Ensino Médio).

2 AFRICANOS ESCRAVIZADOS NO BRASIL, NA PARAÍBA E EM CAMALAU

O objetivo desse capítulo é relatar como aconteceu a chegada do negro em território brasileiro, capturado no continente africano, as viagens da África ao Brasil, descrevendo como se dava a venda dos mesmos nos mercados, o processo de transportá-los para as diversas localidades e a resistência através dos quilombos. Estudamos a presença dos negros na Paraíba e no Cariri paraibano, pesquisando sobre os escravizados nas grandes propriedades rurais de Camalaú para entendermos a formação de um campesinato negro naquele município, especificamente na fazenda Roça Velha. Contaremos a história do escravizado Avelino Bezerra Leite, que viveu e morou na fazenda Roça Velha, formando uma numerosa família.

2.1 A CHEGADA DOS NEGROS AO BRASIL

Antes de falarmos sobre a vida dos negros em terras brasileiras, faz-se necessário contar como ocorreu o processo de retirada desse povo do continente africano em direção ao Brasil, ou melhor, como aconteceu, a diáspora africana.⁹ De acordo com Fausto (1996, p. 40),

(...) ao percorrer a costa africana no século XV, os portugueses haviam começado o tráfico de africanos, facilitado pelo contato com sociedades que, em sua maioria, já conheciam o valor mercantil do escravo. Nas últimas décadas do século XVI, não só o comércio negreiro estava razoavelmente montado como vinha demonstrando sua lucratividade. Os colonizadores tinham conhecimento das habilidades dos negros, sobretudo por sua rentável utilização na atividade açucareira das ilhas do Atlântico. Muitos escravos provinham de culturas em que trabalhos com ferro e a criação de gado eram usuais. Sua capacidade produtiva era assim bem superior à do indígena.

⁹ De acordo com Tavares (2008), o conceito diáspora passou a ser utilizado por religiosos, ativistas e intelectuais ligados às tradições africanas e à luta antirracista. Assim, também como os judeus, os descendentes de africanos espalharam-se pelo mundo. Contudo, a marcante diferença encontra-se no fato de que estes o fizeram, sobretudo, de modo compulsório e como resultado da escravidão.

Nesse período, entre os séculos XV e XVI, a Europa vivenciava o capitalismo comercial, amplamente difundido nas colônias da América (incluindo, o Brasil), África e Ásia em busca de riquezas e mercadorias. A quantidade de terras exploradas expandia-se de forma significativa, o que propiciava novas relações, envolvendo a ampliação do comércio e, conseqüentemente, do lucro. Desta forma, diante do promissor comércio, Albuquerque e Filho (2006), apontam os números dos negros que foram transportados para as Américas, enfatizando os que ficaram em portos do Brasil, não incluindo os que não sobreviveram à violência praticada no processo de captura e compra em território africano. Diz eles que:

Os números não são precisos, mas estima-se que, entre o século XVI e meados do século XIX, mais de 11 milhões de homens, mulheres e crianças africanos foram transportados para as Américas. Esse número não inclui os que não conseguiram sobreviver ao processo violento de captura na África e aos rigores da grande travessia atlântica. A maioria dos cativos, cerca de 4 milhões, desembarcou em portos do Brasil. Por isso, nenhuma outra região americana esteve tão ligada ao continente africano por meio do tráfico como o Brasil. O dramático deslocamento forçado, por mais de três séculos, uniu para sempre o Brasil à África. (ALBUQUERQUE e FILHO, 2006. p. 39).

Tratando sobre o mesmo assunto, Souza (2008) aponta o número de escravizados capturados que foram trazidos para o Brasil. Assim se expressa:

Mais tarde, aproximadamente na década de 1690, as regiões de Angola e de Costa da Mina forneceram escravos para o Brasil. Os provenientes da Costa da Mina se destinaram em especial à Bahia, enquanto que os que vieram de Angola foram localizados na região do Rio de Janeiro. No século XIX, foram exportados para o Atlântico, aproximadamente 3,5 milhões de escravos. Na primeira metade do século XX a região Centro Ocidental da África exportou 1,5 milhão, tendo a triste marca de ser o maior fornecedor de cativos. As exportações de escravos passaram a ser cada vez mais lucrativas e na região acima se iniciou uma escassez de pessoas. Começaram então as capturas por outras regiões, desde a costa até as savanas. Os portugueses comerciavam os escravos principalmente nas regiões de Luanda e Benguela, nas quais os capturados eram trocados por tecidos, armamentos e por aguardente brasileira. (SOUZA, 2008, p. 59).

Tecendo sobre o número de escravizados e as localidades de onde são originários, Fausto (1996) assim escreve:

Estima-se que entre 1550 e 1855 entraram pelos portos brasileiros 4 milhões de escravos, na sua grande maioria jovens do sexo masculino. A região de proveniência dependeu da organização do tráfico, das condições locais na África e, em menor grau, das preferências dos senhores brasileiros. No século XVI, a Guiné (Bissau e Cacheu) e a Costa da Mina, ou seja, quatro portos ao longo do litoral do Daomé, forneceram o maior número de escravos. Do século XVII em diante, as regiões mais ao sul da costa africana - Congo e Angola - tornaram-se os centros exportadores mais importantes, a partir dos portos de Luanda, Benguela e Cabinda. Os angolanos foram trazidos em maior número no século XVIII, correspondendo, ao que parece, a 70% da massa de escravos trazidos para o Brasil naquele século. (FAUSTO, 1996, p. 29).

O tráfico envolvia várias etapas de negociações, desde o pagamento de taxa de ancoragem para os navios até os “presentes” que os capitães davam aos chefes locais e/ou representantes dos reis. Entre os “presentes”, merece destaque os tecidos finos, botas de couro, chapéus, casacos, punhais, bebidas destiladas, cavalos e produtos que indicavam prestígio. Conforme Souza (2008), dessa forma, se processava os encontros entre os capitães e os chefes locais africanos, o que tornava possível o sucesso das negociações.

Após a captura dos escravizados no interior africano, percorriam-se longas distâncias para chegarem aos portos de embarque no litoral. Muitos aprisionados morriam nesse percurso. O alojamento era feito em grandes barracões ou cercados, onde se aguardava completar a carga de humanos para partirem para um mundo desconhecido. Souza (2008), conta com riqueza de detalhes como acontecia desde a captura ao momento do embarque.

O escravo apresado no interior africano era obrigado a percorrer longas distâncias até alcançar os portos de embarque no litoral. Muitos não resistiam à longa caminhada, às doenças e aos maus tratos. Nos portos eram alojados em grandes barracões ou em cercados. Ali permaneciam muitos dias e até meses à espera de que as cargas humanas dos navios fossem completadas e os cativos partissem para um mundo completamente desconhecido. Nesse período de espera, era grande o número de mortes, pois os cativos eram alojados em

construções muitas vezes precárias, insalubres, mal ventiladas e pequenas. Em alguns períodos, cerca de 40 por cento dos negros escravizados em Angola pereciam ainda em solo africano. Mas os prepostos africanos do tráfico sabiam que os cativos não deviam permanecer durante muito tempo nos portos de embarque. Além das perdas por doenças, temiam que a concentração de escravos nos barracões facilitassem revoltas. (SOUZA, 2008. p. 46).

Nas condições descritas, os negros eram colocados em navios e transportados em viagens terríveis, sem o mínimo de condições de acomodação e higiene. Muitos morriam durante o percurso até o destino pretendido. Conforme Macedo (1974), assim aconteciam as viagens:

Empilhados nos porões, recebendo poucas rações de comida e de água, era natural que o morticínio fosse acentuado. Perdia-se, invariavelmente, 10% da carga, na melhor das hipóteses, e casos houve em que morreu a metade dos indivíduos transportados. Amontoados no porão, quando o navio jogava, a massa de corpos negros agitava-se como um formigueiro, para beber um pouco desse ar lúgubre que se escoava pela estilha gradeada de ferro. (MACEDO apud MARTINS, 1974, p. 29).

Escrevendo sobre as mortes dos negros nas embarcações, o estudo de Albuquerque e Filho (2006) citam como responsáveis a fome, a escassez de alimentos, os maus tratos e a superlotação. As diversas doenças, tais como febre amarela, tifo ou varíola, eram ocasionadas pela mistura dos povos de continentes diferentes. Acrescenta-se o suicídio, que muitos negros cometeram ao se jogarem em alto mar.

Pode-se imputar as mortes a bordo a fatores como escassez de alimentos e água, maus-tratos, superlotação e até mesmo ao terror da experiência vivida, que debilitava física e mentalmente os africanos. Além disso, o tráfico colocava os africanos em contato com doenças para eles desconhecidas e para as quais ainda não haviam criado defesas suficientes. Ao colocar em contato povos de diversas regiões da África e mais tripulações brasileiras e europeias, os navios negreiros funcionavam como verdadeiros misturadores de enfermidades típicas de cada continente. Em caso de contágio de febre amarela, tifo ou varíola era grande o número de mortes não apenas entre os cativos, mas também entre a tripulação. Havia ainda a morte provocada por suicídio e não foram poucos os cativos que puseram

fim à existência precipitando-se no mar. Mesmo considerando o alto índice de mortalidade, o tráfico era um negócio bastante lucrativo. (ALBUQUERQUE e FILHO, 2006. p. 50).

O relato das viagens pode ser, sem nenhum exagero, considerado desumano, pois, os africanos chegavam em situação sub-humana, acometidos de diversas doenças.

Devido aos rigores da travessia, os africanos chegavam quase invariavelmente magros e debilitados, com feridas na pele, brotoejas e sarna. As crianças geralmente apresentavam barrigas inchadas em consequência de vermes e da desnutrição. Quando a epidemia de oftalmia, uma inflamação dos olhos, disseminava-se a bordo, era comum os vendedores puxarem pela corda extensas filas de escravos quase ou completamente cegos, amarrados e tropeçando uns nos outros até os armazéns. (ALBUQUERQUE e FILHO p. 53).

Outro autor que bem descreve a triste realidade vivenciada pelos negros nas viagens pelo oceano atlântico é Mattos (2007), que enfatiza que, no início do século XIX, houve uma pequena melhoria nas condições das embarcações em relação com os séculos passados. Na embarcação contava-se com a presença de um cirurgião-barbeiro, de capelães e a separação entre homens e mulheres. Entretanto, as viagens continuavam penosas, pois, fatores como a superlotação dos porões e aprisionamento em correntes ocasionavam doenças que, muitas vezes, culminavam com a morte. Outro ponto que merece destaque é que, nos momentos do embarque ou nos barracões, o corpo era marcado a ferro quente com as iniciais dos proprietários.

Um fator crucial do comércio negreiro era a rentabilidade com o tráfico. De acordo com Albuquerque e Filho (2006), as embarcações só zarpavam quando estavam completamente lotadas e, com o passar dos anos, a modernização das embarcações permitiu aumentar o número de passageiros e diminuir o tempo de duração das viagens. Inicialmente, o transporte era feito nas caravelas portuguesas. No século XIX, os traficantes passaram a utilizar os navios a vapor, cuja média de transportados por viagens girava em torno de 350 escravizados.

Chegando ao Brasil, os africanos eram contados, por sexo, pelas autoridades alfandegárias, que anotavam as crianças escravizadas que acompanhavam as suas mães. Era recolhido imposto sobre os escravizados acima de três anos de idade. Após o pagamento, os

escravizados eram levados para o lugar do leilão. Albuquerque e Filho (2006) relatam que, não havendo compradores suficientes, eles eram leiloados perto da alfândega. Porém, a maioria dos cativos seguia para os armazéns localizados nas proximidades das áreas portuárias.

Baquaqua (1988) conta que, quando um navio negreiro aportava em solo brasileiro, a notícia se espalhava rapidamente, o que ocasionava a presença de interessados em comprar a carga de mercadoria viva, escolhendo os que melhor lhe aprouvesse, de acordo com a finalidade. Sendo comprados os escravizados como se negocia animais no mercado. Nos portos brasileiros havia um verdadeiro ritual que se repetia a cada viagem, conforme ensina Macedo (1974) relatando como acontecia.

Depois da incerta e terrível viagem chegavam os africanos aos portos do Brasil. Eram retirados dos porões e repartidos aos lotes independentemente de serem ou não da mesma região, parentes, pais, mães filhos ou não. Não se dava importância a estes fatos, era como se eles não tivessem alma, sentimento, amor ou fossem insensíveis a dor, a fome, aos maus tratos. Os traficantes sempre traziam alguns escravos a mais, em número superior as encomendas para serem vendidos nas feiras ou leilões. Desembarcavam quase sem roupas, com apenas uma faixa de tecido cobrindo uma parte do corpo. Os cabelos e a barba eram cortados, determinava-se que tomassem um banho, recebiam algumas toscas roupas de tecido grosseiro, para que melhorassem a aparência e pudessem alcançar um maior preço no Mercado. Este era um imenso rancho, semelhante a uma cocheira. Os que apresentavam um quadro de debilidade em virtude de doenças adquiridas no transporte eram isolados e recebiam cuidados, para mais tarde, serem oferecidos aos compradores. (MACEDO, 1974, p. 32).

Os negros, quando retirados dos porões, eram repartidos em lotes, não deixando unidos aqueles que moravam em uma mesma região na terra de origem. Não se respeitava as suas histórias e tradições. Para Albuquerque e Filho (2006), mesmo diante dessa falta de respeito às tradições e cultura do povo africano, a multiplicidade de povos e etnias que vieram para o Brasil forçados pelo tráfico, fez dessa terra um espaço, onde as convergências de tradições africanas contribuíssem para colorir culturalmente o país.

Macedo (1974) conta que, com os negros expostos no mercado para serem vendidos, compareciam os compradores que faziam um minucioso exame em seus corpos. Eram, geralmente, homens experientes na compra de escravizados. Observavam os aspectos físicos dos músculos, os dentes, apertavam a barriga e escutavam o peito, verificavam o vigor físico e faziam a prova do suor, uma vez que a presença de suor representava um bom estado de saúde. Enfim, todo o corpo era examinado. No que diz respeito às mulheres escravizadas, davam preferência as que apresentavam indício de força, saúde e fossem boas parideiras.

Albuquerque e Filho (2006) afirmam que, entre os vendedores e compradores, existiam códigos, leis e acordos. No caso da morte de um escravizado no decorrer de quinze dias após a compra ou se descobrisse doença crônica, entre outros motivos, o comprador podia, legalmente, devolvê-lo e receber outro em troca.

Os escravizados que não eram vendidos nos mercados eram levados, em comboios, para as cidades do interior. Chegando ao destino, quando comercializados, os novos proprietários, poderiam utilizá-los da forma que melhor lhe aprouvesse. Moura (1996), diz que, o destino dessas “peças” estava nas mãos dos senhores, que podiam alugar, vender, hipotecar, segurar ou penhorar suas novas propriedades, ou seja, os escravizados. Escrevendo nesse mesmo sentido, Albuquerque e Filho (2006) indicam como ocorria o comércio dos escravizados, sendo levados para o interior pelos traficantes eram comprados pelos comerciantes que os vendiam aos fazendeiros fora da cidade. Os tropeiros e mascates também compravam pequenos lotes e os revendiam nas vilas e fazendas interioranas.

Moura (1996) descreve que os escravizados, depois de comprados, eram nomeados de boçais (os que não falavam o português e desconheciam os costumes da terra), de ladinos (os que falavam a língua portuguesa e conheciam os costumes da terra) e de crioulos (os que eram nascidos no Brasil, que a língua portuguesa era a primeira falada e que tinham os comportamentos dentro dos padrões portugueses).

De acordo com a opinião de Rietveld (2015, p. 106), é preciso colocar alguns pontos que devem ser explicados para entendermos melhor a escravidão africana.

Em primeiro lugar dispomos de poucos documentos escritos e o pouco que existe foi elaborado, sobretudo pelos brancos. Chega-se até a dizer que ao redor do escravo reina um silêncio total e que ele não tem

história. Em segundo lugar sabemos que a África não era uma nação, mas um conglomerado de nações diferentes, cada uma com a sua cultura, igual às tribos indígenas brasileiras. Em terceiro lugar, deve ser lembrado que a história da presença do africano no Brasil está situada dentro do contexto do continente africano onde a escravidão era e muitas vezes ainda é normal.

A escravidão que existia na África era diferente da escravidão praticada na Europa, pois, o processo de escravidão europeu baseou-se no amplo comércio de seres humanos, com objetivos claros de obter cada vez mais lucratividade, comercializando seres humanos.

Discorrendo sobre a mesma temática, Souza (2006) diz que, para compreensão da escravidão que era praticada na África, faz-se necessário saber que, antes da chegada dos mercadores europeus em fins do século XV, o que existia era um sistema interno, não podendo identificar, propriamente, com forma de exploração do trabalho, diferente de uma escravidão institucionalizada, onde as pessoas eram transformadas em escravizados por punição de algum crime ou por dívida. Essa prática era diferente da escravidão convencional. Era uma forma menos agressiva, na qual podiam ter o acesso à terra, enquanto meio de produção e podiam casar-se com pessoas livres.

Estabelecidos em território brasileiro, vendidos e transportados para as localidades nas quais passariam a residir, os negros, como forma de resistência ao sistema vigente, muitas vezes fugiam e se estabeleciam em territórios desabitados. Surgindo assim, os quilombos, cuja origem da palavra encontra-se nos povos africanos Bantu.

[...] é seguramente uma palavra originária dos povos de línguas bantu (Kilombo, aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado no Brasil têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos lunda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangala, etc., cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire. (MUNANGA, 95/96. p. 58).

Munanga (1995/1996) afirma que, como instituição, o quilombo era liderado, entre guerreiros, por um guerreiro rigoroso que seguia a rigidez da disciplina militar. Pelo o conteúdo, uma cópia do quilombo africano, que se opunha a estrutura escravocrata.

Escravidos revoltados fugiam das senzalas e plantações, ocupando territórios de difícil acesso não povoados no interior. Esses campos de resistências estavam abertos aos oprimidos da sociedade, além dos negros, índios e brancos que se juntavam na luta por uma sociedade democrática e plurirracial.

Entretanto, existem diversos significados para designar a palavra quilombo. Vejamos:

Na tradição popular no Brasil há muitas variações no significado da palavra quilombo, ora associado a um lugar (“quilombo era um estabelecimento singular”), ora a um povo que vive neste lugar (“as várias etnias que o compõem”), ou a manifestações populares (“festas de rua”), ou ao local de uma prática condenada pela sociedade (“lugar público onde se instala uma casa de prostitutas”), ou a um conflito (uma “grande confusão”), ou a uma relação social (“uma união”), ou ainda a um sistema econômico (“localização fronteiriça, com relevo e condições climáticas comuns na maioria dos casos”). (LOPES; SIQUEIRA; NASCIMENTO, 1987, p. 15 apud LEITE, 2000, p. 337).

Vemos que, ao longo do tempo, muitos significados foram incorporados para designar a palavra quilombo, entre os quais podemos citar: mocambos, comunidades negras rurais e terras de pretos. Nesses espaços criados pelos negros resistiram durante muitos anos às ações governamentais e de grandes proprietários de terras para exterminá-los, constituindo-se, com o passar dos anos, em “terras de preto”¹⁰. De acordo com a Associação Brasileira de Antropologia - ABA, os quilombos se definem como grupos que conseguiram desenvolver ações de resistência nos lugares que estavam estabelecidos reproduzindo seus modos de vida. Tais atitudes se consolidaram com o tempo e se perpetuaram através das gerações.

Para Moura (1993), desde 1559, documentos oficiais portugueses falam sobre a existência de quilombos. Em 1740, o Conselho Ultramarino o definiu como “toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”. No ano seguinte, em 1741, o rei de Portugal implacável no combate aos quilombos, expediu um Alvará com força de Lei, na tentativa de “evitar a desordem e combater tal prática”, punindo severamente os negros foragidos que se

¹⁰ Para O’Dwyer (2002), as comunidades negras rurais — também chamadas terras de preto é uma expressão nativa e não uma denominação importada historicamente e reutilizada.

encontrassem em quilombos, lhes pondo fogo e marcando a letra F (de fugido). Sendo reincidente, a orelha lhe seria cortada antes de entrar na cadeia, sem que houvesse a necessidade de processo.

Os negros continuaram a resistir na constante luta pela liberdade. Nesse sentido, o Quilombo dos Palmares foi um notável exemplo de local escolhido para se refugiar.

Merece destaque a epopeia dos Palmares, em Alagoas, que resistiu por mais de cem anos aos ataques dos escravocratas. Lá viviam em comunhão ex-escravos, indígenas e não negros perseguidos pela Colônia. Contudo, em 20 de novembro de 1695, Zumbi dos Palmares, seu último líder, foi morto, e o quilombo, destruído. (MOURA, 2006, p. 331).

Conforme Nascimento (1985), o Quilombo (Kilombo) representou na história do nosso povo um marco na sua capacidade de resistência e organização. Todas estas formas de resistência podem ser compreendidas como a história do negro no Brasil.

Na Constituição Federal de 1988, artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), se estabelece o seguinte: “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. Através do Decreto 4.887/2003, houve a regulamentação do ADCT. No artigo segundo, assim está escrito:

Art. 2º - Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

O parágrafo 10 do citado Decreto diz que a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autoatribuição da própria comunidade, cuja trajetória histórica de resistência ao processo de opressão sofrido esteja ligada a ancestrais negros. A partir de então, diversas localidades brasileiras onde existiam

comunidades com tais características iniciaram um processo de organização para conseguirem o título definitivo de comunidades quilombolas que outrora foram habitadas por seus ancestrais.

Emitido o certificado, a Fundação Palmares apoia a comunidade para que possa adquirir o documento definitivo, cuja emissão fica a cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, que elabora o levantamento territorial, estudos antropológicos e históricos, para a titulação definitiva. O citado órgão governamental, inicia o estudo destinado à confecção do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território. Coletados os dados, elabora-se um relatório final que, sendo aprovado, é publicado através de portaria, reconhecendo os limites do território quilombola. Por fim, acontece a regularização fundiária, sendo que, quando não-quilombolas são removidos das terras demarcadas e os imóveis particulares, desapropriados. Concluído esse processo, chamado “desintrusão”, é concedido o título¹¹ de propriedade à comunidade, que é coletivo, inalienável e em nome da associação dos moradores da área.

Antes da extinção da escravidão no Brasil, ocorrida oficialmente no dia 13 de maio de 1888, quando foi sancionada a Lei Áurea pela princesa imperial regente Isabel Cristina, em nome de Sua Majestade, o Imperador D. Pedro II, com o intuito de atender as intenções do capitalismo inglês que em 1845, editou a Lei Bill Aberdeen¹², no território brasileiro foram promulgadas leis que tinha como objetivo criar a falsa ideia de beneficiar os escravizados. Foram as seguintes: a Lei Eusébio de Queirós (Lei nº 581), de 4 de setembro de 1850, que proibia o tráfico de escravos; a Lei do Ventre Livre (Lei nº 2.040), de 28 de setembro de 1871, que concedia a alforria às crianças nascidas de mulheres escravizadas a partir daquela data; e a Lei dos Sexagenários (Lei nº 3270), de 28 de setembro de 1885, que garantia liberdade aos escravizados com 60 anos de idade ou mais mediante indenização ao proprietário. Mas, tais leis não representaram mudanças no processo de escravidão do povo negro. Na prática, a situação dos negros permaneceu a mesma. A inclusão social não aconteceu. Continuou sem dignidade ou melhores condições de sobrevivência. Eis o texto da Lei Áurea:

¹¹ O título é registrado no cartório de imóveis sem qualquer ônus financeiro para a comunidade beneficiada. De 1995 até hoje, foram emitidos 113 títulos. São mais de 900 mil hectares distribuídos entre 183 comunidades, beneficiando 11.506 famílias quilombolas. Cf. http://www.palmares.gov.br/?page_id=538.

¹² O nome Bill Aberdeen referia-se ao autor da lei, o ministro de Relações Exteriores George Hamilton-Gordon, Lord Aberdeen. A lei visava combater o tráfico de escravizados entre a África e a América.

LEI Nº 3.353, DE 13 DE MAIO DE 1888.

Declara extinta a escravidão no Brasil.

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléa Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º da Independência e do Império.

Princesa Imperial Regente.

Da Costa (2008) faz uma crítica a sociedade da época, pois, passada a abolição, os libertos foram esquecidos. Ninguém parecia pensar que era sua responsabilidade contribuir de alguma maneira para facilitar a transição de escravizado para o cidadão.

Para Mbembe (2014), o negro não passa de um produto de exploração, enfrentando assoladores sofrimentos em uma sociedade da qual ele não passa de simples objeto. Durante muito tempo, humilhado e maltratado, não sendo considerado como ser humano, enfrentando o chicote e o sofrimento. O processo de escravidão, a que foi submetido por séculos, não cessou por completo, continua presente na estrutura social. Assim sendo, conforme diz esse autor, para o “preto” a cor lhe servia como um ferrete, subordinado, cujo estado servil não tinha limites. Caracterizado como “gentinha” que veio da senzala. No contexto psicossocial e cultural, não desaparece o “escravo” e o “liberto”, prevalecendo o preto como categoria á um tempo racial e social. Fernandes (1972), afirma que o “preconceito de cor”, nunca deixou de existir, permanecendo presente na vida da população negra.

Diante dos relatos apresentados, é possível concluir que a presença do negro em território brasileiro ocorreu de forma brutal, desde que foi capturado no continente africano. Mesmo diante do processo de escravidão ao qual foi submetido, nos quilombos, o negro encontrou uma forma de resistir e sonhar com novas oportunidades, já que as leis editadas pelos governantes no período em que perdurou a escravidão não atendiam as expectativas no que diz respeito à liberdade dos cativos. Após a abolição, ele não foi tratado como cidadão pelos governantes, tão pouco pela sociedade.

2.2 A PRESENÇA DOS POVOS ORIGINÁRIOS E AFRICANOS NA PARAÍBA E NO CARIRI PARAIBANO

No ano de 1574, Dom Sebastião, rei de Portugal, temendo que os franceses se apossassem da região, determinou que se promovesse a ocupação da região do rio Paraíba¹³, criando uma Capitania de Sua Majestade, que viria a ser desmembrada de Itamaracá e que se implantasse uma cidade fortificada. Essa decisão tinha como objetivos não ceder espaço aos franceses e, ao mesmo tempo, obter o domínio das terras a serem ocupadas (BRITO, 2013). Quando a metrópole resolveu instalar-se na colônia transportou para a América o modo de produção¹⁴ dominante além-mar, dominando a terra os demais elementos de produção seriam a ele subordinados (GUIMARÃES, 1981, p. 27). Em sua decisão, o monarca não cuidou em preservar os moradores que nessas terras habitavam: os povos originários, que resistiram à presença dos portugueses. A visão europeia que se tinha dos mesmos, até meados do século XIX, era a seguinte:

Todos sabem como eles são, como se vestem, como constroem, como caçam veados e búfalos, cultivam milho e feijão, abóboras e frutos. Os índios são selvagens, vivem ainda na Idade da Pedra, lutam com arcos, flechas e machadinhas – e escalpelam os inimigos. Aprendiam a manejar o revólver, mas se o mesmo ficasse com defeito, não tinham capacidade para consertá-lo. Não possuíam o menor senso mecânico, não conheciam sequer a roda; não tinham nada a que pudéssemos chamar de arquitetura, eram nulos em matéria de arte, o mesmo se podendo dizer em relação à escrita (WHITE, 1964, p. 97).

As terras do atual território do Cariri paraibano eram ocupadas pelos povos originários. Barbosa (2020) relata que na época da invasão europeia, nesse território havia poucas nações indígenas que, por muito tempo, a historiografia paraibana dividiu em dois grupos: os Tupis

¹³ O rio Paraíba do Norte é o mais importante rio da Paraíba. Com aproximadamente 300 km de extensão, nasce na Serra Jabitacá, no Município de Monteiro, com o nome de rio do Meio, sendo sua mais alta vertente originária do Pico da Bolandeira, a 1.079 metros de altitude. A bacia do rio Paraíba corresponde a 18.000 km² e representa 32% da área territorial do estado, que tem mais de 60% de suas fronteiras constituídas de divisores de águas, sendo que o contorno sul quase reproduz em escala maior a bacia do rio Paraíba que deu o nome ao estado. Cf. Silva, 2010, p.74-80.

¹⁴ No modo de produção feudal repousava o monopólio dos meios da terra. Assegurado o domínio absoluto de imensos latifúndios nas mãos dos homens de confiança do rei, todos os demais elementos da produção seriam a ele subordinados. Cf. Guimarães, 1981.

(Tabajaras e Potiguaras) no litoral; e os Tapuias (Cariris) nos sertões. Mas, conforme Borges (1993), os povos originários que viviam no território paraibano formavam três grandes nações: os Tupis (Tabajaras e Potiguaras) no litoral; os Cariris e os Tarairiús nos sertões. Muitas narrativas populares contam como diversas mulheres pertencentes aos povos originários, as índias, foram “pegadas a dente de cachorro” pelos invasores nas Entradas e Bandeiras nos Sertões, sendo tratadas como animais que se caça no mato. Sobre a expressão “pegada a dente de cachorro”, Reesink (1999) diz:

a caça, de uma mulher semelhante a um animal selvagem, a ser capturada. Dessa maneira, a mulher “braba” era capturada “no mato brabo” e amansada [...]. O roubo se legitima pela ação civilizatória [...]. A mulher se associa, por isso, à natureza, que também deve ser dominada, conquistada e domesticada (REESINK, 1999, p. 45).

Estudos indicam que o nome Camalaú tem origem indígena. São três versões: a primeira é uma tradição popular que o nome Camalaú seria o nome do chefe de uma tribo indígena que habitava estas terras; a segunda suposição é que a palavra Camalaú se formaria a partir de “cam”, que significa teta, mama, peito e “au-w-au” que indica simulação. Como os povos originários valorizavam as grandes pedras, não é de estranhar que o seu significado esteja assemelhado a uma grande pedra com formato de seio; e a terceira explicação, mais aceita entre os historiadores, diz que a palavra Camalaú significa rio do Camará ou rio de Cambará. Esse nome tem suas origens na planta Lantana Camara, da família verbenácea, que significa ramo sagrado (RIETVELD e SILVA, 1995, p. 17). A imagem que segue apresenta a distribuição das nações indígenas e suas tribos no território paraibano.

IMAGEM 01 - DISTRIBUIÇÃO DAS NAÇÕES INDÍGENAS E SUAS TRIBOS NO TERRITÓRIO PARAIBANO



FONTE: Borges, 1993.

De acordo com a imagem é possível afirmar que parte do Cariri paraibano foi habitada pela nação Tarairiú (os seus descendentes da região Nordeste moram no estado de Pernambuco, na zona rural do município de Pesqueira, na serra do Ararobá). Muitos conflitos aconteceram entre os povos originários e os portugueses, com ênfase para a “Guerra dos Bárbaros” (1650-1720)¹⁵, cujos resultados foram desastrosos para os povos nativos, um verdadeiro genocídio que culminou com o extermínio de várias tribos. Entre algumas dessas ações, podemos observar as praticadas por Teodósio de Oliveira Ledo, cujas atrocidades foram motivos para o rei de Portugal emitir uma Carta Régia. Vejamos:

Capitão mór da Parahiba, Eu El Rey vos envio m. saudar.
 Havendo visto a carta que me destes do bom sucesso que se teve na
 Campanha com os índios nossos inimigos nos certões do districto das
 Piranhas e Pinhacó em que o Capitão mór delas Theodosio de Oliveira

¹⁵ O que a historiografia oficial denominou de “Guerra dos Bárbaros”, a historiografia marxista prefere chamar de “Confederação dos Cariris”. Resultado de diversas situações criadas ao longo da segunda metade do século XVII, com o avanço da fronteira da pecuária e a necessidade de conquistar e “limpar” as terras para a criação de gado, esta série de conflitos envolveu vários grupos e sociedades indígenas contra moradores, soldados, missionários e agentes da coroa portuguesa. Cf. Puntoni, 1999.

Ledo se tinha havido com muito valor e disposição e trazido concigo hua nação de Tapuyas chamadas *Arius*, que estavam aldeiados junto aos Cariris onde chamam a Campina Grande que queriam viver como meus vassallos e reduziremse a nossa Santa fé. **Me pareceu estranhar mui severamente o que obrou Theodosio de Oliveira Ledo em matar a sangue frio muitos índios que tomou na guerra**, porque suposto em snia (?) era incapazes isto não hia ser conveniente uzarce elles de toda a piedade por q. o exemplo do rigor que com elles exccutou seria dar ocasião a fazer aos mais nossos contrários vendo a nossa impiedade; e a sy se faz este caso digno de um exemplar castigo e emquanto a criação do arrayal Me pareceu dizervos se aprova o que nesta parte se assentou, pois se entende que se escolheria o que tivesse por mais conveniente. Escritta em Lisbôa em 16 de Setembro de 1699. Rey. (PINTO, 1977). (Grifos nossos).

Mesmo diante das atrocidades e mortes, os povos originários resistiram e lutaram bravamente para não perderem as suas terras, sua cultura e sua história, conforme podemos verificar em ação praticada pelos mesmos, conforme carta do governador de Pernambuco ao Conselho Ultramarino¹⁶, no ano de 1708.

Em 1708, o governador de Pernambuco, Manoel de Sousa Tavares, teve mais uma prova de como era terrível guerrear contra eles. Em carta ao Conselho ultramarino – Órgão do governo responsável pelas colônias portuguesas -, relatou que os tapuias, não satisfeitos em destruir fazendas e matar seus moradores, invadir igrejas e derrubar as imagens sacras, eram capazes de atos cruéis e desumanos, como fizeram com o padre Amaro Barbosa, de quem arrancaram o coração! (ARAÚJO, 2009, p. 65).

Um fator importante que registra a ocupação das terras no sertão paraibano, ocorrida após a expulsão dos holandeses do Brasil (1654), foi a doação pela Coroa portuguesa de diversas sesmarias que, de forma gradativa, começou um processo de povoamento do homem branco no interior. O quadro abaixo expõe a quantidade de Sesmarias concedidas em terras que hoje formam o Estado da Paraíba.

¹⁶ O Conselho Ultramarino era um órgão do governo português responsável por suas colônias. Tinha entre as mais relevantes atribuições competência para a condução da política de guerra. Devendo este, ser o ponto de partida e o ponto de chegada de toda a comunicação oficial do reino com as conquistas. Em 1647, D. João IV ordenou ao governador-geral do Brasil que canalizasse para o Nov Conselho todos os assuntos de guerra, fazenda e justiça. Cf. Cruz, 2015.

**QUADRO 01 - QUANTIDADE DE SESMARIAS CONCEDIDAS NA PARAÍBA
(SÉCULOS XVI-XIX)**

SÉCULOS	QUANTIDADE DE SESMARIAS CONCEDIDAS
XVI	05
XVII	15
XVIII	1033
XIX	100
TOTAL	1153

FONTE: Tavares, 1982.

Diante das circunstâncias e conforme o interesse governamental como forma de ocupar espaços, as sesmarias eram concedidas pela Coroa portuguesa. Nesse sentido, merece destaque a Casa da Torre e a família Oliveira Ledo, que foram donos de imensas áreas de terras. Em relação à Casa da Torre, Mello (1994, p. 69) faz a seguinte referência:

A Casa da Torre, cuja sede se localizava às margens do Rio São Francisco, no sertão da Bahia, obtivera a doação de faixa de terra, da confluência do Rio Pajeú, no atual estado de Pernambuco, à foz do Rio Grande, no Rio Grande do Norte. Era, como se vê, imenso território, a origem do sistema latifundiário que marcaria o sertão nordestino.

Após as grandes concessões, arrendavam as sesmarias, em nome de membros da família para outros proprietários, que as tornavam produtivas. Entre outros, procedia dessa maneira, a família Dias d'Ávila¹⁷, ligada à Casa da Torre, que assim agindo, somou grandes fortunas.

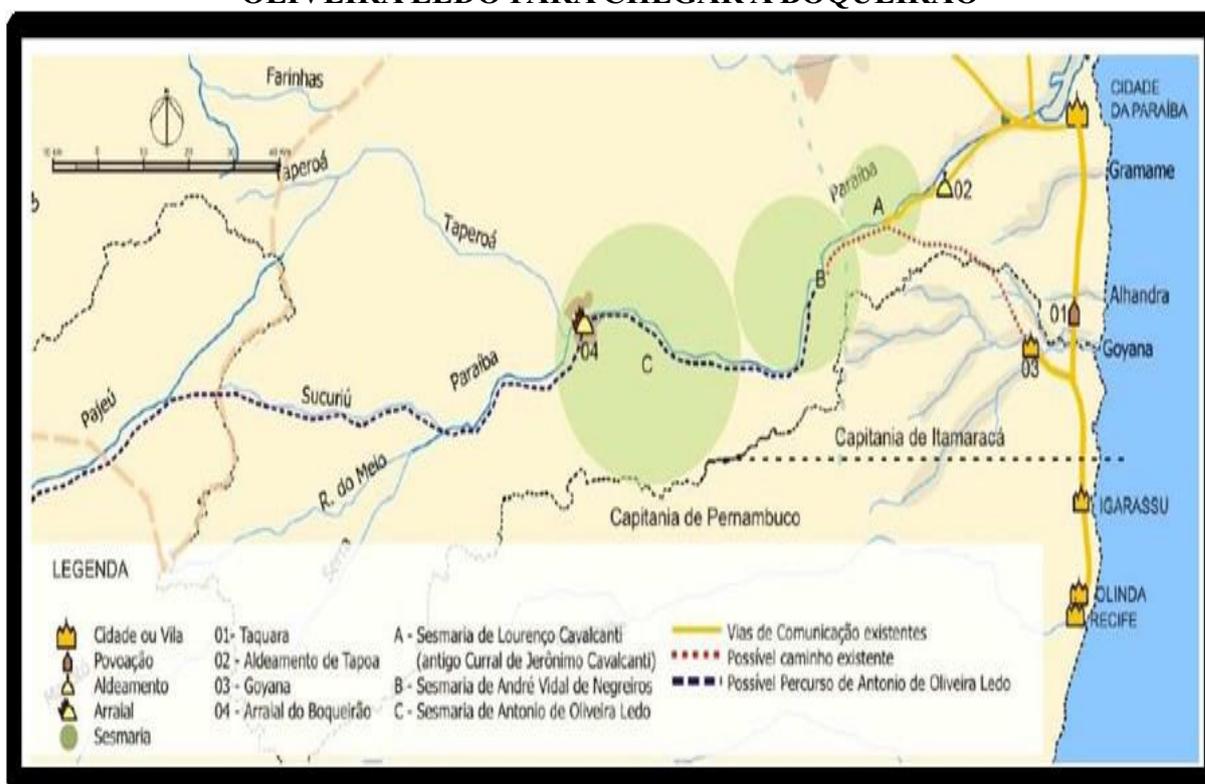
Falando sobre as origens e a linhagem da família Oliveira Ledo, Soares (2017, p. 37), afirma:

A família Oliveira Ledo teve suas origens em Portugal, assim como a maior parte dos primeiros desbravadores de territórios na América Portuguesa. Destacam-se como os principais troncos que perpetuaram a linhagem de seu nome e auxiliaram no processo de conquista e ocupação do Sertão de Piranhas e Piancó os três irmãos: Pascácio de Oliveira Ledo, Antonio de Oliveira Ledo e Custódio de Oliveira Ledo.

¹⁷ Cf. Soares, 2017, p. 30. Os Dias d'Ávila foi uma importante família da Capitania da Bahia de Todos os Santos, com propriedades e postos na governança, e que ao longo de gerações alcançou posições de fortuna e de autoridade. Os Dias d'Ávila expandiram seu patrimônio através das solicitações de imensas sesmarias, que depois eram arrendadas, em nome dos membros de sua família, a outros proprietários para desta maneira torná-las produtivas, uma vez que esta era uma condição para a posse da terra.

Ao sertanista Antônio de Oliveira Ledo e seus acompanhantes, o governo da Bahia concedeu uma sesmaria em 1665. Conforme Brito (2013), atestando que teriam atingido a região dos Cariris Velhos, por volta de 1663 e estabelecido um curral de gado à margem do rio Paraíba. Vindo da Capitania da Bahia, chegando à Paraíba, instalou-se onde hoje está localizado o município de Boqueirão. Na viagem passou pelos rios São Francisco, Moxotó, Sucuru e, por fim, o rio Paraíba.

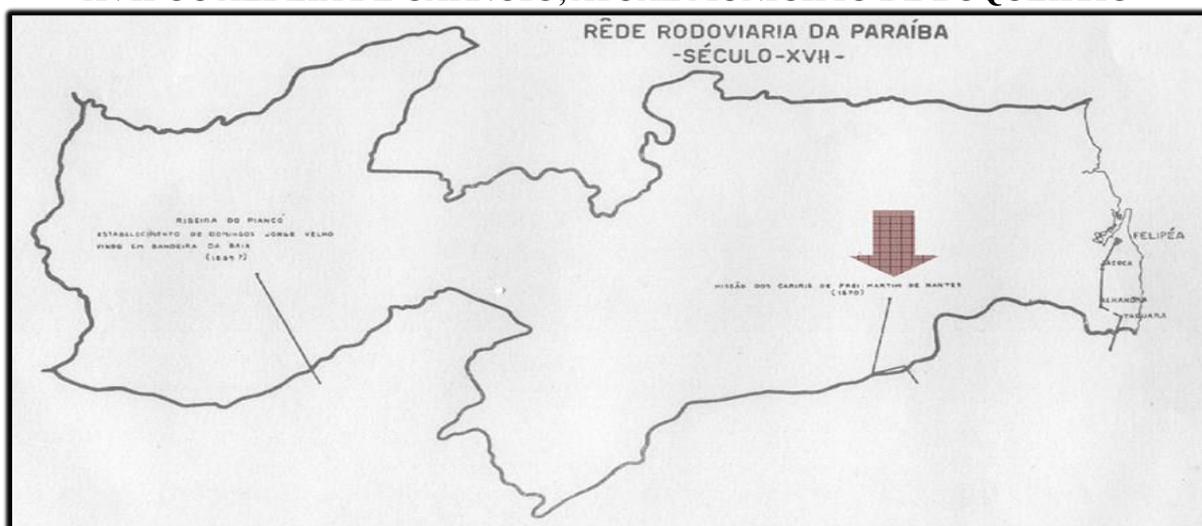
MAPA 01 - POSSÍVEL CAMINHO PERCORRIDO POR ANTONIO DE OLIVEIRA LEDO PARA CHEGAR A BOQUEIRÃO



FONTE: Soares, 2012.

A sesmaria dos Oliveira Ledo tinha 30 léguas rio acima com 12 léguas de largura (em torno de 167 quilômetros sertão à dentro). É neste perímetro territorial, a margem do rio Paraíba, que devia estar situada a fazenda de gado de Antonio de Oliveira Ledo, que servia como local estratégico de entrada para o sertão. No ano de 1670, com os índios Carnoió, este colonizador fundou uma missão.

IMAGEM 02 - LOCALIZAÇÃO DA MISSÃO DOS CARIRIS DE FORA NO SÉCULO XVII OU ALDEIA DE CARNOIÓ, ATUAL MUNICÍPIO DE BOQUEIRÃO



FONTE: Atlas Geográfico da Paraíba, 1965.

Outros membros da família participaram de Entradas e Bandeiras¹⁸. Os Oliveira Ledo foram donos de grandes extensões de terras e responsáveis pela ocupação territorial da Paraíba. Vejamos:

A saber: Custódio de Oliveira Ledo possuía as terras do sítio Porteira (atual município de S. Domingos do Cariri), Pascácio de Oliveira Ledo ocupava as terras dos atuais municípios de Cabaceiras e Queimadas, os irmãos Francisco e José de Oliveira da Cruz possuíam as terras do sítio Barro Vermelho, Anna de Oliveira a propriedade de Timbaúba (atual Gurjão), Constantino de Oliveira Ledo ocupava as terras de Travessia (atual S. J. do Cariri), Teodósio de Oliveira Ledo o Brejo das Canas-bravas (atual Fagundes), Adriana de Oliveira Ledo era proprietária do sítio Santa Rosa (atual Boa Vista), Gaspar Pereira de Oliveira tinha terras nas regiões de Barra de Santana e Riacho de Santo Antonio e Manoel Correia Ledo possuía parte da região de Campina Grande. (BRITO, 2013, p. 147-148).

Portanto, é possível afirmar que muitas cidades da Paraíba foram fundadas a partir de uma Entrada ou Bandeira tendo a frente a Família Oliveira Ledo, junto a outros colonos e acompanhantes que participavam da conquista de novos territórios. Assim, o interior começava o seu povoamento pelo invasor português.

¹⁸ De acordo com Andrade (2003), vários autores distinguem os dois movimentos, considerando como Entradas as expedições organizadas e dirigidas pelo poder público, enquanto as Bandeiras seriam as expedições particulares.

IMAGEM 03 - SESMARIAS DA FAMÍLIA OLIVEIRA LEDO AO LONGO DO RIO PARAÍBA



FONTE: Atlas Geográfico da Paraíba, 1965.

Após a concessão da Sesmaria à família Oliveira Ledo, o processo de povoamento do Cariri paraibano continuou com concessões de outras Sesmarias. Pereira (2008, p. 160), tendo por base o livro no qual Joffily (1893) reuniu todas as sesmarias referentes à Paraíba, diz que:

(...) foram identificadas 76 (setenta e seis) cartas de sesmarias relacionadas aos Cariris Paraibanos. O referido autor na relação geral das cartas teve a preocupação em colocar além da numeração, um título relacionado a algum acidente geográfico, sitio fazenda, etc. Além disso, várias contêm termos como Sertão do Cariry e Cariry de Fora, que eram de uso na época para definirem os limites naturais para as regiões.

Começou, assim, a concentração de terras no controle de poucas famílias. Estava iniciado o processo de concentração fundiária que perduraria nos séculos seguintes com consequências na atualidade. Com a chancela oficial do Estado, foram tomadas as terras que pertenciam aos primeiros habitantes e donos por direito, os povos originários.

Outro acontecimento importante é anotado por Medeiros (1990) afirmando que, em abril de 1750, sob a invocação de Nossa Senhora dos Milagres, foi criada a Freguesia do Cariri de Fora que tinha sua matriz na povoação do Cariri de Fora, depois chamada de Vila São João do Príncipe, Vila de São João ou Vila de São João do Cariri, atualmente município de São João do Cariri. Escreveu que, no início da ocupação das terras, até mais ou menos a metade do século XVIII, esta povoação recebia constantemente novos moradores:

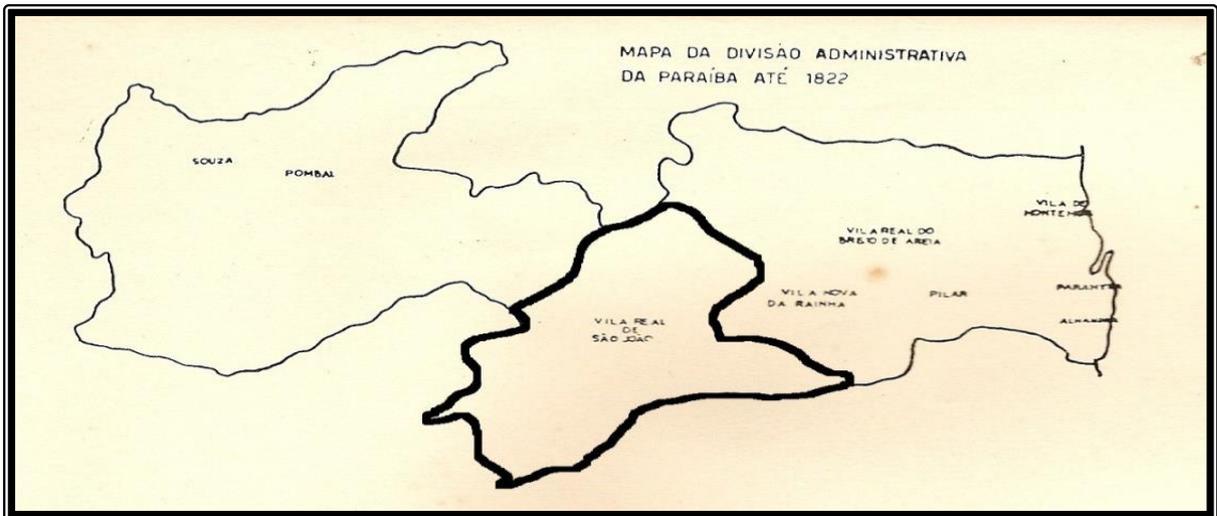
(...) eram rapazes de Portugal, eram de Pernambuco, eram da Capitania da Paraíba mesmo. Os portugueses eram originários de várias cidades: os pernambucanos vinham de Jaboatão, de Recife, de Goiânia, de Igaracu, de São Lourenço da Mata, de Taquaritinga, do Cabo, de Orobó e de També. Da Paraíba, vinham da cidade deste nome, de Campina Grande, de Taipu; do Alto Sertão, eram poucos. Alguns ádvenas procediam do São Francisco e do Apodi, mas, raros. Impressiona a quantidade de portugueses na região. (MEDEIROS, 1990, p. 15-16).

Corroborando com esse pensamento, Leal (1972, p. 17) também fala no grande número de portugueses que habitavam São João do Cariri.

Lícito é supor, que somente após a expulsão dos holandeses, foi que começaram a afluir os povoadores da chapada da Borborema, notando-se que no caso do Cariri de Fora e do Vale de Travessia, o elemento português predominou, sobre o de qualquer outra origem. Vinham os luzíades sozinhos e escoteiros para aventura, findando por constituírem família, se radicando por toda a vida na gleba desbravada.

São João do Cariri tornou-se a principal vila da região e figurava entre as mais importantes da Paraíba. Com o passar dos anos muitos povoados e vilas que foram surgindo em sua circunscrição foram se desmembrando e tornaram-se municípios autônomos. Na divisão administrativa do Estado da Paraíba até o ano de 1822, a sua área territorial abarcava uma extensão que transpunha as terras do atual Cariri paraibano.

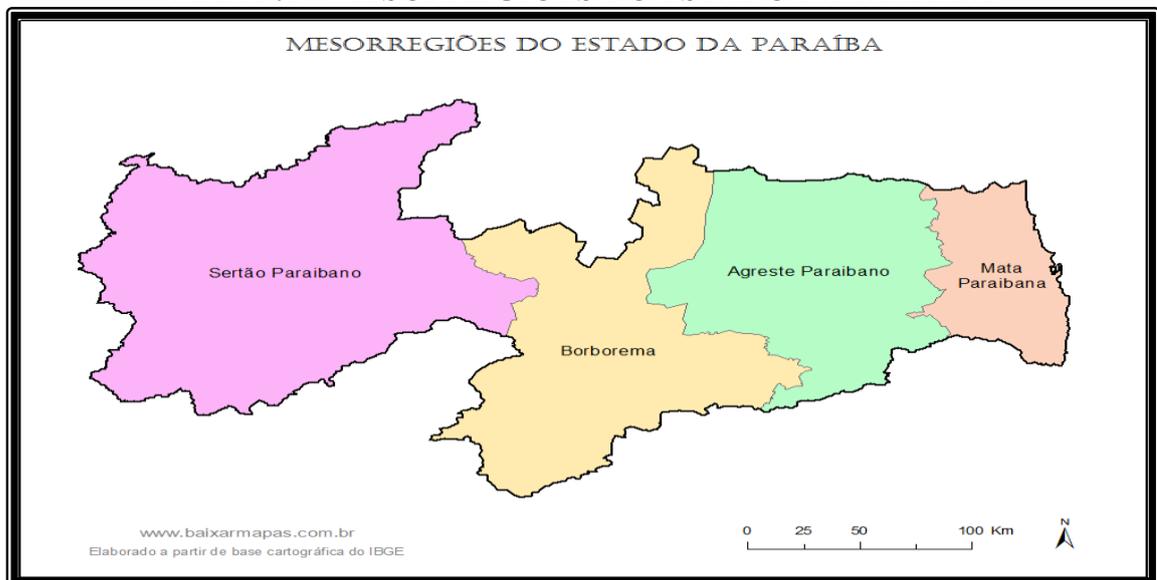
IMAGEM 04 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA PARAÍBA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX



FONTE: Atlas Geográfico da Paraíba, 1965.

Atualmente, a divisão geográfica do Estado da Paraíba é composta por quatro Mesorregiões que são as seguintes: Mata Paraibana, Agreste Paraibano, Borborema e Sertão Paraibano. Vejamos o mapa:

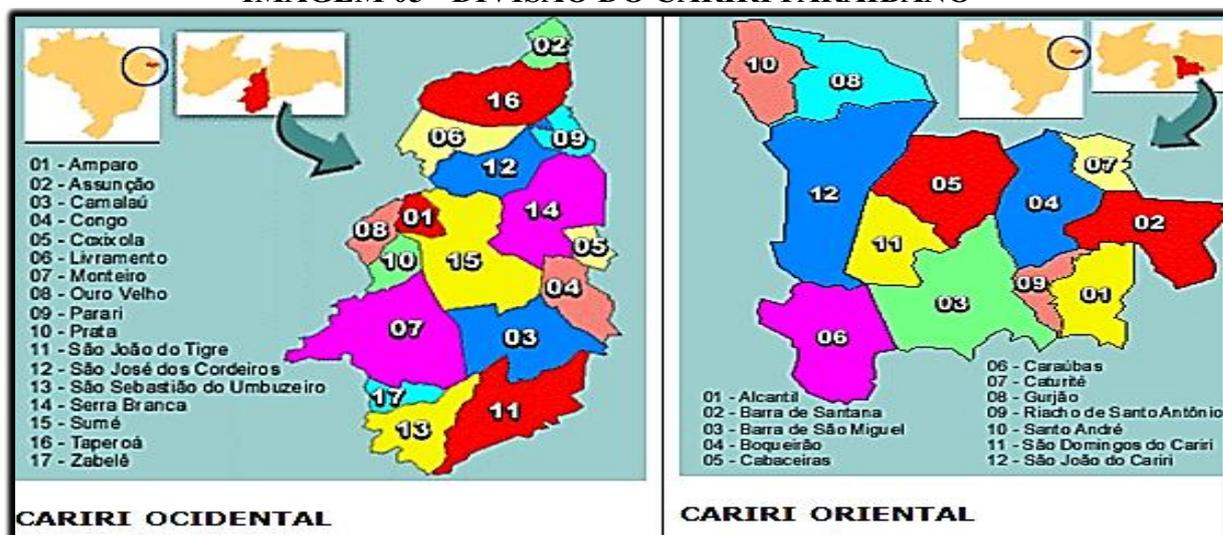
MAPA 02 - MESORREGIÕES DO ESTADO DA PARAÍBA



FONTE: www.baixarmapas.com.br.

O Cariri paraibano está dividido em Cariri Ocidental e Cariri Oriental. A imagem abaixo apresenta essa divisão e os municípios que a compõe.

IMAGEM 05 - DIVISÃO DO CARIRI PARAIBANO



FONTE: <https://www.milkpoint.com.br/artigos/producao/producao-de-leite-de-cabra-nos-cariris-ocidental-e-oriental-da-paraiba-74236n.aspx>

No processo de ocupação do território paraibano, os colonizadores não conseguindo o êxito esperado com os povos originários, principalmente, para os diversos trabalhos de exploração do território, como alternativa encontrada, trouxeram homens e mulheres da África e os escravizaram, conforme está descrito no início do primeiro capítulo do presente trabalho.

Os escravizados africanos deportados para a Paraíba, normalmente, primeiro chegavam a Pernambuco que, em todo o período de duração do tráfico internacional, dispunha de rotas para a Costa da Mina e a África Centro-Ocidental – com destaque para os reinos do Congo e de Angola – e abasteceu, além da Paraíba, as capitânicas do Rio Grande do Norte e do Ceará (ROCHA, 2006, p. 286-287). Muitos escravizados foram trazidos para o Cariri paraibano, espalhados em suas diversas localidades. O quadro abaixo apresenta a quantificação dos planteis de escravizados em São João do Cariri de 1783-1843.

QUADRO 02 - QUANTIFICAÇÃO DOS PLANTEIS DE ESCRAVIZADOS EM SÃO JOÃO DO CARIRI DE 1783-1843.

QUANTIFICAÇÃO DOS PLANTEIS	INVENTARIADOS	PERCENTUAL
Plantéis de até 4 escravos	52	47,3%
Plantéis de 5 a 8 escravos	34	30,9%
Plantéis de 9 a 12 escravos	13	11,8%
Plantéis com mais de 13 escravos	11	10,0%
TOTAL	110	100,0%

FONTE: Inventários do Fórum Municipal Nivaldo Farias Brito. Quadro elaborado por Pequeno Filho, 2017.

No período de 1783-1843, em todo o território de São João do Cariri existia a presença de escravizados. O número de cativos por propriedade dependia das condições financeiras dos donos. Nas áreas de terras mais extensas, sempre contava com a presença de um número maior de africanos para trabalhar.

O quadro 03 apresenta a população livre e escrava na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres de 1850-1872.

QUADRO 03 - POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA NA FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DOS MILAGRES DE 1850-1872

Período	Livre	Escravizada	Total
1852	9.212	1.538	10.750
1860	4.497	804	5.031
1872	14.471	642	15.113

FONTE: Quadro elaborado por Cavalcante, 2015. Fonte: GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba (1850-1888)**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979. P. 83-84. E mapa Populacional da Província da Paraíba, Relatório Presidente de Província, 1861.

De acordo com Cavalcante (2015), em 1852, a população escravizada na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres correspondia a 14,3% da população total, sendo que, em 1860, esse número aumenta para 15,98% da população. Havendo um decréscimo no ano de 1872 para 4,25%, sendo a mais provável causa de diminuição da população um surto epidêmico de

cólera-morbus¹⁹. Em relação as cores dos escravos recém-batizados na Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres variava entre parda/mulata (46,89%), preta (15,45%), cabra (1,40%), crioula (15,32%) e negra (1,73%) e de origem africana (0,34%). Não constava a cor da criança batizada (18,87%).

Entre os inventários de moradores de São João do Cariri pesquisados por Pequeno Filho (2017, p.176), está o do casal Antonio da Costa Leitão e Josefa Mamede do Nascimento no ano de 1807, moradores da Vila Real de São João, que entre os seus bens, possuíam os seguintes cativos: Joaquim, Antonio, Manoel, Joaquim, Ricarda, Luiza, Matheus, Aleixo, Benta, Liberata, Vicente e Manoel.

Pequeno Filho (2017, p. 77), referindo-se ao testamento de Izabel Oliveira Ledo, moradora de Cabaceiras, feito no ano de 1735, relatou que entre os muitos bens que possuía, havia uma casa de senzalas dos pretos e um número considerável de escravizados, vinte e dois ao todo e suas nacionalidades, conforme, informou a inventariante:

O negro Francisco do gentio da Guiné, de idade de corenta anos era doente dos peitox avaliado por 50 mil reis. Vicente de idade de trinta anos avaliado por 120 mil reis, era aprendiz de ferreiro do gentio de Angolla. Hu molecam do gentio de Angolla Joze de dezoito anos avaliado por 45 mil reis e estava com hua perna quebrada e hum alejam nu brasso. O negro Angolla Pedro de 21 annos avaliado em 100 mil reis o negro Angolla Miguel no valor de 80 mil reis, Matheus do gentio Benguela de corenta annos no valor de 100 mil reis, hua molecam do gentio do Congo de nome Gracia de vinte anos e no valor de 80 mil reis, hum negro cazado Angolla de nome Manoel de cincoenta anos no valor de 45 mil reis, hua negra do gentio da Costa, Catharina cazada com o dito negro e de idade de 35 annos por valor de 90 mil reis, hum crioulo Marcos de des anos 50 mil reis, hum mistisso Juam de idade de des anos por 50 mil reis, hum mulato Cosme de oito anos de valor que foi 55 mil reis, hum molatinho Manoel de idade de quatro anos por valor de 30 mil reis, hua negra do gentio Benguella de nome Maria de vinte e cinco anos avaliada em 75 mil reis, hua molata Maria de vinte e coatro anos por valor de 100 mil reis, hua crioula de nome Jozepha de onze anos por 50 mil reis, hua crioula Maria de des anos avaliada por 50 mil reis, hua molatinha por nome Luzia por presso de 45 mil reis de cinco anos de idade, hum moleque de nome

¹⁹ A Paraíba e outras Províncias do Império sofreram diversos surtos epidêmicos, com destaque o cólera-morbus, ocorrido nos anos de 1855/1856, tornando a ocorrer em 1861/1862 em menor escala. Cf. Lima, 2008, p. 198.

Joam Angola de idade de vinte e seis anos quebrado de hua virilha no valor de corenta mil reis.

Segundo Pequeno Filho (2017, p. 73), falando sobre a o testamento de Antonio de Oliveira Ledo, aponta a existência de escravizados na fazenda da Serra Branca, nos idos de 1732. Conforme está escrito:

[...] que os escravos que há são os seguintes: um crioulo por nome André de idade de trinta anos pouco mais ou menos, Joaquim dos gentios da Guiné, de idade de cinquenta anos pouco mais ou menos, Manoel de Angolla de idade de dezesseis anos, pouco mais ou menos – tenho um mameluco por nome Francisco de idade doze anos, Isabel Angolla, de idade de dez anos, duas crioulinhas uma por nome Antônia e outra por nome Anna.

Nas terras que hoje formam o município do Congo foi construída a primeira capela no Sul do Cariri, edificada entre 1757 e 1773, antes das igrejas de Monteiro, Sumé, Serra Branca, Camalaú, São Sebastião do Umbuzeiro, entre outras. Para Rietveld (2015), a construção da capela dedicada a Nossa Senhora de Sant’Anna tem na sua origem a presença africana, pois, nas religiões afro-brasileiras, esta santa é invocada como a deusa Nanã²⁰. Sobre a origem do lugar Congo, uma explicação baseia-se numa história popular que fala de um negro de nome Congo que podia ser um foragido do quilombo de Palmares, que trouxe no seu ombro uma imagem de Santa Ana e rezava novenas. Ele devia ter ligações com os padres oratorianos de Brejo da Madre de Deus. Foi morar no sítio Riachão, município do Congo. Conforme está exposto a seguir:

Uma história conta que em tempos remotos um fazendeiro descobriu nas suas terras uma capelinha em construção. O pedreiro era um escravo foragido “do Sul” de nome Congo. Ele se agradou da construção e mandou Congo terminá-la. Depois os dois foram para “o Sul”, onde o fazendeiro conseguiu comprar este escravo do seu “legítimo” dono e o trouxe de volta. “O Sul” nesta história significa o litoral com seus canaviais que funcionavam através da mão de obra dos escravos. (RIETVELD, 2015, p. 152).

²⁰ O Orixá Nanã é considerado a mais velha das divindades femininas. Está relacionada à lama dos pântanos. É sincretizada com Sant’Ana, a mãe da Virgem Maria.

Outra presença de escravizados foi registrada por Pequeno Filho (2017, p. 173), ao analisar o inventário, registrado no ano de 1806, do casal Maria da Conceição Maciel e José Antônio Barbosa, moradores do sítio Caiçara que eram donos dos seguintes escravizados: Ana, Joaquina, Severina, Ignacia, Maximiano, Cassimiro, João, Pedro e Cosme.

Na cidade de Monteiro, de quando ainda era uma fazenda de nome Alagoa, propriedade de Manoel Monteiro, encontram-se diversos registros de batismos de escravizados, entre os quais destacamos:

Aos vinte oito dias do mês de junho do anno mil oitocentos na fazenda da Alagoa de Manoel Monteiro baptizei e pos os sagrados óleos a Parvula Domingos filha de Anna escrava de Manoel Monteiro e de sua mulher Josefa Maria Vieira naturais e moradores nesta freguesia nascida no dia vinte e seis do mês de maio do dito anno. Forão padrinhos Luizo Bartome e sua mulher Angelica Rosa todos oradores nesta freguesia e para constar fiz estes no dia era ut supra. Cura Virgilino Machado... (livro 5, 44v). (RIETVELD, XAVIER e SILVA, 2002. p. 222).

Vários outros registros de escravizados encontramos nas nossas pesquisas realizadas no cartório Jayme Bezerra Menezes da cidade de Monteiro, conforme o quadro abaixo:

**QUADRO 04 - COMPRA E VENDA DE ESCRAVIZADOS REGISTRADOS
NO CARTÓRIO DA CIDADE DE MONTEIRO-PB – 1863/1868.**

VENDEDOR	COMPRADOR	ESCRAVIZADO(A), COR, IDADE, VALOR E OBSERVAÇÕES
Francisco Rodrigues de Paes	Gintil Gomes Ferraz	Escravinho José, Crioulo, 07 a 08 anos, 700 mil reis.
Diogo Soares de Albuquerque	Francisco José	Escravinha Maria, Crioula, 12 anos, 400 mil reis. De produção de outra escrava que tinha.
Carta de Liberdade Proprietário: José Ribeiro de Sousa		José, Gentio de Angola, Compra em lote na praça do Recife. Comprou a liberdade por 1 conto e 200 mil reis e de sua mãe?
Doação. Doadores: Raimundo Ferreira da Silva e Tereza Maria de Jesus	Doam a filha Antonia Roma, esposa de Bernardo Rodrigues de Freitas	Escravinha Francisca, Crioula, 14 anos, 300 mil reis.

Antonio Thomás do Nascimento	Mariano José das Neves	Arcanja, Mulata, 24 anos, 900 mil reis. O vendedor comprou a escrava a Antonio Alves de Sousa
Francisco da Cunha de Araújo Pinheiro	Reverendo Bernardo José Gonçalves	Escravinho Inocêncio, Crioulo, 08 a 09 anos, 560 mil reis. O vendedor comprou o escravo a Manoel de Araújo Pinheiro
Carta de Liberdade Proprietário: Domingos José Alves		Clara, Mulatinha, 12 anos? 460 mil reis. A mulatinha Clara pertenceu a José de Almeida Pires. Era filha de Florinda, também escrava.
Pedro Ferreira de Brito	José Bezerra da Silva	Custódia, Preta, 8 anos, 400 mil reis. Houve por herança do seu cunhado Manoel Bizerra Cavalcante (já finado)
Maria Alves Feitosa	Cicílio Arcélio Carneiro de Albuquerque	Rosa, 11 anos, 800 mil reis. Era filha de uma sua escrava (cria de sua propriedade).
Florência Maria de Jesus (Meeira) e herdeiros Antonia Ferreira Mendes, Francisco Ferreira Mendes, Severino José Vieira e Severino José de Lima	Joaquim José de Santa Anna	Eusébia, Cabra, 32 anos, 800 mil reis. Cria de sua produção, de sua propriedade.
Capitão Joaquim Pereira da Silva	João Soares de Lima	Sebastião, 6 anos, João, 5 anos, Crioulos, 900 mil reis.

FONTE: Cartório Jayme Bezerra de Menezes da cidade de Monteiro. Livro de Notas N° 01 – 1863-1868. Quadro elaborado pelo autor.

No período pesquisado (1863-1868), entre os registros encontrados, além de compra e venda de escravizados, encontramos duas cartas de liberdade que foram compradas por dois escravizados. Uma carta de doação de um escravizado feita por um casal para a sua filha. E a compra de um escravinho pelo o reverendo Bernardo José Gonçalves. Alguns escravizados que foram negociados eram filhos de escravizadas que moravam com o proprietário, como anotado: cria de produção de outra escravizada que tinha, de sua propriedade.

Em Sumé, entre os anos de 1873 a 1887, foram feitos diversos registros de escravizados no Cartório de Paz de São Tomé.

De tal modo que foram poucos os escravos masculinos registrados no cartório de paz de São Thomé que ficaram na povoação. Entre os anos de 1873 a 1887 foram em torno de setenta escravos, porém a maioria foi vendida para outros lugares da Parahyba do Norte, de Pernambuco ou no tráfico interprovincial. Até mesmo os senhores detentores de mais posses, com muitas terras e prestígio social tinham em média

cinco ou seis escravos, apressando-se em vendê-los nos momento de crise. (QUEIROZ, 2006, p. 36).

No município de São João do Tigre, no sítio Pátio do Roçado, próximo ao Distrito de Cacimbinha, foi registrada a presença de negros escravizados, conforme o relato de Rietveld (1995):

No município de São João do Tigre existe o lugar chamado Pátio do Roçado perto de Cacimbinha. O povo d'aqui é conhecido por seus costumes diferentes. Esta gente tem pouca leitura e participa pouco da igreja. Eles são pretos e tem um complexo grande de inferioridade. O patriarca e a matriarca deste povo são João Caetano e sua mulher mãe Teresa, a parteira da região. (RIETVELD, 1995, p. 24).

Nos primórdios de São Sebastião do Umbuzeiro, por trás da casa de Laurentino Ferreira, existia um curral onde os escravizados viviam (RIETVELD, 1999). Existe o registro da venda de uma escravizada pertencente a mulher da família fundadora da cidade. A escravizada foi vendida em Zabelê, localidade vizinha às terras de São Sebastião do Umbuzeiro.

Uma escrava de nome Vicência, de vinte e seis anos, cuja patroa Rita Maria da Conceição, mulher de Manoel Antonio das Neves, tinha falecido, foi vendida por Mariano José das Neves, Manoel Antonio das Neves, Bento Rodrigues das Neves, Teotônio Bezerra das Neves, Joaquim D'Almeida Pires, Antonio Gomes Júnior, Manoel Gomes da Silva, Amaro Bezerra das Neves e Zeferino Bezerra das Neves, sendo procuradores o Padre Francisco Ananias de Farias Castro e Francisco Xavier Correia, a Ângelo Bezerra Neves por um valor de “hum conto de reis”, em Zabelê no dia 18 de maio de 1865. (RIETVELD, 1999, p. 53-54).

Em Zabelê também existem registros da presença de negros em sua história, conforme as pesquisas de Rietveld (1999). Segundo ele, moram na referido lugar, descendentes de um homem preto de União de Palmares, a terra de Zumbi, o grande líder negro do final do século XVII. Provavelmente, fugindo de perseguições.

Foi possível verificarmos a existência de um número considerável de escravizados em todas as terras que formam o Estado da Paraíba ao longo dos séculos de escravidão e na região do Cariri paraibano não foi diferente. Muitos escravizados ocuparam estas terras no passado, conforme podemos observar no quadro a seguir:

QUADRO 05 - PROPRIETÁRIOS DE TERRAS E ESCRAVIZADOS NO CARIRI E EM ALAGOA NOVA DE 1783 A 1843

Nº de escravizados dos donos de terras no Cariri	Nº de escravizados dos donos de terras no Cariri, em Alagoa Nova e outras regiões do Brejo	Total de escravizados
366	341	707

FONTE: Dados levantados dos inventários localizados no Fórum Municipal de São João do Cariri do período de 1783 a 1843. Dissertação de mestrado de José de Sousa Pequeno Filho, 2014, p. 72.

Com os nossos estudos contamos como ocorreu a chegada do negro na Paraíba e no Cariri paraibano, demonstramos que sua presença foi marcante, especialmente nas terras caririzeiras, praticamente, em todos os lugares, a exemplo das localidades que outrora pertencera a São João do Cariri e, atualmente, são municípios, tais como: Congo, Monteiro, Sumé, São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro e Zabelê.

Sobre a escravidão na Paraíba e, principalmente, no seu interior é imprescindível a obra de Galliza (1979)²¹, pois é a pioneira. Sobre a escravidão no Cariri paraibano, encontramos alguns estudos como os dos pesquisadores José de Souza Pequeno²², Solange Mouzinho Alves²³, Eduardo de Queiroz Cavalcante²⁴ e Aldo Manoel Branquinho Nunes²⁵, que têm como principais fontes os dados fornecidos pelos documentos cartorários da Freguesia de São João do Cariri.

²¹ GALLIZA, Diana Soares de. O declínio da escravidão na Paraíba 1850 – 1888. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1979.

²² PEQUENO FILHO, José de Sousa. **Experiências vividas, escravidão e formação histórica de São João do Cariri 1783 – 1843**. 2014. 330 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2014. Padronize a referência das pesquisas das notas seguintes seguindo esse modelo.

²³ ALVES, Solange Mouzinho. **Batismo e Compadrio**: o parentesco espiritual estabelecido pelas pessoas negras e escravizadas na Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1851-1860. 2011. P. 68. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

²⁴ CAVALCANTE, Eduardo de Queiroz. **Tecendo redes, construindo laços de solidariedade**: a formação de famílias negras, a prática do compadrio e a morte de escravizados e libertos no cariri paraibano. João Pessoa, 2015.

²⁵ NUNES, Aldo Manoel Branquinho. **Currais, cangalhas e vapores**: dinâmicas de fronteira e conformação das estruturas social e fundiária nos “Sertões da Borborema” (1780-1920). Campina Grande-PB, 2017.

2.3 OS NEGROS NA HISTÓRIA DE CAMALAUÍ: PRESENÇA NA FAZENDA ROÇA VELHA

Antes, porém, de escrevermos sobre o escravizado Avelino Bezerra Leite é importante contar um pouco da história do município de Camalaú. Localiza-se na Mesorregião da Borborema e na Microrregião do Cariri Ocidental, limitando-se com o estado de Pernambuco e com os municípios de São João do Tigre (22 km), São Sebastião do Umbuzeiro (37 km), Monteiro (35 km), Sumé (26 km) e Congo (20 km). Está distante 331,7 km da capital paraibana. Vejamos:

IMAGEM 06 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMALAUÍ-PB



FONTE: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Camala%C3%BA>

A fundação do povoado deu-se em 21 de junho de 1895, quando, oficialmente, Domingos Ferreira Brito e a sua esposa Rosa Maria da Conceição doaram mais de dezesseis hectares de terra à Igreja Católica para a formação do Patrimônio de São José, mediante a solicitação de José Cardoso da Silva, que passou a ser considerado o fundador da cidade. (RIETVELD & SILVA, 1996, p. 78). Anteriormente, as terras do atual território de Camalaú pertenciam à São João do Cariri, mas, no ano de 1872, quando Monteiro foi elevado a

Camalaú Velho, Boa Vista, Caraibeiras, Caroá, Jerimum, Coelhos, Caiçara, Salgadinho, Ipoeiras, Bom Sucesso (atualmente, Distrito de Pindurão) e Roça Velha.

Nas terras que formam, atualmente, o município de Camalaú existe o registro da presença de escravizados em algumas destas localidades rurais. Mas, o lugar desse município onde foram encontradas as mais antigas presenças de escravizados foi a fazenda Ipoeiras, conforme consta de registros de batismos, crismas, casamentos e óbitos da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri²⁷.

A fazenda Ipoeiras é citada em um documento do ano de 1757, quando o Capitão mor do Cariri, Clemente de Amorim e Souza, por ordem do Governador Luiz Antonio Lemos de Brito, fez um levantamento dos lugares povoados citando nomes e distâncias uns dos outros ao longo dos rios que passam pela Cariri (MEDEIROS, 1990, p. 41). Assim está descrito: *...Dos Meios ao sítio Ipueiras são duas léguas. Das Ipueiras ao sítio Carrapateira são duas léguas. Da Carrapateira ao sítio Cachoeira é uma légua...*

Ao analisarmos o banco de dados de batismos de Alves (2015), que pesquisou os assentos entre 1752 e 1815, identificamos 7 (sete) escravizados recebendo aquele sacramento naquela fazenda. Vejamos:

**QUADRO 06 - ESCRAVIZADOS BATIZADOS NA FAZENDA IPOEIRAS
CORRESPONDENTE AO ATUAL MUNICÍPIO DE CAMALAÚ-PB (1777-1799)**

Nome	Cor/ origem étnica	Mãe	Pai	Proprietário	Data do nascimento	Data do batismo
Antonio ²⁸	Preta	Anna	Não consta	João da Rocha	NC	30/06/1777
Bento ²⁹	Preta	Margarida	Domingos	Manoel Ferreira da Silva	NC	17/02/1795
Severino ³⁰	Preta	Maria	João	Manoel Fernandes da Silva	NC	28/01/1796
Alexandre ³¹	Preta	Margarida	Domingos	Manoel Fernandes da Silva	22/01/1796	28/01/1796

²⁷ Para tanto, foram fundamentais as tabelas em *Excel* que foram organizadas pelos historiadores Solange Mouzinho Alves (2015) e Eduardo de Queiroz Cavalcante (2015), que tiveram por base os livros de registros de batismos, crismas, casamentos e óbitos da Paróquia Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri. Essas tabelas em *Excel* foram elaboradas por esses pesquisadores quando da realização de seus mestrados junto ao Programa de Pós-graduação em História da UFPB e repassadas ao professor Faustino Teatino Cavalcante Neto, líder do Grupo de Pesquisa do CNPQ *Núcleo de Pesquisa e Extensão em Educação Camponesa e Resistência no Cariri Paraibano* (NUCARIRI/UFCG/CDSA/UAEDUC), para fins de pesquisas.

²⁸ A mãe era escravizada. Os padrinhos foram Ponciano Neto (casado) e a Virgem Santíssima da Conceição da Ponte. O padre celebrante foi Francisco Xavier Ordonho de Sopeda.

²⁹ Os pais eram escravizados. Os padrinhos Joaquim Pereira e Ignacia dos Santos, eram solteiros, não consta a condição jurídica dos mesmos. O padre celebrante foi Joaquim Jozé de Veras.

³⁰ Os pais eram escravizados. Os padrinhos José Duarte da Assumpção e Maria Barbosa Pires, eram solteiros, não consta a condição jurídica dos mesmos. O padre celebrante foi Fabricio de Porciuncula Gameiro.

³¹ Os pais eram escravizados. Os padrinhos José Duarte da Assumpção e Ana de Jesus da Conceição, eram solteiros, não consta a condição jurídica dos mesmos. O padre celebrante foi Fabricio de Porciuncula Gameiro.

Mathias ³²	Preta	Maria	João	Manoel Fernandes da Silva	18/02/1798	12/07/1798
Patrício ³³	Preta	Margarida	Domingos	Manoel Fernandes da Silva	24/03/1798	12/07/1798
Ignácio ³⁴	NC	Margarida	[Damião?]	Manoel Ferreira da Silva	18/06/1799	24/06/1799

FONTE: Alves, 2015. Quadro elaborado pelo autor do texto.

João da Rocha aparece como proprietário de Anna, mãe de Antônio. Manoel Fernandes da Silva aparece em 4 registros como proprietário de Maria, mãe de Severino e Mathias, e de Margarida, mãe de Alexandre e Patrício. Já Manoel Ferreira da Silva é descrito como dono de Margarida, mãe de Bento e Ignácio. Para Cavalcante (2015), esses registros de batismos revelam a formação de famílias nucleares³⁵, bem como a estratégia de resistência que os pais encontravam na busca de apoio e auxílio ao estabelecerem relações de parentesco espiritual³⁶ adquiridas no momento do batismo de seus filhos com pessoas da classe dominante, tendo em vista a condição semifeudal do escravizado. No entanto, quando os escolhidos para serem padrinhos eram escravizados está demonstrada as relações de solidariedade e de reciprocidade, estabelecidas por laços espirituais, vivenciada entre eles (escravizados), diferente de quando se tratava dos latifundiários.

Já no banco de dados de Cavalcante (2015), que pesquisou os assentos de batismos entre 1850 e 1871, identificamos mais 7 (sete) escravizados recebendo esse sacramento no oratório privado da Fazenda Ipoeiras. Vejamos:

³² Os pais eram escravizados. Os padrinhos João (era escravizado de Ana da Silva, viúva) e Ignacia Maria, eram solteiros, não consta a condição jurídica dos mesmos. O padre celebrante foi José Ignacio dos Santos Leal.

³³ Os pais eram escravizados. Os padrinhos Vicente de Almeida e Antonia Maria da Conceição, eram solteiros, não consta a condição jurídica dos mesmos. O padre celebrante foi José Ignacio dos Santos Leal.

³⁴ Os pais eram escravizados. Os padrinhos foram Silvestre Bezerra Leite (solteiro) e Francisca do Amaral (viúva). Isabel das Neves também era proprietária dos escravizados. O padre celebrante foi José Ignacio dos Santos Leal.

³⁵ Família nuclear é um conceito utilizado para definir a "família tradicional", ou seja, composta por mãe e pai casados e suas crianças biológicas vivendo juntas sob um mesmo teto. O restante são considerados apenas parentes. E é através da mãe e do pai que o indivíduo no caso (filhos) aprendem os valores morais e sociais que serão a base da formação da criança. Cf. www.todaatual.com/familia-nuclear. Acesso em 28.05.2021.

³⁶ Os cativos batizados estabeleceram relações de solidariedade e reciprocidade, que se fortaleceram por meio do compadrio, o parentesco espiritual. Os laços estabelecidos pelos cativos e seus padrinhos extrapolaram o espaço da Igreja e mostraram-se presentes em toda a sociedade. Cf. Jonis Freire.

**QUADRO 07 - ESCRAVIZADOS BATIZADOS NA FAZENDA IPOEIRAS
CORRESPONDENTE AO ATUAL MUNICÍPIO DE CAMALAUÁ-PB (1852-1862)**

Nome	Cor/ origem étnica	Mãe	Pai	Proprietário	Data nascimento	Data batismo
Manoel	Parda	Izabel	-	João Tavares de Oliveira	23/07/1852	01/10/1852
Joaquim	Criola	Joana	Manoel	José Rodrigues de Chagas	15/10/1854	29/11/1854
João	NC	Ritta	-	Francisco Rodrigues da Paz	24/01/1855	24/06/1855
Felippa	Criola	Rosaria	-	José Rodrigues de Freitas Sepal	23/08/1857	18/10/1857
Manoel	NC	Theresa	-	Ignácio Silva de Arruda	22/02/1862	22/04/1862
Izabel	NC	Benedicta	-	Felippe de Souza	07/03/1862	22/04/1862

FONTE: Cavalcante, 2015. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Alves (2015), apresenta dois registros de casamentos de escravizados de Manoel Fernandes da Silva, sendo o primeiro casal Domingos e Margarida, cujo matrimônio ocorreu em 05 de junho de 1787. Desta união nasceram sete filhos: Manoel, João, Antonio, Amaro, Alexandre, Joaquina e Patrício, todos identificados como pretos. Entre estes, aparecem no inventário Antonio, João, Patrício e Joaquina que acreditamos serem os filhos do dito casal. O segundo casal João e Maria, ambos gentios de Angola, casaram-se em 17 de fevereiro de 1795. Deste relacionamento nasceram os seguintes filhos: Severino, Mathias, ambos notificados como pretos, e Vicente, cuja informação da cor/origem étnica e racial não aparece registrada.

No banco de dados de crismas de Alves (2015) aparece João da Rocha como proprietário de 7 (sete) crianças que estão dispostas no quadro seguinte:

**QUADRO 08 - CRISMAS DE ESCRAVIZADOS NO TERRITÓRIO
CORRESPONDENTE AO ATUAL MUNICÍPIO DE CAMALAUÁ-PB (1778-1816)**

Nome	Cor/ origem étnica	Mãe	Pai	Proprietário	Padrinho/madrinha	Data crisma
Maria	NC	NC	NC	João da Rocha	Ana Ferreira	10.08.1778
Cristovão	NC	NC	NC	João da Rocha	Manoel Caetano	10.08.1778
Cosma	NC	NC	NC	João da Rocha	Ana Ferreira	10.08.1778
Ana	NC	NC	NC	João da Rocha	Theodosia (escravizada de Paula [Frz?] da Costa)	11.08.1778
Damiana	NC	NC	NC	João da Rocha	Joana (escravizada de João da Costa Ramos)	12.08.1778
Luiza	NC	NC	NC	João da Rocha	Maria Gomes	07.09.1789
Antonio	NC	NC	NC	João da Rocha	Antonio (escravizado de João da Costa Ramos)	11.08.1778

FONTE: Alves, 2015. Quadro elaborado pelo autor do texto.

A partir dos dados apresentados nos três últimos quadros, identificamos três proprietários de escravizados como residentes na fazenda Ipoeirás: João da Rocha, Manoel

Ferreira da Silva e Manoel Fernandes da Silva. Sobre este último, também identificamos o seu inventário datado de 1816 e encerrado em 1831, que informa que ele tinha a patente de capitão, que ele e sua esposa Izabel Maria das Neves residiam na fazenda Ipoeiras, que ambos deixaram dezessete filhos³⁷ e que ele havia deixado, entre outros bens, 25 (vinte e cinco) escravizados³⁸. Pequeno Filho (2014), após analisar esse documento, apresenta um quadro com a relação dos escravizados de Manoel Fernandes e sua mulher (1816), especificando cor, idade, nação, preço e, ainda, observação. Ressalta que, no decorrer da partilha, não constaram novidades, tais como, doenças ou fugas e que não havia senzalas no lugar. Vejamos o quadro seguir:

QUADRO 09 - RELAÇÃO DE ESCRAVIZADOS DE MANOEL FERNANDES DA SILVA E IZABEL MARIA DAS NEVES – 1816

NOME	COR	IDADE	NAÇÃO	PREÇO	OBS
Estevão	Crioulo	-	-	150\$000 reis	-
Jacó	Mulato	-	-	120\$000 reis	-
Sebastião	Crioulo	-	-	130\$000 reis	-
Antonio	Crioulo	-	-	140\$000 reis	-
João	Crioulo	-	-	140\$000 reis	-
Bento	Crioulo	-	-	140\$000 reis	-
Patrício	Crioulo	-	-	130\$000 reis	-
Vicente	Crioulo	-	-	130\$000 reis	-
Mathias	Crioulo	-	-	130\$4000 reis	-
Fernando	Crioulo	-	-	105\$000 reis	-
Valentim	-	-	-	25\$000 reis	Mudo
Martinho	Crioulo	-	-	60\$000 reis	-
Fortunato	Crioulo	-	-	60\$000 reis	-
Remígio	Crioulo	-	-	40\$000 reis	-
Januário	Crioulo	-	-	30\$000 reis	-
Francisco	-	-	Angola	140\$000 reis	-
Matheus	Crioulo	Velho	Angola	110\$000 reis	-
Amaro	Crioulo	-	-	30\$000 reis	-
Joaquina	Crioula	-	-	130\$000 reis	-
Rufina	Crioula	-	-	25\$000 reis	-
Luiza	Crioula	-	-	130\$000 reis	-
Archanja	Crioula	-	-	110\$000 reis	-
Jacinta	Crioula	-	-	50\$000 reis	-
Januária	Crioula	-	-	80\$000 reis	-
Florência	Crioula	-	-	75\$000 reis	-

FONTE: Pequeno Filho, 2014. Quadro elaborado pelo autor do texto.

³⁷ Do casamento de Izabel Maria das Neves com o capitão Manoel Fernandes da Silva nasceram dezessete filhos, a saber: Anna, Josepha, Joaquim, Manoel, Maria, Francisca, Sebastiana, José, Estanislau, Ignácia, Brígida, Rosa, Felícia, Bertholeza, Joaquina, Bispo (que morreu no berço) e Bento.

³⁸ Inventário de Manoel Fernandes da Silva, 1816. Acervo do Fórum Nivaldo de Farias Brito, São João do Cariri.

Durante essa nossa pesquisa também identificamos um proprietário como residente na Fazenda Ipoeiras e batizando um escravizado seu na Capela de Santa Anna do Congo. Trata-se do registro número 08, folhas 112, lavrando o batismo de Sebastião, escravizado de Manoel Ferreira da Costa³⁹, nascido em 13 de dezembro de 1851 e batizado no dia 23 de março de 1852, pelo padre Bernardo José Gonçalves. Acreditamos que esse proprietário é o mesmo Manoel Ferreira da Silva que aparece no quadro 03. Ao buscarmos pelo nome desse fazendeiro no banco de dados de Cavalcante (2015), localizamos o mesmo descrito como proprietário de mais 10 crianças dispostas no quadro seguinte.

QUADRO 10 - BATISMOS DE ESCRAVIZADOS DE MANOEL FERREIRA DA COSTA

Nome	Cor/ origem étnica	Mãe	Pai	Data do nascimento	Data do batismo	Local do batismo
Sebastião ⁴⁰	Criola	Clemencia	Mathias	13.12.1851	23.03.1852	Capela de Santa Anna do Congo
Rosaria ⁴¹	NC	Maria	Joaquim	14.01.1851	19.10.1851	Capela de São Pedro de Caraúbas
Geraldo ⁴²	Criola	Clemencia	Martinho	24.09.1852	24.11.1852	Fazenda Serra da Pedra
Maria ⁴³	NC	Clemencia	Mathias	29.06.1854	21.07.1854	Capela de Santa Anna do Congo
Barbara ⁴⁴	NC	Clemencia	Mathias	24.12.1855	25.01.1856	Capela de Santa Anna do Congo
Joaquina ⁴⁵	NC	NC	Mathias	09.12.1856	25.01.1857	Capela de São Pedro de Caraúbas
Caetano ⁴⁶	Parda	Maria	Joaquim	17.05.1857	28.05.1857	Capela de São Pedro de

³⁹ Manoel Ferreira da Costa aparece como casado com Maria Francisca da Conceição no registro de batismo da escravizada Caetano (17/05/1857) e aparece como casado com Felícia Maria das Neves no registro de batismo da escravizada Águída (24/03/1861).

⁴⁰ A condição jurídica da mãe era de escravizada. Foram padrinhos, João Nunes Moura e Maria Bizerra da Solidade, não consta a condição jurídica dos mesmos. O padre celebrante foi Bernardes José Gonçalves. O proprietário residia na Fazenda Ipoeiras.

⁴¹ A condição jurídica dos pais era de escravizados. Foram padrinhos, José (escravizado de José Joaquim de Brito) e Rosária (escravizada de José Felis da Roxa). O padre celebrante foi Manoel Coelho Thomaz. O proprietário residia em Caraúbas.

⁴² A condição jurídica dos pais era de escravizados. Foram padrinhos Manoel de Jesus Cordeiro e Leocadia Maria, não consta a condição jurídica dos mesmos. O padre celebrante foi Francisco João de Santa Delfina.

⁴³ A condição jurídica dos pais era de escravizados. Foram padrinhos, Manoel de Jesus Cordeiro e Lucina Ferreira de Carvalho, ambos solteiros. O padre celebrante foi Estanslau Ferreira de Carvalho.

⁴⁴ A condição jurídica dos pais era de escravizados. Consta que os padrinhos, Vicente e Barbara, eram escravizados de Joaquim Rodrigues. O padre celebrante foi Thomaz Coelho Estima.

⁴⁵ O pai era escravizado. Não consta o nome da mãe. O padrinho, Basílio, era escravizado. Não consta se a madrinha, Theodora, era ou não escravizada. O padre celebrante foi Manoel Coelho Thomaz.

⁴⁶ Os pais eram escravizados. Foram padrinhos Felis Ferreira de Brito e Maria Francisca da Conceição. O padre celebrante foi Manoel Coelho Thomaz.

						Caraúbas
Rufina ⁴⁷	Criola	Clemencia	NC	16.06.1859	17.07.1859	Capela de Santa Anna do Congo
Aguida ⁴⁸	NC	Clemencia	Mathias	22.02.1861	24.03.1861	Capela do Congo
Lucas ⁴⁹	Preta	Clemencia	Mathias	18.10.1862	10.11.1862	Oratório Privado casa de Francisco de Alvis Ferreira
Isidio ⁵⁰	Preta	Antonia	NC	10.07.1864	28.09.1864	Capela do Fundão
Andreza ⁵¹	Preta	Clemencia	NC	29.01.1865	19.03.1865	Capela de Santa Anna
Maria ⁵²	Preta	Antonia	NC	01.08.1866	25.08.1866	Oratório Privado da Fazenda Fundão

FONTE: Cavalcante, 2015. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Manoel Ferreira da Costa também aparece como padrinho de Antônio⁵³ (preto), filho natural da escravizada Izidora, que pertencia a Jeronima Maria da Conceição, tendo o batismo ocorrido na Fazenda Amparo.

⁴⁷ Não consta o nome do pai. A mãe era escravizada. O padrinho Manoel Bizerra da Silva era casado com a madrinha, Joanna Francisca de Jesus. O padre celebrante foi Custódio Luis de Araújo Souza.

⁴⁸ Os pais eram escravizados. O padrinho Joaquim Alves Ribeiro era casado com a madrinha, Joaquina Maria da Incarnação.

⁴⁹ Os pais eram escravizados. Foram padrinhos Juvenal Gomes Ferras e Josefa Maria das Neves. O padre celebrante foi Estanislau Ferreira de Carvalho.

⁵⁰ A mãe era escravizada. Não consta o nome do pai. O padrinho, Francisco Ferreira da Costa, era casado e a madrinha, Clara de Assis Ferreira, também casada. O padre Custódio Luis de Araújo Souza foi o celebrante.

⁵¹ Não consta o nome do pai. A mãe era escravizada. Os padrinhos foram Leonel da Rocha dos Praseres e Josefa Maria dos Praseres. O padre Custódio Luis de Araújo Souza foi o celebrante.

⁵² Não consta o nome do pai. A mãe era escravizada. Não consta o nome do padre que realizou o batismo. O Padrinho Vital Ferreira da Costa era casado e a madrinha, Rita, escravizada.

⁵³ Consta que essa criança nasceu em 08/07/1865 e foi batizada em 19/07/1865, não consta o padre que a batizou e que a madrinha foi Joana Maria da Conceição.

**IMAGEM 07 - FRENTE DA CASA ANTIGA SEDE DA FAZENDA IPOEIRAS,
CONSTRUÍDA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XVIII**



FONTE: Acervo particular do autor, 2020.

A segunda grande propriedade do atual município de Camalaú que identificamos dois batismos de escravizados foi a fazenda Carrapateira, tendo os mesmos ocorrido em seu oratório privado. Essa fazenda fica localizada às margens do rio Paraíba, tendo sido um dos proprietários Manoel Bizerra Cavalcante. Com o passar dos anos passou a pertencer ao major Delfino Mendes de Andrade e, posteriormente, aos seus herdeiros. Atualmente, Projeto de Assentamento Beira Rio⁵⁴. Notemos:

**QUADRO 11 - ESCRAVIZADOS BATIZADOS NA FAZENDA CARRAPATEIRA
CORRESPONDENTE AO ATUAL MUNICÍPIO DE CAMALAÚ-PB (1863)**

Nome	Cor/ origem étnica	Mãe	Pai	Proprietário	Data nascimento	Data batismo
Custodio ⁵⁵	Preta	Benedicta	João	Manoel Bizerra Cavalcante	08/10/1863	17/11/1863
Laurentino ⁵⁶	Preta	Benedicta	João	Manoel Bizerra Cavalcante	06/06/1865	20/10/1865

FONTE: Cavalcante, 2015. Quadro elaborado pelo autor do texto.

⁵⁴ Na atualidade, a antiga fazenda Carrapateira faz parte do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, tendo sido ocupada por pequenos agricultores, tornou-se um Projeto de Assentamento - PA.

⁵⁵ Os pais eram escravizados. Consta que os padrinhos foram José (escravizado) e Luisa (escravizada), não apresentando o nome do proprietário dos padrinhos. Consta também que o proprietário era solteiro e que o padre foi José de Sousa Magalhães.

⁵⁶ Consta que os padrinhos foram João José da Silva e Francisca Laureira do Espírito Santo.

Vemos que Custódio e Laurentino eram filhos legítimos do casal Benedicta e João, todos pertencentes ao fazendeiro Manoel Bizerra Cavalcante. Ao procurarmos nas tabelas de registros de óbitos, organizados por Cavalcante (2015), pelo nome de Manoel Bizerra Cavalcante, localizamos dois assentos. A primeira era filha natural e a segunda era filha legítima do casal João e Benedicta já citados.

**QUADRO 12 - ÓBITOS DE ESCRAVIZADOS DE MANOEL BIZERRA
CAVALCANTE**

Nome	Cor/origem em étnica	Idade	Mãe	Pai	Causa da morte	Local do sepultamento	Data
Joana ⁵⁷	Criola	10 meses	Maria	NC	NC	Capela de Santa Anna	04/05/1857
Martha ⁵⁸	Criola	08 dias	Benedicta	João	NC	Cemitério do Congo	15/05/1858

FONTE: Cavalcante, 2015. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Passemos agora a fazenda Pindurão. Sobre a sua formação, encontramos os relatos de um homem chamado Antônio Ferreira da Costa que, segundo a tradição, era muito rico, dono de uma grande fazenda e que possuía muitos escravizados (RIETVELD e SILVA, 1995, p. 87). Sobre a riqueza da qual era dono, dizia-se que: colocava o dinheiro no sol para não mofoar; mediu o dinheiro que queria dar de herança a seus filhos em montes; a sua última vaca saiu do curral quando a primeira já tinha andado meia légua. Não diferentes de outros fazendeiros de sua época, ele era muito cruel com os seus escravizados: colocava sal nas suas feridas e criava-os como bichos. Sobrinho (1996) também descreve sobre a mesma pessoa, contando que era o dono da fazenda Pindurão, dono de muitos escravizados e narra diversas histórias da sua vida. Nas nossas pesquisas sobre o Pindurão nos livros cartorários da Freguesia de Nossa Senhora dos Milagres de São João do Cariri não encontramos o nome de Antonio Ferreira da Costa, porém, existe o inventário de Antonio da Costa Figueiredo, datado de 1867, residente no Pindurão.

Nas pesquisas realizadas por Cavalcante (2015), encontramos 3 (três) assentamentos de batismos de escravizados pertencentes a esse fazendeiro, conforme quadro abaixo:

⁵⁷ Consta que a finada foi enterrada em hábito preto e que o padre foi Reverendo Thomás Coelho Estima.

⁵⁸ Consta que a finada foi enterrada em hábito branco.

**QUADRO 13 - BATISMOS DE ESCRAVIZADOS DE ANTÔNIO DA COSTA
FIGUEIREDO**

Nome	Cor/ origem étnica	Mãe	Pai	Data do nascimento	Data do batismo	Local do batismo
Lourença ⁵⁹	Parda	Marcela	NC	21.12.1850	09.03.1851	Capela de Santa Ana do Congo
Maria ⁶⁰	NC	Damiana	NC	24.02.1856	03.03.1856	Oratório privado do Pindurão
Anastacio ⁶¹	Criolo	Catharina	NC	19.12.1856	20.01.1856	Capela do Congo

FONTE: Cavalcante, 2015. Quadro elaborado pelo autor do texto.

A partir desses três registros de batismos conseguimos identificar que Antônio da Costa Figueiredo possuía 7 (sete) escravizados. Todos eram filhos naturais. Falando sobre a distinção entre filhos legítimos e naturais, Andrade (2012, p. 81) afirma que, na Idade Moderna e após a “Independência” do Brasil, em 1822, o país manteve as Ordenações Filipinas de Portugal⁶² como regramento interno vigente, o que foi mantido por meio da Lei de 20 de outubro de 1823, vigorando até o advento do Código Civil de 1916. Sofreram influência do direito romano, dos costumes lusitanos e do direito canônico. Diziam elas que

(...) e assim mantiveram o aspecto discriminatório em relação à filiação, com a distinção em relação aos filhos legítimos (advindos do matrimônio) e filhos ilegítimos, e esses em naturais e espúrios. Naturais eram os filhos advindos de relações não matrimoniais entre pessoas sem impedimentos para o casamento. E os espúrios, também denominados filhos de danado coito, eram os repudiados por serem filhos de pessoas impedidas de casar, denominados sacrílegos, incestuosos ou adúlteros. Havendo impedimentos de ordem sacra, os filhos eram sacrílegos. Diante de impedimentos de parentesco, os filhos eram incestuosos e na existência de vínculo matrimonial do pai com outra mulher, os filhos eram adúlteros. (IDEM).

⁵⁹ Consta que a mãe era escravizada do mesmo proprietário desta, que seus padrinhos foram Jose Luis Gonçalves e Francelina Maria Nunes, que o padre foi Bernardo José Gonçalves e que o proprietário residia na Fazenda Pindurão.

⁶⁰ Consta que a mãe era escravizada do mesmo proprietário desta, que seus padrinhos foram André (escravizado) e Catharina (escravizada), que os padrinhos eram escravizados do proprietário do batizando e que o padre foi Thomas Coelho Estima.

⁶¹ Consta que a mãe era escravizada do mesmo proprietário desta, que seus padrinhos foram André (escravizado) e Gertrudis (escravizada), que o padre foi Thomas Coelho Estima. Consta que o proprietário era morador no Brejo da Madre de Deus e não apresenta o nome do proprietário dos padrinhos, porém, pelo registro anterior, sabemos que André era de propriedade de Antônio da Costa Figueiredo.

⁶² As Ordenações Filipinas eram ordens, decisões e normas jurídicas do reino de Portugal, aplicadas em suas colônias, a exemplo do Brasil, como forma de centralização do poder. O nome da ordenação dizia respeito ao rei que governava Portugal no momento. A vigência das Ordenações Filipinas, deu-se no período em que Espanha dominou Portugal (rei Filipe I – 1581-1598). Disponível em: < <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>>: Acesso em 29 de maio de 2021.

Esse fazendeiro também aparece como padrinhos de Benedicta⁶³ (Criola), filha natural da escravizada Onora que pertencia a Joaquim Rodrigues de Freitas, tendo o batismo ocorrido na Capela de São Thomé.

O primeiro assento batismal diz que o proprietário residia na Fazenda Pindurão e o último traz que o mesmo morava em Brejo da Madre de Deus-PE. No seu inventário, informa que ele possuía propriedades nas duas localidades, motivo pelo qual, aparece como residente em endereços distintos.

Ao buscarmos no banco de dados de Cavalcante (2015) os registros de óbitos de escravizados que pertenceram a Antônio da Costa Figueiredo, conseguimos encontrar os resultados dispostos no quadro que segue:

QUADRO 14 - ÓBITOS ESCRAVIZADOS DE ANTÔNIO DA COSTA FIGUEIREDO

Nome	Cor/orig em étnica	Idade	Mãe	Pai	Causa da morte	Local do sepultamento	Data
Catharina ⁶⁴	NC	30 anos	-	-	Cólera Morbus	Cemitério do Congo	03.03.1856
João ⁶⁵	NC	35 anos	-	-	Cólera Morbus	Cemitério do Pindurão	04.03.1856
Lourival ⁶⁶	NC	09 anos	-	-	Cólera Morbus	Cemitério do Pindurão	29.03.1856
Joana ⁶⁷	NC	46 anos	-	-	Cólera Morbus	Cemitério do Congo	01.03.1866
Damiana ⁶⁸	NC	20 anos	-	-	Cólera Morbus	Cemitério do Pindurão	03.03.1866

FONTE: Cavalcante, 2015. Quadro elaborado pelo autor do texto.

A causa da morte dos 05 (cinco) escravizados de Antonio da Costa Figueiredo, foi o cólera-morbus. Lima (2008, p. 198) afirma que na Paraíba no século XIX, aconteceram surtos epidêmicos sucessivos, sendo o mais severo, entre eles, o cólera-morbus, ocorrido nos anos de 1855/1856, repetido com menor mortandade em 1861/1862. Os estragos, em números de escravizados mortos, foi avassalador, conforme podemos observar na anotação:

A primeira epidemia do cólera-morbus se manifestou primeiramente no Pará, em maio de 1855, deslocando-se em seguida para o Amazonas e o Maranhão, e finalmente chegou à Bahia por onde se espalhou pelas demais províncias do Norte do Império. Na Paraíba ela

⁶³ Consta que essa criança nasceu em 20/02/1857e foi batizada em 20/03/1857, pelo padre Jacintho José Bizerra, e que a madrinha foi Antônia Maria.

⁶⁴ Consta que a finada foi enterrada em hábito branco.

⁶⁵ Consta que a finada foi enterrada em hábito branco.

⁶⁶ Consta que a finada foi enterrada em hábito branco e que o proprietário era viúvo.

⁶⁷ Consta que a finada foi enterrada em hábito branco.

⁶⁸ Consta que a finada foi enterrada em hábito branco.

se instalou em dezembro daquele mesmo ano, através de localidades limítrofes com Pernambuco, deixando em seu caminho um rastro de medo, desolação, destruição e muitos mortos. De uma população de aproximadamente 210.000 mil habitantes, morreram em torno de 25.390 pessoas, entre homens, mulheres e crianças, ou seja, 12% do total. Embora menos intensa, se comparada com a primeira epidemia, nem por isso a segunda aparição da doença deixou de causar estragos, alimentando deste modo as tenebrosas estatísticas da saúde pública ao gerar 3.323 óbitos. Porquanto tenha atingido a população como um todo, sem distinção de cor e classe, os escravos foram proporcionalmente bastante atingidos. Para se ter uma ideia desse quadro, basta destacar que no primeiro surto pelo menos 2.982 deles morreram, quando a população cativa da província era constituída de pouco mais de 28.000 cativos. Nesse contexto, Campina Grande foi um dos municípios mais atingidos, tendo a “peste asiática” subtraído oficialmente a vida de 1.547 de seus 17.895 moradores. Dos 1.547 mortos, 152 eram escravos, numa época em que o número de cativos do município era de 3.446. No segundo surto a mortandade foi de 318 pessoas, embora desta vez a fonte não distinga o estatuto legal dos mortos.

Nas nossas pesquisas procuramos saber mais sobre a existência do cemitério onde foram sepultados diversos escravizados na área de Pindurão. Constatamos que ainda resta uma velha cruz, perdida no meio do mato, entre um espaço de terra que serve para plantio das culturas cultivadas pela agricultura familiar em época de inverno. Outras cruzes que lá existiam não resistiram à ação do tempo. O antigo cemitério que serviu para sepultar os corpos de escravizados falecidos foi ao longo dos anos esquecido pelos governantes. Não sendo visto como lugar de memória do povo negro, que deveria ser cuidado e preservado pelo poder público. A construção de um memorial ou algo semelhante naquele antigo campo santo seria uma maneira de preservação de uma importante página da história oficial, até então, perdida no anonimato.

Sendo um dos mais antigos da região do Cariri, mas, o cemitério foi utilizado apenas para o sepultamento de escravizados, separado das demais pessoas da sociedade. Colaborando com esse pensamento, constatamos que o proprietário da fazenda, Antonio da Costa Figueiredo, quando do seu falecimento, ocorrido em suas terras do Pindurão em 30 de maio de 1867, foi sepultado no cemitério de Santana do Congo, quando poderia ter sido sepultado no cemitério que ficava situado dentro de sua propriedade e próximo da sua residência.

IMAGEM 08 - ANTIGO CEMITÉRIO DE PINDURÃO. REGISTROS DE SEPULTAMENTOS DE ESCRAVIZADOS A PARTIR DO ANO DE 1856



FONTE: acervo particular do autor, 2020.

Ao investigarmos o inventário de Antonio da Costa Figueiredo, datado de 1867, encontramos outros escravizados que pertenceram a ele, onde constam além do nome, a cor, a idade e o preço. Vejamos:

QUADRO 15 - RELAÇÃO DE ESCRAVIZADOS DE ANTÔNIO DA COSTA FIGUEIREDO – 1867

Nome	Cor	Idade	Nação	Preço	Observações
Marcelina	criola	13 anos	-	800\$000 reis	-
Cristovão	criolo	20 anos	-	110\$000 reis	-
Domingos	criolo	25 anos	-	100\$000 reis	-
Joaquim	-	25 anos	-	200\$000 reis	-
Manoel	-	40 anos	-	250\$000 reis	-
André	criolo	49 anos	-	400\$000 reis	-
Sebastiana	criola	51 anos	-	500\$000 reis	-

FONTE: Inventário de Antônio da Costa Figueiredo, 1867. Acervo do Fórum Nivaldo de Farias Brito, São João do Cariri. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Fazendo uma leitura em seu inventário, encontramos uma petição onde dois de seus herdeiros, Pedro Aciole Tiuba e Vicente Ferreira da Costa, reclamaram ao Juiz Municipal de Órfãos dizendo que não foram descritos e avaliados alguns bens existentes em poder de outros herdeiros do finado. Esses bens eram diversos escravizados que pertenceram ao falecido e que

estariam em posse de alguns genros. Conforme observado no inventário, os herdeiros receberam os escravizados como “dote”⁶⁹, mas que não falaram sobre as “crias”⁷⁰. O herdeiro Francisco Leite da Costa, por exemplo, alegou que os dois escravizados em seu poder (Bernardo e Conrado) foi um dote doado pelo próprio Antonio da Costa Figueiredo para prestarem serviços a ele. Vejamos a relação dos envolvidos nessa situação:

QUADRO 16 - ESCRAVIZADOS DE ANTÔNIO DA COSTA FIGUEIREDO EM POSSE DE FILHOS E GENROS QUE NÃO CONSTAVAM, INICIALMENTE, NA RELAÇÃO DE BENS DO INVENTÁRIO

Escravidado	Herdeiros que estavam em posse dos escravizados	Parentesco com o falecido
Gertrudes ⁷¹	Pedro Ferreira Monteiro	Casado com a herdeira Delfina
Gesmaina	Pedro Ferreira Monteiro	Casado com a herdeira Delfina
Miguel	Pedro Ferreira Monteiro	Casado com a herdeira Delfina
Isabel	Pedro Ferreira Monteiro	Casado com a herdeira Delfina
Severino	Pedro Ferreira Monteiro	Casado com a herdeira Delfina
Felipa ⁷²	Manoel Brás da Silva	Casado com a herdeira Generosa
Domingos	Manoel Brás da Silva	Casado com a herdeira Generosa
Geraldo	Manoel Brás da Silva	Casado com a herdeira Generosa
Roberto	Manoel Brás da Silva	Casado com a herdeira Generosa
Iria ⁷³	Amador Nunes de Araújo	Casado com a herdeira Joana
Antonia	Amador Nunes de Araújo	Casado com a herdeira Joana
Thomásia	Amador Nunes de Araújo	Casado com a herdeira Joana
Barnabé	Amador Nunes de Araújo	Casado com a herdeira Joana
Maria	Amador Nunes de Araújo	Casado com a herdeira Joana
David	Amador Nunes de Araújo	Casado com a herdeira Joana
Bernardo	Francisco Leite da Costa	Casado com a herdeira Maria
Conrado	Francisco Leite da Costa	Casado com a herdeira Maria

FONTE: Inventários de Antônio da Costa Figueiredo, 1867. Acervo do Fórum Nivaldo de Farias Brito, São João do Cariri. Quadro elaborado pelo autor do texto.

⁶⁹ O dote representava um quesito de diferenciação social, simbolizando *status* para a mulher e sua família de origem, “o dote, tradicionalmente, servia ao propósito de formar uma nova unidade produtiva, estabelecer alianças políticas e garantir o futuro do novo casal.” Quanto maior o dote, mais destaque tinha na sociedade. O casamento era um meio pelo qual se perpetuava a riqueza e, ao mesmo tempo separava a classe dominante das demais classes da sociedade. O casamento era, na verdade, um grande acordo entre as famílias abastadas da sociedade, pois, a escolha do cônjuge era uma decisão do pai. Cf. Abrantes, 2012, p. 121.

⁷⁰ Filhos de escravizadas, a partir de casais legítimos ou consensuais. Termo bastante recorrente na documentação cartorial. No sacramento do batismo, “a cria”, geralmente, era alforriada. Para diferenciar do adulto, além do nome e da condição de escravizado, usava-se diminutivos, tais como: escravinho, cabrinha e crioulinho. Nas partilhas de bens, sempre ocorriam disputas para saber que teria direito à posse das “crias”. Das escravas herdadas. Cf. Ortiz, 2020.

⁷¹ Gertrudes era a mãe dos escravizados Gesmaina, Miguel, Isabel e Severino.

⁷² Felipa era a mãe dos escravizados Domingos, Geraldo e Roberto.

⁷³ Iria era a mãe de Antonia, Thomásia, Barnabé, Maria e Davi.

No inventário de um dos filhos de Antonio da Costa Figueiredo, de nome Vicente Ferreira da Costa, do ano de 1886, consta na relação de bens uma escravizada de nome Luzia, cor preta, solteira, de cinquenta e quatro anos de idade, com filhos livres⁷⁴, matriculada com o número 801, avaliada em cento e cinquenta mil reis. No referido inventário, nos dados específicos da matrícula, consta que foi matriculada no dia 01 de julho de 1872, que a escravizada tinha 33 anos de idade, filiação desconhecida, aptidão para o trabalho, capaz de qualquer trabalho, profissão [escravismo?], na observação diz que foi havida por compra, sem nenhuma averbação. Ainda no que diz respeito ao Distrito do Pindurão, identificamos que Isidro Ferreira Monteiro sepultou, no dia 13 de março de 1856, no cemitério da citada localidade um escravizado de nome Antônio, que contava 70 anos de idade, do qual era proprietário, que teve como causa da morte cólera-morbus. O registro encontra-se no livro 15, folhas 32, do registro de óbitos do cartório de São João do Cariri.

Rietveld & Silva (1996, p. 31) afirmam que na fazenda Camalaú Velho existia um tronco ou pelourinho que servia para amarrar gente (principalmente, escravizada) que não queria obedecer aos seus senhores. Amarrados eles podiam ser torturados.

Ainda sobre a existência de escravizados no município de Camalaú, Rietveld & Silva (1996) afirmam que é possível identificar descendentes destes naquele município. Tais autores dizem que merecem destaque a família Avelino, cujos membros residem no sítio Roça Velha que, conforme alcunha popular, foi designada de “Rua Preta”. Sendo que, das localidades analisadas, o sítio Roça Velha, é a única na atualidade, com presença de escravizados que registra um forte campesinato negro.

Os Avelinos são descendentes de um escravo famoso, de mesmo nome, que pertenceu ao fazendeiro Domingos Ferreira de Brito, o qual doou o patrimônio a São José. Domingos colocou o nome Avelino no seu escravo e deu-lhe uma imagem de madeira, medindo 40 centímetros. Não se sabe por que ele colocou o nome daquele santo desconhecido da Itália em seu escravo. O nome completo daquele santo desconhecido era André Avelino e em 1500 ele se destacou no seu país como um padre dedicado. (RIETVELD & SILVA, 1996. p. 30).

⁷⁴ Alusão a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, cujo texto propunha, a partir da data de sua promulgação, a concessão da alforria às crianças nascidas de mulheres escravizadas.

De acordo com Sobrinho (1996), existem alguns núcleos familiares da Família Avelino, originados de Avelino Cândido do Nascimento, de Avelino Domingos (da família Marinho). A existência desses núcleos familiares é posterior à do escravizado Avelino Bezerra Leite, não sendo possível estabelecer ou definir as relações entre os mesmos.

Apesar disso, é possível identificar os registros que se reportam a presença de Avelino Bezerra Leite, de seus três casamentos e de sua descendência no sítio Roça Velha. Um destes registros está expresso na imagem que segue:

IMAGEM 09 - EXTERIOR DA CAPELA NO SÍTIO ROÇA VELHA, CONSTRUÍDA PELA FAMÍLIA DO EX-ESCRAVIZADO AVELINO BEZERRA LEITE



FONTE: Acervo particular do autor, 2019.

A capela, que foi construída pela família do ex-escravizado Avelino Bezerra Leite, fica localizada em uma área afastada três quilômetros das casas do sítio Roça Velha, em uma área onde os caprinos e ovinos costumam pastar. A imagem 07 apresenta o interior da capela, que serve de espaço para encontros religiosos da família e demais pessoas dos sítios vizinhos. Durante muitos anos foram celebradas missas, novenas e atividades religiosas na localidade.

IMAGEM 10 - INTERIOR DA CAPELA NO SÍTIO ROÇA VELHA, CONSTRUÍDA PELA FAMÍLIA DO ESCRAVIZADO AVELINO BEZERRA LEITE



FONTE: Acervo particular do autor, 2019.

Na imagem 10, identificamos uma pequena estátua do santo André Avelino⁷⁵, que foi presente de Domingos Ferreira de Brito para o escravizado Avelino Bezerra Leite. O referido presente era uma maneira de colonizar o escravizado, utilizando-se do aparato ideológico. Para Vainfas (1986, p. 100), a instituição religiosa, mais precisamente, a igreja católica, colaborou para a legitimação do sistema escravista no período colonial. O referido “presente” permanece guardado na capela aos cuidados dos familiares do ex-escravizado.

⁷⁵ Lanceloti Avelino nasceu no ano 1520, em Castelnuovo, uma província que pertencia ao então reino de Nápoles. Em 1545, já era um sacerdote. Em 1556, Lanceloti entrou para a Ordem dos Teatinos e, em 1558, vestiu o hábito, tomando o nome de André Avelino. Morreu no dia 10 de novembro em 1608, acometido por um ataque quando se aproximava do altar para a celebração da missa. Foi canonizado pelo papa Clemente VI. Santo André Avelino é invocado pelos devotos como protetor celestial contra a morte repentina. *Fonte: Pia Sociedade Filhas de São Paulo Paulinas <http://www.paulinas.org.br>. Acesso em 29.05.2021.

**IMAGEM 11 - IMAGEM DE MADEIRA DO SANTO ANDRÉ AVELINO,
“PRESENTE” DE DOMINGOS FERREIRA DE BRITO PARA O ESCRAVIZADO
AVELINO BEZERRA LEITE**



FONTE: Acervo particular do autor, 2019.

De acordo com Rietveld & Silva (1996), quando a Lei Áurea foi sancionada, os escravizados de Domingos Ferreira de Brito festejaram. Todos cantavam e dançavam para celebrar a liberdade. Apenas Avelino decidiu ficar para continuar servindo ao seu senhor. Os seus descendentes não saíram das terras, continuando a morar no sítio Roça Velha, inclusive, na atualidade.

Existem também famílias afrodescendentes em Roça Velha, em Zabelê e em São Sebastião do Umbuzeiro. Porém, estas não eram foragidas. São famílias de escravos que ficaram nas terras dos seus antigos donos. Não saíram ou por amor aos seus patrões como se conta em Roça Velha ou porque não tinham condições para construir suas vidas de uma forma independente. A Lei das Terras de 1850 rezava que terras deviam ser compradas. Como ex-escravos pobres podiam fazer isso? (RIETVELD, 2015. p. 108).

Quando a citação diz que “não saíram por amor aos seus patrões, como se conta em Roça Velha ou porque não tinham condições para construir suas vidas de uma forma independente”, fica evidente o real motivo de permanecer nas terras: a falta de oportunidade

para construir uma vida com dignidade fora do espaço de exploração a que foram submetidos por longas décadas. A condição semifeudal do sentimento de dívida e devoção dos escravizados para com o latifundiário permanecia presente na realidade social. Para Nascimento (2020, p. 78) a estrutura social nos padrões do sistema capitalista usando da economia, assim como da superestrutura, formou uma sociedade de classes, o que ocasionou exclusão, exploração e estigmatização dos povos originários, africanos e camponeses, tidos como classes inferiores.

IMAGEM 12 - TERRAS PRÓXIMAS AO LEITO DO RIO DA SERRA, ONDE EXISTIA A CASA SEDE DA FAZENDA ROÇA VELHA E MOROU O ESCRAVIZADO AVELINO BEZERRA LEITE



FONTE: acervo particular do autor, 2020.

Tecendo sobre as terras utilizadas pelos escravizados com a permissão dos proprietários, Cardoso (1979) fala que estas deveriam ser utilizadas para cultivo, onde os mesmos poderiam trabalhar nos dias de sábado. Sobre isso, este autor faz uso da expressão “brecha camponesa”, já utilizada por Tadeusz Lepkowski. Vejamos, então, as duas modalidades de brecha camponesa apresentadas por esse último autor:

- 1) a economia independente de subsistência que os negros fugidos organizavam nos quilombos; 2) os pequenos lotes de terra concedidos em usufruto, nas fazendas, aos escravos não domésticos, criando uma espécie de “mosaico camponês-escravo”, o qual coexistia, porém, com “a massa compacta, indubitavelmente dominante, das terras do senhor, nas quais o escravo era trabalhador agrícola ou industrial, fazendo

parte de um grande organismo de produção” (LEPKOWSKI, 1968, p. 59-60).

Segundo Reis e Silva (2009, p. 29), era preciso permitir que os escravizados tivessem roça e se ligassem ao solo pelo amor da prosperidade, pois, assim, o escravizado não fugiria e não fazia desordens. Essa condição de ligação com a terra, de vínculos produtivos, econômicos e espirituais com ela, é condição própria da feudalidade/semifeudalidade no país, evidenciando a condição da estrutura econômica basilar sobre a qual a mão de obra escravista foi complementar.

Avelino Bezerra Leite não era o único escravizado de Domingos Ferreira de Brito, suas irmãs Josefa e Iria também eram escravizadas na mesma propriedade, casaram-se, tiveram filhos, constituíram família. Segundo a tradição oral transmitida pelas gerações passadas, o escravizado sobre o qual estamos falando e suas irmãs foram compradas no comércio da cidade de Recife-PE. Avelino Bezerra Leite foi casado três vezes. A primeira esposa foi Maria Francisca da Conceição, seguida de Joaquina Maria da Conceição e por último casou-se com Maria da Conceição, com quem teve cinco filhos, a saber: Miguel Avelino Bezerra, Balbino Avelino Bezerra, Manoel Avelino Bezerra, Josefa Avelino Bezerra e Maria Avelino Bezerra. Todos viveram no mesmo lugar, onde formaram família e muitos descendentes. Na atualidade, estes compõem a grande maioria dos moradores do sítio Roça Velha.

O registro de óbito do escravizado Avelino Bezerra Leite, lavrado no livro nº 4, folhas 8 v, termo 532, do cartório da Vila de Camalaú, o apresenta como viúvo, filho natural de Maria da Conceição, falecido no dia 19 de julho de 1938, em consequência de hidropisia, sendo sepultado no cemitério da citada Vila. Segue como se apresenta esse documento:

Aos desenove dias do mês de julho, do ano de mil novecentos e trinta e oito, nesta Vila de Camalaú, séde do 4º distrito, da Comarca de Alagôa do Monteiro, do Estado da Paraíba, em meu cartório, compareceu o senhor Balbino Avelino Beserra, solteiro, maior, agricultor e residente do Sítio Roça Velha deste Distrito, o qual perante as testemunhas adeante nomeadas e assinadas, declarou que hoje pelas três horas, no referido Sítio faleceu em consequencia de

idropesia, o seu pai Avelino Beserra Leite, de côr preta, com oitenta e cinco anos de idade, viúvo, filho Natural de Maria da Conceição, deixou, cinco filhos maiores, de nomes, Manoel Avelino Beserra, Josefa Avelino Beserra, Balbino, Maria e Miguel Avelino Beserra, todos residentes no Sítio Roça Velha ja referido, o sepultamento foi feito no cemiterio desta Vila. E para constar lavrei este termo, em que comigo assina o declarante com as testemunhas, Antonio Mariano de Sousa e Manoel Bolé da Silva as testas e residentes nesta Vila, meus conhecidos: dou fé. Eu, Sebastião Ferreira de Mélo, Oficial do Registro Civil, que o escrevi e assino.

Camalaú, 19 de julho de 1938.

Sebastião Ferreira de Mélo.

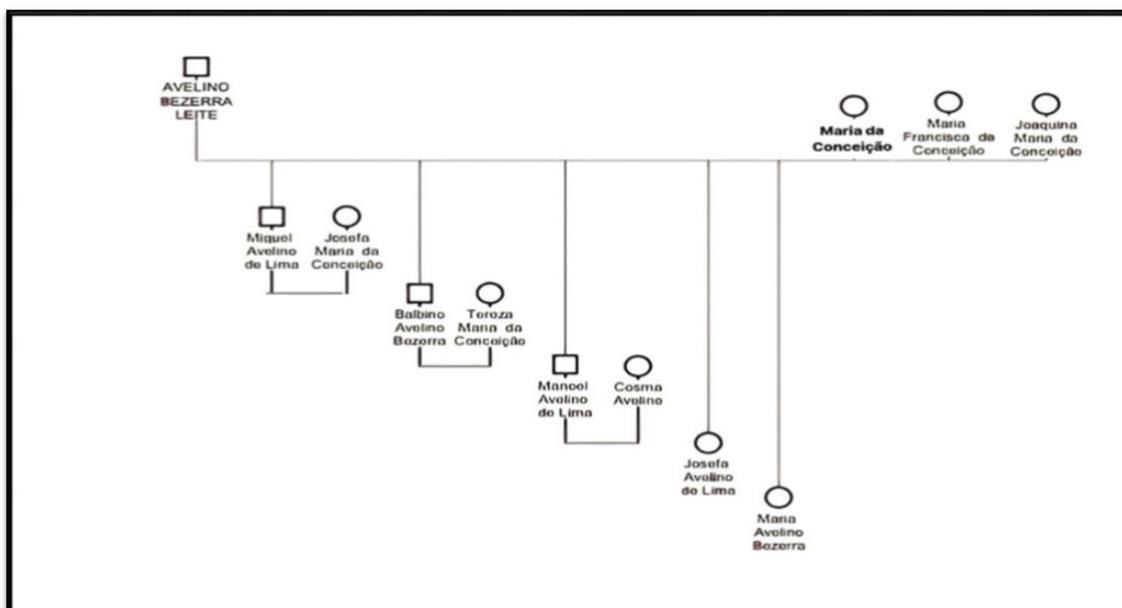
Balbino Avelino Bezerra

Antonio Mariano de Sousa

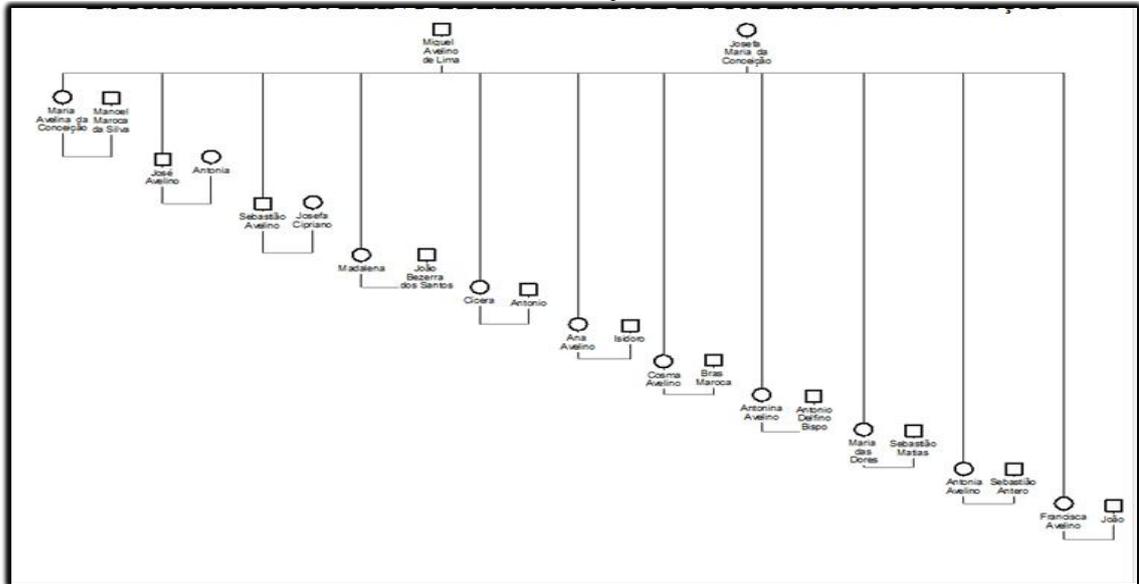
Manoel Bolé da Silva

Avelino Bezerra Leite casou-se com Maria Francisca da Conceição, no dia 17 de setembro de 1889, não havendo filhos deste casamento. Casou-se, a segunda vez, com Joaquina Maria da Conceição, no dia 27 de janeiro de 1906, também, não havendo filhos. Casou-se, pela terceira vez, com Maria da Conceição. Desta união nasceram cinco filhos, sendo três homens (Miguel, Balbino e Manoel) e duas mulheres (Josefa e Maria), conforme dispostos a seguir:

IMAGEM 13 - DIAGRAMA DE PARENTESCO DO ESCRAVIZADO AVELINO BEZERRA LEITE E SUAS TRÊS ESPOSAS

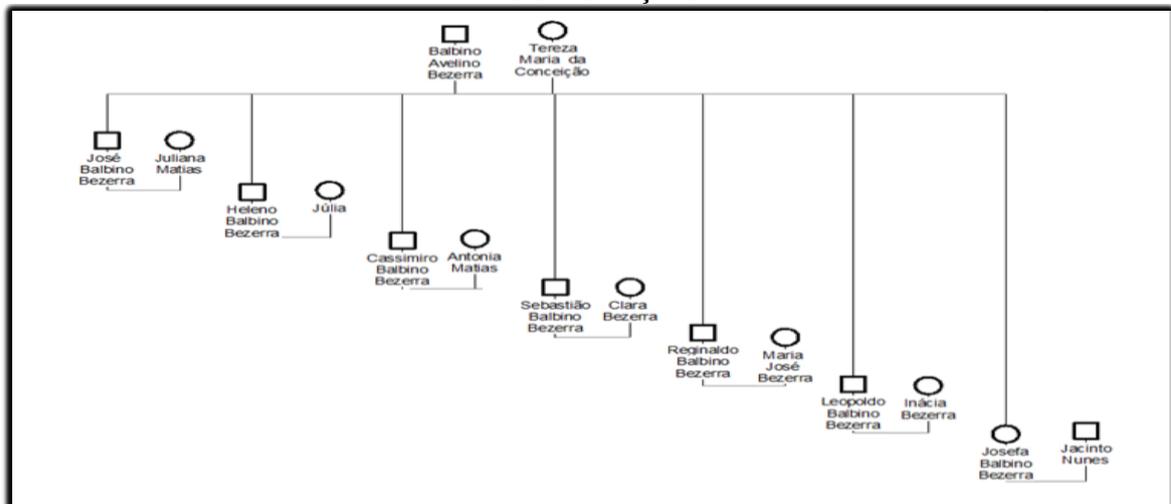


**IMAGEM 14 - DIAGRAMA DE PARENTESCO DO PRIMEIRO FILHO DO
ESCRAVIZADO AVELINO BEZERRA LEITE E SUA ESPOSA MARIA DA
CONCEIÇÃO**



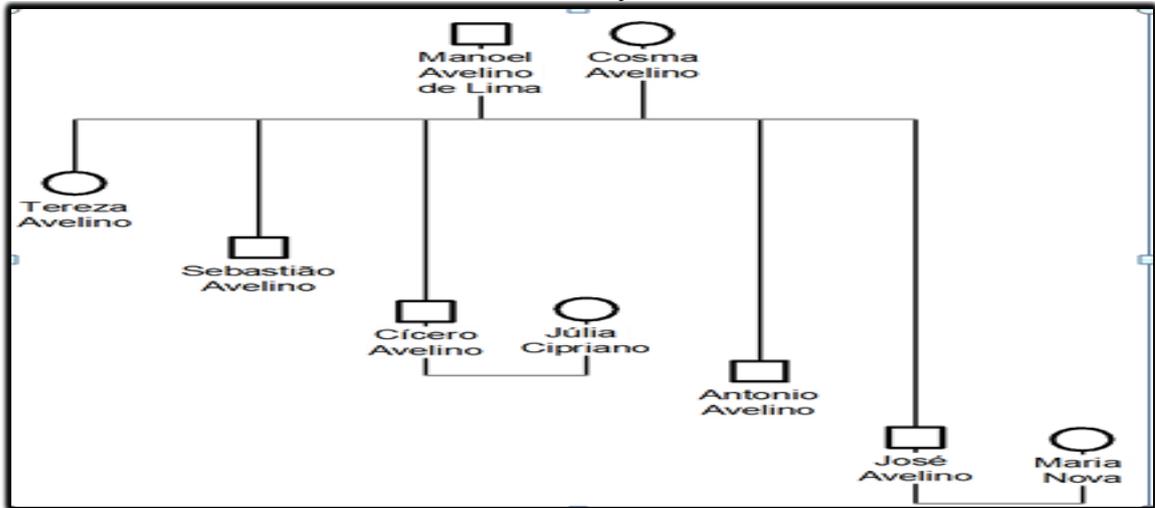
FONTE: Mariano Sobrinho, 1996. Diagrama elaborado pelo autor, 2020.

**IMAGEM 15 - DIAGRAMA DE PARENTESCO DO SEGUNDO FILHO DO
ESCRAVIZADO AVELINO BEZERRA LEITE E SUA ESPOSA MARIA DA
CONCEIÇÃO**



FONTE: Mariano Sobrinho, 1996. Diagrama elaborado pelo autor, 2020.

**IMAGEM 16 - DIAGRAMA DE PARENTESCO DO TERCEIRO FILHO DO
ESCRAVIZADO AVELINO BEZERRA LEITE E SUA ESPOSA MARIA DA
CONCEIÇÃO**



FONTE: Mariano Sobrinho, 1996. Diagrama elaborado pelo autor, 2020.

A família continua crescendo. Os descendentes do escravizado Avelino Bezerra Leite e da sua esposa Conceição permanecem morando no sítio Roça Velha. A árvore genealógica precisa ser atualizada para acrescentar os novos membros que ao longo dos anos foram se juntando e fazendo crescer essa imensa família nas terras de Camalaú-PB.

3 A QUESTÃO AGRÁRIA E O CAMPESINATO NEGRO EM CAMALAUÁ: O CASO DA FAZENDA ROÇA VELHA

O objetivo desse capítulo foi o de analisarmos como se deu a questão agrária no município de Camalaú, especificamente na fazenda Roça Velha. Mostrar a presença do negro na economia, através das atividades produtivas desde o início da colonização participando ativamente na produção açucareira no litoral e na pecuária e agricultura no sertão.

3.1 AS MAIORES FAZENDAS DO ATUAL TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE CAMALAUÁ

Entre os primeiros registros encontrados das terras do atual território de Camalaú está a sesmaria de N° 943, de 14 de agosto de 1790 (TAVARES, 1982, p. 451), que traz a referência ao colonizador Antônio Fernandes da Silva como proprietário de terras do que corresponde ao atual território do município de Camalaú. Vejamos:

Antonio Fernandes da Silva, morador no Cariry de Fóra diz que descobriu terras devolutas, **sobras das fazendas dos mocós, Ipoeirás, Carrapateira, Olho d'água do Cunha e Sucurú** na mesma ribeira, pegando do olho d'água do Juá pelo riacho da porteira a cima, até completar tres leguas de comprido e uma de largo ou vice-versa, pede por sesmaria conforme as ordens de S.M. Foi feita a concessão, no governo de Jeronymo José de Mello Castro. (Grifos nossos).

Os descendentes de Antônio Fernandes da Silva aparecem como proprietários de escravizados na Fazenda Ipoeirás, conforme dito no primeiro capítulo. Outras grandes fazendas fizeram parte das terras de Camalaú no passado. Foi a partir de suas economias (pecuária e algodão) e suas *relações de produção*⁷⁶ (escravidão e semifeudalidade), no século XIX, que a escravidão nessas fazendas gerou a formação de um campesinato negro.

⁷⁶ As relações de produção capitalistas baseiam-se na propriedade privada dos meios de produção pela burguesia, que substituiu a propriedade feudal, e no trabalho assalariado, que substituiu o trabalho servil do feudalismo. O capitalismo é movido por lucros, portanto temos duas classes sociais: a burguesia e os trabalhadores assalariados. Na sociedade escravista, os meios de produção (terras e instrumentos de produção) e os escravos eram propriedade do senhor, que eram os donos da força de trabalho (os escravos) e dos meios de produção (terras, gado, minas, instrumentos de produção) e do produto de trabalho. No capitalismo desenvolvido no Brasil, apesar

No censo agropecuário de 1920, as terras de Camalaú faziam parte do município de Alagoa do Monteiro. Mesmo assim, foi possível identificar grande parte das propriedades que, na atualidade, fazem parte do município de Camalaú. O quadro a seguir traz esses dados:

**QUADRO 17 - ESTABELECIMENTOS RURAIS E RESPECTIVOS
PROPRIETÁRIOS - CENSO AGROPECUÁRIO DE 1920.**

Nº	Estabelecimento Rural	Proprietários
001	Carrapateira	José Raymundo da Silva
002	Tapera	Manoel Luiz Pinheiro
003	Tapera	Custódio José Bezerra
004	Viegas	João de Freitas Barros
005	Cangalha	Francisco Ferreira do Nascimento
006	Cangalha	Pedro Ferreira de Brito
007	Floresta	Pedro Bezerra da Silveira Leal
008	Geremum	Antonio Gomes de Freitas
009	Geremum	Sizenando R. de Deus
010	Geremum	Galdino Marques Lima
011	Carahybeira	Honório Ferreira Quintans
012	Carahybeira	Ivo de Luna Chaves
013	Carahybeira	Ignácio Cesário de Lima
014	Carahybeira	Manoel Calixto Alves
015	Tortão	José Monteiro de Lima
016	Conceição	José Joaquim da Silva
017	Conceição	Antonio Andrade de Souza
018	Conceição	José Alves de Souza
019	Tigre	Marciano José de Oliveira
020	Pedra D'Água	Marciano José de Oliveira
021	Boa Vista	Francisco José da Silva
022	Boa Vista	Francisca D. de Freitas
023	Baraúnas	Herculano José da Silva
024	Baraúnas	Theophilo José de Melo
025	Baraúnas	Herdeiros de Félix Marques
026	Coelho	Antonio José de Oliveira
027	Salgadinho	Herdeiros de José da Costa Oliveira
028	Salgadinho	Maria Joaquina da Conceição
029	Salgadinho	Vicente da Silva Curvello
030	Salgadinho	Fortunato Reynaldo do Rego
031	Madeiras	Manoel Cesário Lima
032	Madeiras	João R. de Freitas Sobrinho
033	Madeiras	Thomaz Bispo Villa Nova
034	Madeiras	José Ferreira Campos
035	Madeiras	Vicente Cesário Lima
036	Ipoeiras	José Theodoro Chaves
037	Ipoeiras	Francisco Chaves Ventura
038	Ipoeiras	Salvino Bezerra Leite

das características mencionadas, tais relações se desenvolveram mantendo subjacentes as relações semifeudais no campo, apoiando-se nelas, ao invés de destruí-las e substituí-las pelas tipicamente capitalistas. <https://monografias.brasilecola.uol.com.br/sociologia/processos-producao.htm>. Acesso em 31.05.2021.

039	Ipoeirás	Henrique Martins Chaves
040	Ipoeirás	Francisco Martins Chaves
041	Ipoeirás	Anastácio Correa de Queiroz
042	Ipoeirás	Pedro Lúcio Correa
043	Volta	Francisco Xavier Pinheiro
044	Volta	Herdeiros de Francisco José de Sant'Anna
045	Malhada da Pedra	Domingos Ferreira Lopes
046	Malhada da Pedra	Manoel Alves Campos
047	Caroá	Nominando Miguel Ferreira Firmo
048	Caiçara	José Rodrigues de Almeida
049	Caiçara	Herdeiros de Anna Bezerra Pequim
050	Caiçara	Honório Ferreira Quintans
051	Caiçara	Francisco Bezerra Moreno
052	Corredor	João Correa de Araújo
053	Corredor	Maria Francisca da Conceição
054	Corredor	Antonio Correa da Silva
055	Corredor	Manoel Alves Feitosa
056	Corredor	Francisco Alves Feitosa
057	Raposa	Marianno Alves Feitosa
058	Raposa	Manoel Duarte Pinheiro
059	Raposa	Francisco Alves Feitosa
060	Quimquim	Izidoro Ferreira Jurema e outros
061	Sítio do Meio	João Baptista Ferreira da Costa
062	Sítio do Meio	José Ferreira da Costa
063	Sítio do Meio	Manoel Joaquim de Mello
064	Sítio do Meio	João Januário de Souza
065	Sítio do Meio	Manoel José da Silva
066	Sítio do Meio	Francisco José Gonçalves
067	Sítio do Meio	Vicente F. da Costa
068	Sítio do Meio	José Correa de A. Queiroz
069	Sítio do Meio	Nominando Miguel Ferreira Firmo
070	Sítio do Meio	Antonio Pereira dos Santos
071	Sítio do Meio	Sócrates da Costa Acanã
072	Sítio do Meio	Firmino Joaquim de Mello
073	Sítio do Meio	Vicente Ferreira Santiago
074	Sítio do Meio	Manoel Lúcio Ferreira
075	Sítio do Meio	Herdeiros de José Antonio Santiago
076	Sítio do Meio	Francisco Justino do Nascimento
077	Gangorra	Francisco Paulo de Queiroz
078	Malhadinha	Alexandre B. dos Santos
079	Salão	Manoel Pereira dos Santos
080	Salão	Tertuliano José Baptista
081	Serra	Ignácia F. de Melo
082	Serra	Francisco de Mello Viana
083	Fazenda da Serra	Clemente Mineiro de Souza e outros
084	Roça Velha	Ulysses Bezerra Leite
085	Roça Velha	Paulino Querino de Queiroz
086	Roça Velha	Antonio Ferreira das Chagas
087	Roça Velha	Ernesto Caboclo de Couto
088	Roça Velha	Pedro Francisco Xavier
089	Roça Velha	Manoel Romão de Almeida
090	Roça Velha	Horácio Viana

091	Roça Velha	Manoel Francisco Barbosa
092	Roça Velha	João Correa de Queiroz
093	Açude	Thomaz de Aquino Raposo
094	Açude	Marcos Veríssimo Bezerra
095	Pindurão	Antonio Tiburcio da Costa
096	Pindurão	Francisco Ramos Bezerra
097	Aguazinha	Paulino Possidônio Correa
098	Aguazinha	João Rodrigues Correa
099	Aguazinha	João Correa da Silva
100	Aguazinha	Manoel Correa da Silva
101	Aguazinha	Rodrigo Correa de Queiroz
102	Aguazinha	Josepha Maria da Conceição
103	Aguazinha	Antonio José Ferreira
104	Aguazinha	João Rodrigues Correa
105	Sítio Camalaú	Isaías José de Oliveira

FONTE: Censo Agropecuário, 1920; Quadro elaborado pelo autor do texto.

No Censo Agropecuário de 1920, estavam registradas diversas fazendas e sítios. O quadro que segue apresenta as propriedades e seus respectivos donos nos anos de 1920 e 2020, cuja fonte no primeiro ano foi o Censo Agropecuário e deste último ano foi o Sistema Nacional de Cadastro Rural. Vejamos:

**QUADRO 18 - ESTABELECEMENTOS RURAIS E RESPECTIVOS
PROPRIETÁRIOS – CENSO AGROPECUÁRIO DE 1920 E SISTEMA NACIONAL
DE CADASTRO RURAL DE 2020**

Nº	Estabelecimento Rural	Proprietários em 1920	Proprietários em 2020
01	Tapera	Manoel Luiz Pinheiro	Família Pinheiro
02	Cangalha	Francisco Ferreira do Nascimento e Pedro Ferreira de Brito	Família Ferreira
03	Geremum	Antonio Gomes de Freitas	Família Gomes
04	Carahybeira	Ivo de Luna Chaves	Família Chaves
05	Baraúnas	Theophilo José de Melo	Família Melo
06	Salgadinho	Fortunato Reynaldo do Rego	Família Reynaldo
07	Madeiras	Manoel Cesário Lima e Vicente Cesário de Lima	Família Cesário
08	Ipoeiras	José Theodoro Chaves, Francisco Chaves Ventura, Henrique Martins Chaves e Francisco Martins Chaves	Família Chaves
09	Caroá	Nominando Miguel Ferreira Firmo	Família Firmo
10	Corredor	Manoel Alves Feitosa, Francisco Alves Feitosa, Marianno Alves Feitosa e Francisco Alves Feitosa	Família Alves Feitosa
11	Sítio do Meio	João Baptista Ferreira da Costa, José Ferreira da Costa e Vicente Ferreira da Costa	Família Costa
12	Sítio do Meio	Manoel Joaquim de Mello e Firmino Joaquim de Mello	Família Mello
13	Sítio do Meio	João Januário de Souza	Família Souza
14	Sítio do Meio	José Correa de A. Queiroz	Família Correa Queiroz
15	Sítio do Meio	Nominando Miguel Ferreira Firmo	Família Firmo

16	Sítio do Meio	Vicente Ferreira Santiago e Herdeiros de José Antonio Santiago	Família Santiago
17	Gangorra	Francisco Paulo de Queiroz e João Correia de Queiroz	Família Queiroz
18	Salão	Tertuliano José Baptista	Família Baptista
19	Serra	Francisco de Mello Viana	Família Mello
20	Fazenda da Serra	Clemente Mineiro de Souza e outros	Família Mineiro
21	Roça Velha	Ulysses Bezerra Leite	Família Bezerra, descendente do ex-escravizado Avelino Bezerra Leite
22	Açude	Thomaz de Aquino Raposo	Família Raposo
23	Pindurão	Antonio Tiburcio da Costa	Família Costa
24	Aguazinha	Paulino Possidônio Correa, João Rodrigues Correa, João Correa da Silva, Manoel Correa da Silva, Rodrigo Correa de Queiroz	Família Correa Queiroz

FONTE: Censo Agropecuário, 1920; SNCR, 2019. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Passado um século da realização do Censo de 1920, vemos que várias destas propriedades continuaram no domínio das mesmas famílias nos dias atuais (2020). Ou seja, as terras foram passando para os mesmos familiares por gerações seguidas. As famílias que no passado possuíam as grandes propriedades exerciam uma forte liderança política, entre as quais podemos citar a Chaves e a Bezerra.

Sobre a família Chaves, podemos afirmar que é uma das famílias mais antigas na região do Cariri paraibano. No livro de batismo da Igreja de Nossa Senhora dos Milagres do Cariri de Fora, no dia 30.08.1775, registra o batismo de Francisco (branco), ele sendo neto de Francisco Dias Chaves, de Chaves (Portugal), ocorrido na capela do Congo. A família Chaves se misturou com a família Ventura da Ipoeiras (RIETVELD e SILVA, 1995, p. 69). O motivo pelo qual a família Chaves veio morar nas terras vizinhas à Camalaú e, posteriormente, nesse município foi, de acordo com João Chaves Ventura, conforme citado por Rietveld (1999, pág. 86), o seguinte:

Antonio Martins Chaves, Teodoro Martins Chaves e uma sua irmã de nome Ana Josefa Chaves, eram residentes na Serra da Colônia para Ingazeira. O pai deles foi assassinado, não se sabe a época, e nem o nome do assassino, a viúva chamava-se Josefa Ferreira Chaves. Isto já fazia diversos anos que o velho era morto, em uma dita ocasião, D. Josefa estava com Antonio Martins no colo no batente da porta da frente catando piolho no mesmo. Nesta ocasião, o dito assassino do marido dela, vai passando na estrada em frente a casa, a velha mostrou ao filho, dizendo assim: olha Antonio, foi aquele indivíduo que matou teu pai, e respondeu, que quando crescesse juntava-se com Teodoro e

matariam ele também. E assim sucedeu, quando eles tomaram uso da razão fizeram a dita morte, do assassino do seu pai. A tal morte foi feita com um bacamarte de fuzil, pois, era uma das melhores daquele tempo. Eu, João Chaves Ventura, sou neto de Antonio Martins, ainda tenho lembrança do dito bacamarte. Eles tinham recurso suficiente e depois de tudo realizado, foragiram da Ingazeira para um lugar denominado Camarinha d'Água perto do antigo Jatobá do Brejo de Madre-Jesus, hoje Jataúba. Tempos depois compraram outra propriedade de nome Jerimum, dividindo com a Paraíba. Estes dois lugares eram de muitas serras e as águas difícil, tinham pequenos olhos d'água, que era preciso eles fazerem depósito. Porém, estes dois homens tinham recursos e eram dispostos e trabalhadores que ali mesmo progredirão. E de quando em vez pela conveniência do lugar, ser próprio para esconderijo, o seu primo Antonio Silvano (digo Né Batista), passava dias por ali descansando, e passando tempos e crimes dos 2 irmãos foi prescrito. Eles eram desenvolvidos e tinham negócio dali para Recife e outros lugares... destas duas famílias casaram 4 filhos de Antonio Martins, com 4 filhas de Teodoro Martins Chaves...

Um filho de Antonio Martins Chaves, de nome Francisco Martins Chaves, casou-se com Manoela Ventura que era filha de Rosália, que, por sua vez, era filha do casal Francisco e Francisca residentes na fazenda Ipoeiras⁷⁷. Assim, uma ramificação da família Chaves fez morada na nova localidade, estabelecendo um grande poder econômico e político. Do casamento de Francisco Chaves e Manoela Ventura, entre outros filhos, nasceu Francisco Chaves Ventura, grande líder político na região de Camalaú. Foi subdelegado do distrito de Camalaú entre os anos de 1929 à 1938. Casado em primeira núpcia com Clemência de Oliveira, do qual nasceram 12 filhos. Viúvo, ele se casou uma segunda vez com a parenta Maria Silva de Oliveira Chaves e desta união nasceram quatro filhos. Essa família concentrou um grande poder político, conforme podemos observar no quadro a seguir.

QUADRO 19 - FILHOS DE FRANCISCO CHAVES VENTURA QUE FORAM PREFEITOS

NOME DO FILHO	PERÍODO	LOCALIDADE
Reginaldo de Oliveira Chaves	15.11.1962 à 15.11.1966	Camalaú
Mário de Oliveira Chaves	15.11.1962 à 15.11.1966 01.10.1976 à 31.12.1982	São João do Tigre
Estanislau de Oliveira Chaves	01.01.1989 à 31.12.1992	São João do Tigre
Cláudio Roberto Chaves Ventura	01.01.1983 à 31.12.1988	Camalaú

⁷⁷ De acordo com o Sistema Nacional de Cadastro Rural de 2020, a Fazenda Ipoeiras aparece com 828,5 hectares como pertencendo a Agropecuária Chaves Ltda.

	01.01.1993 à 31.12.1996	
Antonio Carlos Chaves Ventura	01.01.2001 à 31.12.2004	Camalaú

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, 2021. Quadro elaborado pelo autor do texto.

O poderio político da Família Chaves, principalmente, em Camalaú foi longo. Para melhor entendimento sobre isto, identificamos que, desde a instalação do município de Camalaú, no ano de 1962, ao final do ano de 2000, apenas um prefeito (Antonio Mariano Sobrinho) não fazia parte da família Chaves ou era apoiado por ela. Outra condicionante que mostra o enorme poder político desta família deve-se ao fato de que, até o ano de 1982, não existiram candidatos de oposição nos respectivos pleitos eleitorais para prefeito, ou seja, era candidatura única⁷⁸. Se incluirmos os vice-prefeitos e vereadores, o número de pessoas dessa família na política aumenta consideravelmente, como podemos verificar no quadro que segue:

**QUADRO 20 - PREFEITOS, VICE-PREFEITOS E VEREADORES DA
FAMÍLIA CHAVES EM CAMALAÚ (1962-2000)**

PERÍODO	PREFEITO E VICE-PREFEITO	VEREADORES
15.11.1962 à 15.11.1966	Reginaldo de Oliveira Chaves - Prefeito	João Galdino Chaves Manoel de Oliveira Chaves
15.11.1966 à 01.12.1966	Josefa Jerônimo Chaves - Prefeita Interina	Sem vereadores da família Chaves
06.01.1967 à 31.12.1969	João Galdino Chaves - Vice- Prefeito	Sem vereadores da família Chaves
01.01.1970 à 31.12.1972	-	José Gomes Chaves
01.01.1973 à 31.12.1975	José Gomes Chaves - Prefeito Cláudio Roberto Chaves Ventura - Vice-Prefeito	José Dagoberto Lucas Chaves
01.01.1976 à 31.12.1982	José Chaves Firmo – Prefeito Reginaldo de Oliveira Chaves - Vice-Prefeito	José Dagoberto Lucas Chaves
01.01.1983 à 31.12.1988	Cláudio Roberto Chaves Ventura - Prefeito	Antonieta Chaves de Souza José Dagoberto Lucas Chaves
01.01.1989	José Chaves Firmo – Prefeito ⁷⁹	Antonieta Chaves de Souza

⁷⁸ Entre 1965 e 1982, a família Chaves era filiada ao partido Aliança Renovadora Nacional (ARENA), que foi um partido político brasileiro, criado em 1965, com a finalidade de dar sustentação política à ditadura militar instituída a partir do Golpe de Estado no Brasil em 1964.

⁷⁹ Falecido em 25.03.1989. O vice-prefeito, Ivo Neco da Silva, assumiu o mandato até o término da gestão.

à 31.12.1992		José Aristóteles Souza Audenice Chaves Souza ⁸⁰
01.01.1993 à 31.12.1996	Cláudio Roberto Chaves Ventura - Prefeito José Aristóteles Souza - Vice- Prefeito	Antonio Carlos Chaves Ventura Antonieta Chaves de Souza Audenice Chaves Souza Josefa Jerônimo Chaves
01.01.1997 à 31.12.2000	Audenice Chaves Souza ⁸¹ - Vice-Prefeita	Antonio Carlos Chaves Ventura Antonieta Chaves de Souza Josefa Jerônimo Chaves Laudicéia Fábria Maciel Firmo ⁸²

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, 2021. Quadro elaborado pelo autor do texto.

No início do século XXI, a família Chaves continuou no comando administrativo do município de Camalaú, porém, apresentou sinais de enfraquecimento político, perdendo duas eleições consecutivas para prefeito (2016 e 2020), conforme veremos no próximo quadro.

QUADRO 21 - PREFEITO, VICE-PREFEITO E VEREADORES DA FAMÍLIA CHAVES EM CAMALAÚ (2001-2020)

PERÍODO	PREFEITO E VICE-PREFEITO	VEREADORES
01.01.2001 à 31.12.2004	Antonio Carlos Chaves Ventura - Prefeito	Antonieta Chaves de Souza
01.01.2005 à 31.12.2008	Aristeu Chaves Souza - Prefeito	Audenice Chaves Sousa
01.01.2009 à 31.12.2012	Aristeu Chaves Souza - Prefeito	Alexandre Chaves Sousa Audenice Chaves Sousa
01.01.2013 à 31.12.2016	-	Aristeu Chaves Sousa Audenice Chaves Sousa Alexandre Chaves Sousa ⁸³
01.01.2017 à 31.12.2020	-	Audenice Chaves Souza Valdete Silva Souza (cunhada de Audenice)

⁸⁰ Os dois últimos eram filhos da primeira.

⁸¹ Antonio Mariano Sobrinho foi eleito prefeito em oposição à família Chaves, porém, a sua vice-prefeita era da família Chaves.

⁸² Filha do ex-prefeito José Chaves Firmo

⁸³ Alexandre Chaves Souza não tendo sido eleito, ficando como primeiro suplente, assumiu o mandato com o afastamento do Vereador Edvaldo de Queiroz Neles que assumiu como secretário municipal de agricultura. Cláudio Roberto Chaves Ventura também se candidatou, mas só obteve 168 votos e não foi eleito. Cf. TRE-PB.

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, 2021. Quadro elaborado pelo autor do texto.

As ramificações da família Chaves também se estenderam na economia e na política de outros municípios. O Major Ivo de Luna Chaves, primo e cunhado de Francisco Chaves Ventura, dono das fazendas Madeiras e Caraibeiras, foi vereador pelo município de Sumé, eleito no ano de 1951. Morador do Distrito de Camalaú, Pedro da Costa Firmo, casado com Maria Chaves Firmo (genitores do prefeito de Camalaú José Chaves Firmo), elegeu-se vereador do município de Monteiro no ano de 1959. No mesmo município, nas eleições municipais do ano de 1963, Natanael de Castro Chaves foi eleito vereador. O senhor Francisco de Freitas Chaves, filho de Estanislau de Oliveira Chaves (ex-prefeito de São João do Tigre), foi prefeito do município de Solânea, localizada no Brejo paraibano, no período de 1993 à 1996. Outro exemplo de político membro da família Chaves é o engenheiro Carlos Alberto Batinga Chaves, que foi eleito prefeito do município de Monteiro, por dois mandatos consecutivos (1997-2000 e 2001-2004). Também conseguiu se eleger deputado estadual, representando a Paraíba na Assembleia Legislativa no quadriênio 2010-2014.

Outra família de muito poderio econômico e político com atuação em Camalaú foi a Bezerra, cujo comando era do Coronel⁸⁴ Pedro Bezerra da Silveira Leal (proprietário da fazenda Floresta). O legado político e econômico continuou com o seu filho Pedro Bezerra Filho e o neto Pedro Feitosa Bezerra. O coronel Pedro Bezerra da Silveira Leal foi prefeito de Monteiro entre 1908 e 1912, quando teve de enfrentar a revolta armada da Família Santa Cruz, que não aceitou a sua indicação para prefeito pelo então Governador Álvaro Lopes Machado. No dia 06 de maio de 1911, Augusto Santa Cruz invadiu a cidade de Alagoa do Monteiro com duzentos homens armados sob o seu comando, criando um clima de instabilidade (BATISTA, 2010). Foi eleito deputado estadual por duas legislaturas consecutivas, de 1912-1919. Por causa das desavenças políticas, quando de sua morte ocorrida no ano de 1927, foi sepultado no cemitério público da cidade de Camalaú.

Outro político da família Bezerra foi Pedro Bezerra Filho, o herdeiro político do seu pai. Ele foi eleito prefeito do município de Monteiro para o período 1959-1964, e, ao término

⁸⁴ O coronelismo teve sua origem na corporação criada por Feijó, pois, os chefes políticos das zonas rurais receberam o título de coronéis da Guarda Nacional, que era uma espécie de braço armado do poder local, a legitimação dos bandos de jagunços que os grandes fazendeiros sempre mantiveram sob suas ordens. Cf. Filho, 1997.

do mandato, veio morar na fazenda Floresta, onde explorava os trabalhadores do campo nas culturas de caroá, cana de açúcar, algodão e farinha, além de uma grande produção de queijos. A feira semanal de Camalaú ocorria aos domingos e quando da ausência deste latifundiário ela quase não acontecia, pois ele emprestava dinheiro para muitas pessoas comprarem os produtos ali comercializados, cujos pagamentos, aconteciam, principalmente, no período da colheita do algodão, quando os camponeses, trabalhavam em suas terras exercendo a atividade de colher os capulhos do algodão. Com tanta influência política, o seu filho Pedro Feitosa Bezerra foi eleito prefeito de Camalaú e governou o município de 01.01.1970 à 31.12.1972.

Com a morte de Pedro Bezerra Filho, ocasionada por um problema cardíaco no ano de 1966, a esposa e os filhos resolveram vender a fazenda Floresta que foi adquirida por Paulo Guerra, deputado pelo estado de Pernambuco. Posteriormente, a vendeu a José Inácio da Silva⁸⁵ que resolveu implantar na propriedade um grande projeto com apoio do Governo Federal, através da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE⁸⁶. Ali foi pioneiro em duas áreas específicas: criação de suínos e plantação de algaroba⁸⁷ em grande escala. Com a criação de suínos, chegou a contabilizar mais de 3 mil matrizes. A algaroba foi plantada em toda propriedade e na cidade. Burnett (2017) faz menção ao plantio de algaroba da fazenda Floresta de Camalaú:

⁸⁵ José Inácio da Silva faleceu com 87 anos de vida, em 26 de janeiro de 2017. Era natural de Brejo da Madre de Deus – PE, de onde foi prefeito por três mandatos e vereador por uma gestão, tendo sido também deputado estadual, suplente de deputado federal, secretário de Agricultura de Pernambuco, presidente do IPA – Instituto Agroecômico de Pernambuco – e Ministro Especial de Assuntos do Nordeste do governo do presidente João Figueiredo. Foi casado com Maria Luiza Cavalcanti com quem teve quatro filhos: Teti Cavalcanti da Silva, Catharina Cavalcanti da Silva, Carolina Cavalcanti da Silva e José Inácio Cavalcanti da Silva. Cf. <https://www.caririligado.com.br/morre-aos-87-anos-um-dos-grandes-benfeitores-do-municipio-de-camalaui/>

⁸⁶ A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, criada pela Lei nº 3.692, de 15 de dezembro de 1959, foi uma forma de intervenção do Estado no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento da região. Cf. cpdoc.fgv.br/producao/dossies/artigos/Economias.

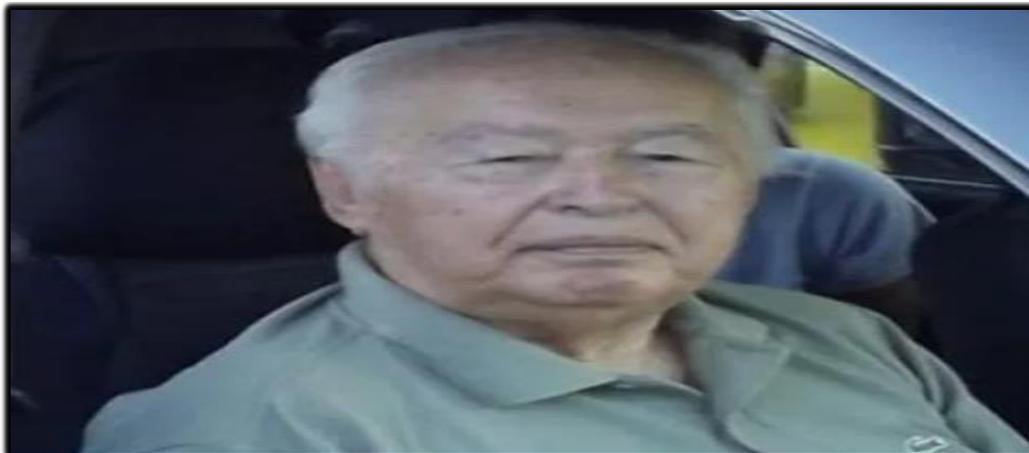
⁸⁷ A algaroba – algarrobo/algarroba em espanhol, mesquite em inglês e tacho em quéchua, língua dos nativos dos Andes, e quer dizer “árvore” – é uma leguminosa representada por diversas espécies do gênero *Prosopis*. É uma planta xerófila (plantas adaptadas a ambientes secos ou com pouca água) nativa de regiões áridas que vão do sudoeste americano até a Patagônia, na Argentina. Quando chegaram à América, os conquistadores deram-lhe o nome da algarrobo, por causa da semelhança de seus frutos com as vagens de alfarroba (*Ceratonia siliqua*), abundante na região do Mediterrâneo. Cronistas da era colonial relatam os muitos usos das vagens de algaroba, inclusive alimentando homens e cavalos das tropas conquistadoras. Cf. Gomes, 1961.

O Diário de Pernambuco de 29/08/86 informa que mais de 150 participantes do II Encontro Internacional sobre Prosopis, entre técnicos e observadores, nacionais e estrangeiros, e jornalistas pernambucanos estarão visitando a fazenda Floresta no município de Camalaú, Estado da Paraíba, uma das pioneiras na exploração em escala da algaroba. Acrescenta que a referida fazenda, de propriedade de José Inácio da Silva, já produz ração animal em escala comercial, para o abastecimento do seu rebanho suíno e bovino, farelo de algaroba, mel de abelha, café e farinha. (Burnett, 2017. p. 1-28).

Criou uma técnica inovadora e com a força de trabalho dos camponeses conseguiu produzir, além da ração animal, mel de abelha, café e farinha feitos a partir das vagens da algaroba. No dia 15 de fevereiro de 1969, fundou a empresa Tamoyo Frigoríficos Reunidos S/A, cadastrada no segmento de reprodução animal, com atividade fim de criação de bovinos para corte. No mesmo período ampliou os negócios com a produção de suínos em escala comercial, chegando a possuir na propriedade entre 4 e 5 mil matrizes. Durante mais de duas décadas, entre 1970-1990, manteve em pleno funcionamento seu projeto que para ser executado necessitava muita mão de obra. No auge das ações, a fazenda contabilizava 800 trabalhadores que exerciam as mais diversas funções: pedreiros, carpinteiros, mecânicos, motoristas, apanhadores de vagens de algaroba, auxiliares de pocilga, vaqueiros, cozinheiras, auxiliar de escritório, secretárias, etc. Houve a exploração da mão-de-obra do trabalhador que, entre outras coisas, não recebia salário mínimo vigente no país e, apenas, em alguns raríssimos casos, a carteira de trabalho era assinada. Nas relações de produção estabelecidas entre o latifundiário e os trabalhadores da fazenda havia o pagamento semanal em dinheiro, "oferta" de leite e peixe, a serem descontados do pagamento semanal e autorização para que os trabalhadores pudessem plantar nas terras da propriedade, sem a necessidade de pagamento de taxas ou outros meios semelhantes. Homem de muita influência política, recebia, com grandes festas, abertas ao público, na fazenda Floresta, ministros de Estado, governadores e outras autoridades brasileiras e estrangeiras. Entre os bens que possuía, chamava a atenção um avião de pequeno porte usado para se deslocar do Recife-PE, onde ficava a sede do escritório da Empresa, para Camalaú - PB e para Brejo da Madre de Deus - PE, seu município natal e reduto político, onde também possuía uma fazenda denominada Tambor. Uma das explicações para esse poderio econômico, encontramos nas palavras de Oliveira (2012, p. 54), ao dizer

que as estruturas de riquezas são definidas em termos de rendas, patrimônios e posições sociais.

IMAGEM 17 - JOSÉ INÁCIO DA SILVA



FONTE: <https://www.caririligado.com.br>. Acesso em 25 de maio de 2021.

Na década de 1990, a fazenda Floresta entra em processo de decadência, assim, como outras fazendas da região. Diversos fatores contribuíram para isso. Barbosa (2020), aponta alguns:

Nesse sentido, a de se considerar a estagnação econômica nacional e regional, o que desorganizou o setor produtivo paraibano e colaborou para que muitas das grandes propriedades não conseguissem se sustentar, uma situação ainda mais agravada quando os fazendeiros passaram a ter diminuído o crédito fundiário e a ter cobradas as dívidas por parte do governo federal. (Barbosa, 2020, p. 97).

Nas palavras de Barbosa (2020, p. 97), outro fator, a estiagem, que se prolongou entre 1979 e 1984, conhecida dos camponeses e presente na história do Semiárido, a seca, trouxe a fome, o flagelo, a migração, os saques e as frentes de emergência, provocando uma enorme crise no rural paraibano.

Um fator secundário que também contribuiu para a decadência da fazenda Floresta foi a morte do filho de José Inácio da Silva de nome José Inácio Cavalcanti da Silva, que seria o seu herdeiro político e administrador do patrimônio da família, tendo o mesmo sido sequestrado e assassinado muito jovem, em 1º de dezembro de 1990.

Diante dessa nova realidade, marcada por fatores econômicos e climáticos, no dia 13 de novembro de 1997, houve a desapropriação da fazenda Floresta pelo Governo Federal com uma área de 1.722,20 (um mil, setecentos e vinte e dois hectares e vinte ares), beneficiando diretamente 87 famílias, passando a chamar-se “Assentamento Novo Mundo”. A negociação com o proprietário para desapropriação da terra durou oito meses, estando os agricultores organizados e mobilizados, tendo por diversas vezes ocupado a terra. Sendo ameaçados por capangas e homens armados a mando do fazendeiro, resistiram e, mesmo expulsos, não desistiram. A notícia da posse da terra foi comemorada com uma missa e uma festa e o nome Assentamento “Novo Mundo” significa o início de uma nova vida, traduzido pela conquista da terra (OLIVEIRA, 2007).

Outra importante fazenda sob o comando da família Bezerra foi a Carrapateira, cujas terras confrontam com as da fazenda Floresta (Mapa 03). Conforme as pesquisas já apresentadas no presente trabalho, identificamos o registro de batismos e óbitos de quatro africanos escravizados, entre os anos de 1857 e 1865, pertencentes a Manoel Bizerra Cavalcante (Quadros 08 e 09) que era proprietário da fazenda Carrapateira. Nas primeiras décadas do século XX, esse latifúndio passou a fazer parte dos bens do Major Delfino Mendes de Andrade, casado com Porcina Mendes de Andrade, que era filha do coronel Pedro Bezerra da Silveira Leal, dono da fazenda Floresta. O Major Delfino era agropecuarista, comerciante de estivas e tecidos no Distrito de Camalaú, onde ocupou o cargo de Delegado de Polícia. Após a sua morte, a fazenda continuou com a família por duas gerações sucessivas, quando se tornaram proprietários dela o seu filho João Mendes de Andrade e o seu neto Bosco Mendes. Por motivos semelhantes ao ocorrido na fazenda Floresta, a fazenda Carrapateira entrou em processo de decadência, não sendo possível aos proprietários mantê-la em pleno funcionamento.

Com uma área de 761,5981 (setecentos e sessenta e um hectares, cinquenta e nove ares e oitenta e um centiares), a fazenda passou a integrar o Programa de Reforma Agrária do Governo Federal no dia 06.09.1999, beneficiando vinte e nove famílias. O nome foi mudado para “Assentamento Beira Rio” por localizar-se às margens do rio Paraíba.

O poder político e social estruturado através do capital econômico das famílias Chaves (Fazenda Ipoeiras) e Bezerra (Fazendas Floresta e Carrapateira) durante décadas podem ser

compreendido a partir da explicação de Alves (2015, p. 28), que entende que prevalece a família enquanto corpo com sentimentos recíprocos de proteção, levando-os a perpetuar ou a ampliar as conquistas protegendo os seus próprios membros.

Passemos as terras do sítio Roça Velha que são cortadas pelo o rio da Serra ou rio do Espinho, afluente do rio Paraíba. Mesmo com as estiagens que assolam a região em diferentes anos, se trata de uma área que possui terras de boa qualidade para fazer o cultivo de culturas agrícolas diversificadas. A produção se dava com a plantação de produtos essenciais para o consumo diário dos agricultores e seus familiares, especialmente, milho, feijão, jerimum, melancia. A criação era a de aves e animais de pequeno porte, criados nas proximidades da casa, tais como galinhas, perus, patos, bodes, carneiros e porcos, que serviam de complemento da alimentação. No próximo tópico irei tratar de forma mais específica sobre o sítio Roça Velha.

Na atualidade as grandes fazendas existentes no município de Camalaú são as seguintes:

QUADRO 22 - AS DEZ MAIORES PROPRIEDADES RURAIS DE CAMALAÚ-PB

Nº	Denominação	Quantidade de proprietários	Área (hectares)
01	Projeto de Assentamento Novo Mundo	87	1.722,20
02	Sítio Corredor	23	1.793,50
03	Sítio do Meio	55	1.739,00
04	Projeto de Assentamento Beira Rio	29	1.574,00
05	Sítio Cachoeira do Cunha	05	1.343,01
06	Fazenda Ipoeiras	07	1.275,50
07	Sítio Caiçara	24	1.122,00
08	Projeto de Assentamento Nossa Senhora da Conceição	28	1.078,06
09	Fazenda Nossa Senhora Aparecida	02	994,00
10	Sítio Malhada Vermelha	03	945,60
TOTAL DE HECTARES			13.983,47

FONTE: SNCR, 2019. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Entre as dez maiores propriedades rurais de Camalaú, duas estavam improdutivas pelos motivos anteriormente citados. Suas terras foram ocupadas pelos camponeses. Foram as seguintes propriedades: Projetos de Assentamentos⁸⁸ Novo Mundo (antiga fazenda Floresta) e

⁸⁸ De acordo com a Instrução Normativa do INCRA, nº 97, de 17 de dezembro de 2018, Seção II, das definições

Beira Rio (antiga fazenda Carrapateira). Embora não esteja entre as dez maiores propriedades rurais de Camalaú, a fazenda Cachoeirinha, com uma área total de 624,4859 (seiscentos e vinte e quatro hectares, quarenta e oito ares e cinquenta e nove centiares), também foi incluída no Programa de Reforma Agrária, sendo desapropriada no dia 27.12.2000, beneficiando dezesseis famílias. Podemos resumir os Projetos de Assentamentos de Camalaú com o quadro abaixo:

QUADRO 23 - ASSENTAMENTOS DE CAMALAÚ-PB

Nº	FAZENDA	ASSENTAMENTO	ÁREA	Nº FAMÍLIAS	DESAPROPIAÇÃO
01	Floresta	Novo Mundo	1.722,20	87	13.11.1997
02	Carrapateira	Beira Rio	761,5981	29	06.09.1999
03	Cachoeirinha	Eldorado dos Carajás	624,4859	16	27.12.2000
04	Pindurão	Nossa Senhora Conceição	1.078,06	28	27.12.2012

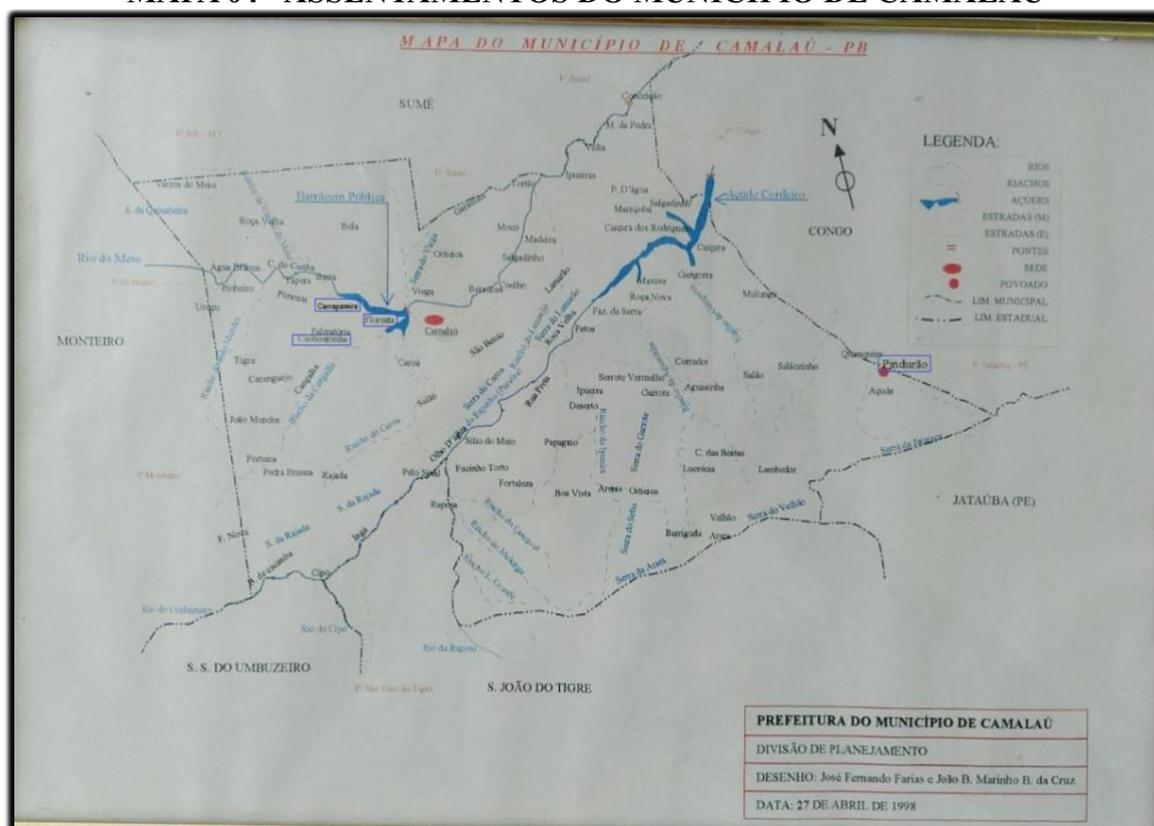
FONTE: quadro elaborado pelo autor do texto.

No Assentamento da fazenda Pindurão (Assentamento Nossa Senhora da Conceição), o acesso à terra só foi possível porque um grupo de agricultores se reuniu e comprou a fazenda através do Programa Terra Brasil – Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF⁸⁹. De acordo com esse Programa, o primeiro pagamento acontece após três anos de carência com um prazo de vinte e cinco anos para quitação plena do imóvel. Ao total são vinte e oito famílias beneficiadas. No mapa de Camalaú, podemos encontrar a localização desses assentamentos. Vejamos:

aplicáveis, artigo 2, Inciso I - Projeto de Assentamento é unidade territorial destinada ao assentamento de famílias de agricultores ou trabalhadores rurais, criado ou reconhecido pelo Incra. Cf. https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57221217/do1-2018-12-28-instrucao-normativa-n-97-de-17-de-dezembro-de-2018-57221065

⁸⁹ O Terra Brasil - Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) oferece condições para que os agricultores sem acesso à terra ou com pouca terra possam comprar imóvel rural por meio de um financiamento. Além da terra, os recursos financiados podem ser utilizados na estruturação da propriedade e do projeto produtivo, na contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e no que mais for necessário para que o agricultor desenvolva as suas atividades de forma independente e autônoma. Cf. www.gov.br/assuntos/agricultura-familiar/credito.

MAPA 04 - ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE CAMALAU



FONTE: Prefeitura Municipal de Camalaú, 1998.

Segundo o Estatuto da Terra (Lei 4.504/64)⁹⁰, em seu artigo 50, com redação alterada pela Lei 6.746/1979, os tipos de propriedades existentes no Brasil são classificados como minifúndio, pequena propriedade, média propriedade e grande propriedade. Para se enquadrar as propriedades rurais em uma dessas quatro classificações se leva em consideração o “Módulo Fiscal”, conforme Instrução Especial N° 20 de 1980 do INCRA⁹¹, que, expresso em hectares, é determinado levando-se em consideração:

⁹⁰ O Estatuto da Terra é a forma como legalmente se encontra disciplinado o uso, ocupação e relações fundiárias no Brasil. Foi um dos primeiros códigos inteiramente elaborados pelo Governo Militar no Brasil, por meio da Lei 4504, de 30 de novembro de 1964, concebida como forma de colocar um freio nos movimentos camponeses que se multiplicavam durante o Governo João Goulart (1961-1964).

⁹¹ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado pelo Decreto n° 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o instituto está implantado em todo o território nacional, por meio de 29 superintendências regionais e 49 unidades avançadas. Parcerias com estados e municípios também viabilizam a oferta dos serviços da autarquia. Cf. <http://antigo.incrá.gov.br/pt/o-incra.html>.

- a) o tipo de exploração predominante no Município:
 I - hortifrutigranjeira;
 II - cultura permanente;
 III - cultura temporária;
 IV - pecuária;
 V - florestal;

Assim, diante dessa consideração, o município de Camalaú tem a medida de 55 hectares para representar o equivalente a 1 (um) Módulo Fiscal. Apresentamos essas conversões no quadro a seguir.

QUADRO 24 - TIPOS DE PROPRIEDADES SEGUNDO O MÓDULO FISCAL NO MUNICÍPIO DE CAMALAÚ-PB

TIPO DE PROPRIEDADE	TAMANHO EM MÓDULO FISCAL	TAMANHO EM HECTARES
Minifúndio	Inferior a 1 (um) módulo fiscal	Até 54,99 hectares
Pequena Propriedade	Entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais	Entre 55 e 219,99 hectares
Média Propriedade	Entre 4 (quatro) e 15 (quinze) módulos fiscais	Entre 220 e 824,99 hectares
Grande Propriedade	Superior a 15 (quinze) módulos fiscais	A partir de 825 hectares

FONTE: Estatuto da Terra, 1964. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Diante dos dados apresentados acima, identificamos que na atualidade a distribuição dos imóveis rurais no município de Camalaú se encontra como posto no quadro a seguir:

QUADRO 25 - DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE IMÓVEIS RURAIS POR ÁREA PARA O MUNICÍPIO DE CAMALAÚ-PB

TAMANHO DA ÁREA (HA)	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL (HA)
Minifúndio (inferior a 55 ha)	486	8.197,10
Pequena propriedade (entre 55 e 220 ha)	115	13.500,02
Média propriedade (entre 220 e 825 ha)	38	13.083,65
Grande propriedade (superior a 825 ha)	04	4.515,76
TOTAL	643	39.296.53

FONTE: SNCR, 2019. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Analisando os dados do quadro ora exposto compreendemos que o minifúndio conta com 486 imóveis, com uma área pouco maior que 8 mil hectares. É nesse espaço de terra que

os agricultores desenvolvem suas atividades, sendo que, a grande maioria ocupa a terra e nela trabalha para tirar o sustento para si e sua família. Na pequena propriedade temos 115 imóveis com uma área equivalente a mais de 13 mil hectares, onde as condições para exercer as atividades agrícolas são melhores, se comparadas ao minifúndio. Com 38 imóveis, a média propriedade registra 13 mil hectares de terra para uso dessas famílias e apenas 04 grandes propriedades estão registradas como somando mais de 4 mil hectares de terra. Sendo que, das quatro grandes propriedades, duas são os Assentamentos Novo Mundo e Nossa Senhora da Conceição. A partir destes dados, concluímos, portanto, que nesse município se registra a máxima de “poucos com muita terra e muitos com pouca terra”, ou seja, o latifúndio ainda é predominante nesse território.

Para melhor entendermos como se deu no passado a organização das *forças produtivas*⁹² e das *relações de produção*⁹³ nas fazendas do atual município de Camalaú, se faz importante compreendermos como se organiza o estatuto jurídico da terra. Em relação ao uso da terra, o IBGE⁹⁴ entende que existem *Proprietários, Arrendatários, Parceiros e Ocupantes*, discriminados da seguinte maneira:

Proprietário – Quando as terras do estabelecimento, no todo ou em parte, fossem de sua propriedade (inclusive por usufruto, enfiteuse, herança, etc.);

Arrendatário – Sempre que as terras do estabelecimento tivessem sido tomadas em arrendamento, mediante o pagamento de quantia fixa

⁹² Marx entende que as forças produtivas são formadas de um lado, por edificações, maquinários, matérias-primas, ferramentas e espaço físico, que, no entanto, não produzem valor por si só e necessitam ser impulsionados pela força de trabalho. As forças produtivas são, dessa forma, o resultado do encontro entre riqueza natural, máquinas, equipamentos e construções, que são impulsionados pelo trabalho humano. Cf. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/175044/2/CSEAD_sociologia%202.pdf. Acesso em 31 de maio de 2021. p. 36.

⁹³ O conceito de relações de produção diz respeito às formas estabelecidas de distribuição dos meios de produção (máquinas, equipamentos, espaço físico-natural), bem como do produto gerado. Essa distribuição está relacionada ao tipo de organização e divisão social do trabalho vigente em um período histórico determinado. Cf. https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/175044/2/CSEAD_sociologia%202.pdf. Acesso em 31 de maio de 2021. p. 36.

⁹⁴ De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Censo Agropecuário foi realizado pela primeira vez em 1920. A pesquisa fornece informações sobre o total de estabelecimentos agropecuários; área total desses estabelecimentos; características do produtor; características do estabelecimento; pessoal ocupado; movimentação financeira; pecuária (efetivos e produção animal); aquicultura e produção vegetal (silvicultura, extração vegetal, floricultura, horticultura, lavouras permanentes, lavouras temporárias e agroindústria rural). Cf. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e>

em dinheiro, ou sua equivalência em produtos ou prestação de serviços;

Parceiro – Se as terras do estabelecimento fossem de propriedade de terceiros, e estivessem sendo exploradas em regime de parceria, mediante contrato verbal ou escrito, do qual resultasse a obrigação de pagamento, ao proprietário, de um percentual da produção obtida; e

Ocupante – Nos casos em que a exploração se processasse em terras públicas, devolutas ou de terceiros (com ou sem consentimento do proprietário), nada pagando o produtor pelo seu uso. (IBGE, 1997, p. 20)

O *proprietário* é o dono das terras, adquirida por compra (com registro de escritura em cartório de registro de imóveis), direito de herança ou usufruto. O *arrendatário* não possuía terras, pagava um valor em dinheiro ou tinha outra opção, pagar com produtos ou prestação de serviços ao dono da terra pelo o uso das mesmas. Em relação ao *parceiro*, este poderia pagar pelas terras que estava utilizando com um percentual da produção adquirida durante a vigência do contrato, que poderia ser verbal ou escrito.

Criado em 1964, O Estatuto da Terra, no capítulo que fala *Do Uso ou da Posse Temporária da Terra* definiu a condição jurídica de *arrendamento* e de *parceria*. Assim está escrito no artigo 92:

Art. 92. A posse ou uso temporário da terra serão exercidos em virtude de contrato expresso ou tácito, estabelecido entre o proprietário e os que nela exercem atividade agrícola ou pecuária, sob forma de **arrendamento** rural, de **parceria** agrícola, pecuária, agro-industrial e extrativa, nos termos desta Lei.

Ou seja, aos trabalhadores que não possuíam terra, popularizado como *moradores*, cabiam o arrendamento ou a parceria. Sobre estes Braga Neto (2017, p. 41) explica que

Os **moradores** são trabalhadores que não possuem terras, e, na maioria das vezes, casa, e que, por isto, obrigam-se a morar e trabalhar em terras alheias, em troca de áreas para o cultivo da subsistência. Constituem a mão de obra das fazendas e dos engenhos de cana que criam animais e que cultivam, além de culturas de subsistência, lavouras comerciais, de interesse da classe dos fazendeiros e senhores de engenho. (...) Essa categoria social é extremamente volúvel. Isto se deve ao caráter privado do trabalho do morador, que os deixa livres das classificações do poder público.

Os moradores, camponeses por não possuírem terras se submetiam as relações de produção que tem por base a exploração semifeudal: dependentes dos proprietários, ocupantes de um espaço que não lhes pertenciam, por fim, o favorecimento de um alto poder econômico aos donos das terras. Situação essa, descrita por Braga Neto (2017, p. 68):

(...) engendra relações de proteção e dependência. O dominante são os fazendeiros, e os dominados, os moradores e os gerentes, embora estes executem as ordens do patrão, submetendo os moradores a elas. Esse sistema promoveu assim as bases para a sustentação da dominação tradicional: ocupar uma terra alheia, morar numa casa alheia e plantar e criar em terreno alheio criavam relações de dependência e davam aos proprietários poder extraeconômico.

Em relação ao *ocupante* é a categoria de trabalhadores que exploram as terras públicas ou devolutas, com ou sem a autorização do proprietário, não pagando taxas. Geralmente, esses trabalhadores ocupam terras em áreas próximas a açudes construídos pelo poder público. Caso semelhante, ocorreu em Camalaú no ano de 1989, após a construção do açude público pelo o Governo Federal, em terras adjacentes às fazendas Floresta e Carrapateira, um grupo de camponeses sem terra se organizaram e ocuparam uma área de terra às margens do açude permanecendo nas referidas terras como vazanteiros.

Diante da forma do Estado tratar a questão agrária, percebemos as diferenças existentes entre as quatro categorias (*proprietário, arrendatário, parceiro e ocupante*), sendo que, o arrendatário, parceiro e ocupante não possuem terra. Trabalham em terras alheias, seja privada ou pública devoluta. Vejamos, de acordo com a condição jurídica, vinculada ao uso da terra, a condição dos produtores rurais em relação às terras do município de Camalaú (1970-2017), como o quadro adiante apresenta:

QUADRO 26 - CONDIÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS EM RELAÇÃO ÀS TERRAS DO MUNICÍPIO DE CAMALAÚ-PB (1970-2017)

CONDIÇÃO O JURÍDICA	1970		1975		1980		1985	
	Quant	Ha	Quant.	Ha	Quant	Ha	Quant.	Ha
Proprietário	430	29.812	581	36.956	412	34.850	480	30.237
Arrendatário	133	920	08	380	12	1.296	-	-
Parceiro	-	-	61	352	33	362	41	239
Ocupante	157	1.840	103	2.941	173	2.275	407	2.657
CONDIÇÃO O JURÍDICA	1995/96		2006		2017		-	
							-	-
Proprietário	205	25.271	513	21.424	434	20.446	-	-
Arrendatário	12	19	06	93	-	-	-	-
Parceiro	02	03	06	16	40	1.554	-	-
Ocupante	127	3.196	157	2.021	137	3.136	-	-

FONTE: Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96, 2006 e 2017. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Observando a condição dos produtores rurais é possível fazer as seguintes análises: que desde os primeiros registros de ocupações dos portugueses nas terras do atual território de Camalaú existiram grandes latifúndios. Situação essa, que continuou entre os anos de 1970 à 1985, quando os proprietários detinham uma grande quantidade de terras sob seu domínio. Em números aproximados, uma média de 30 mil hectares para 500 pessoas, enquanto isso, *arrendatários*, *parceiros*, ocupantes (que não possuíam terras) aproximadamente 350 pessoas que poderiam contar com uma média de 2.500 hectares. Se houvesse uma divisão proporcional, de acordo com o número de pessoas e o tamanho da terra, para cada proprietário haveria 60 hectares de terra e para cada *arrendatário*, *parceiros* e *ocupantess* a quantidade de 7,0 hectares. Significa dizer, que existia uma enorme desigualdade na distribuição de terra. Nos anos de 1995 à 2017, a realidade permaneceu com as mesmas características, porém, o aumento no número de ocupantes se deve ao fato dos vazanteiros que ocupam as áreas próximas ao açude público. A possibilidade mais plausível para explicar o enorme aumento no número de parceiros estaria relacionado as dificuldades financeiras dos camponeses, sem um

maior apoio governamental, muitas vezes precisam se desfazer da pouca terra que possuem. Uma disparidade que escancara a realidade fundiária brasileira.

Interessamo-nos em pesquisar sobre as atividades produtivas que ocorriam nessas fazendas e em outras que compõem o município de Camalaú nos séculos XIX e XX, cujo resultado se encontra no quadro a seguir:

QUADRO 27 - ATIVIDADES PRODUTIVAS DAS FAZENDAS DE CAMALAÚ ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

FAZENDA	HECTARES	PROPRIETÁRIO	PRODUÇÃO
Ipoeirás	828,500	Manoel Fernandes da Silva Francisco Chaves Ventura Cláudio Roberto Chaves Ventura	Criação de bovinos Algodão Tomate
Floresta	1.722,20	Pedro Bezerra Filho José Inácio da Silva	Criação de suínos Farelo de algaroba Farinha Rapadura e aguardente
Carrapateira	761,598	Delfino Mendes de Andrade	Rapadura
Camalaú Velho	55,00	Izaías José de Oliveira	Rapadura e aguardente
Pindurão	1.078,06	Antonio da Costa Figueiredo José Lucas da Silva	Criação de bovinos Algodão
Salgadinho	439,00	João Reinaldo de Lucena	Rapadura e aguardente
Caiçara	609,00	Honório Quintans	Algodão
Madeira	183,60	Vicente Cesário Ivo Galdino	Farinha
Roça Velha	1.613,60	Manoel Inácio	Farinha
Fazenda Alto	164,00	Diomedes Gomes Chaves	Caroá

FONTE: SNCR, 2019. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Vemos que a produção nas fazendas de Camalaú girava em torno da criação de bovinos, da produção de rapadura e aguardente nos engenhos de cana de açúcar, fabricação de farinha e do beneficiamento do algodão na bolandeira, substituída, no século XX, pelo vapor de descaroçar algodão, máquina moderna, se comparada a bolandeira. Houve, ainda, fábricas para beneficiamento do caroá⁹⁵ e da algaroba (esta para a produção de farelo usado para

⁹⁵ Entre os anos 1930 a 1950, as fibras de crauá produziram um fino linho que foi bastante usado pela sociedade da época. Sua exploração, no entanto, foi abandonada no início da década de 1950, com o surgimento do nylon sintético importado dos Estados Unidos. As fibras do crauá ainda são exploradas como cordão natural alternativo

alimentar bovinos e suínos). Ao conhecermos as fazendas de Camalaú e as atividades produtivas desenvolvidas nelas, percebemos que eles seguiam o padrão dos municípios circunvizinhos.

Entre os produtos cultivados, a plantação de algodão⁹⁶ foi uma das atividades econômicas em evidência por décadas. No Nordeste, utilizavam-se dois tipos de algodão, o arbóreo (chamado de Mocó, bastante resistente à seca) e o herbáceo. Para Vasconcelos (1980, p. 22), não era necessário investir grandes capitais no plantio do algodão. Podia plantá-lo junto com outras culturas alimentares de subsistência. No interior da Paraíba, a plantação de algodão teve um importante papel econômico. O município de Monteiro, ao qual pertenceu Camalaú até a sua emancipação política ocorrida no ano de 1961, foi um dos grandes produtores, com extensas áreas rurais dedicadas ao seu cultivo. Barbosa (2020) destaca a importância da localização limítrofe do município de Monteiro com Pernambuco, haja vista que parte da produção daquele Estado, do Ceará e de parte da Paraíba por ali passava com destino a Campina Grande-PB e Recife-PE, grandes centros comerciais à época. O Censo Agropecuário do Estado da Paraíba de 1920 apresentava 702 propriedades rurais em Monteiro, sendo que, em 661 havia a produção do algodão. Vejamos a produção de algodão no município de Monteiro, conforme o quadro abaixo:

QUADRO 28 - ÁREA CULTIVADA E PRODUÇÃO DE ALGODÃO (KG) NO MUNICÍPIO DE MONTEIRO NOS ANOS DE 1911, 1916 E 1921.

Anos	Hectares	Quilos
1911	-	1.350.000
1916	5.000	2.125.000
1921	2.472	953.175

FONTE: Galiza, 1993. Quadro elaborado pelo autor do texto.

aos cordões de nylon para amarrar ou costurar sacos de feijão, sacos de milho e sacos de carvão vegetal.

⁹⁶ O algodão é originário da América do Sul. Cultivado pelos indígenas antes da chegada do homem branco. No Brasil colônia, com a expansão do cultivo, a produção fiado foi usado em tecidos de panos grosseiros. Com essas roupas, vestiam-se os escravizados e a população financeiramente desfavorecida Cf. Kogiso, 2011.

De acordo com Batista (2010, p. 125), a chegada do algodão apresentava-se como uma alternativa para os camponeses no sentido de encontrar meios de colocar sua produção no mercado. Vejamos:

Com o algodão o camponês pode contar com uma produção para um mercado certo e não perde essa oportunidade e abre brechas tanto para produzir, quanto para inserir sua produção no mercado. A princípio utilizava toda área possível de suas terras, considerando que a cultura do algodão podia ser consorciada numa mesma área, junto ao milho e ao feijão, consórcio este que não prejudicava a cultura para subsistência, mas, não se limitavam apenas a suas pequenas áreas, mas, buscando, expandir essa produção procuravam junto aos grandes proprietários concessões de áreas de terras para cultivar o algodão.

Com pouca ou sem nenhuma terra, procurava os grandes proprietários para conseguir maiores áreas onde pudesse ampliar o cultivo do algodão e, conseqüentemente, aumentar a sua renda. Para isso, negociava o uso das terras, trocando por dias de serviços na lavoura do proprietário. Entretanto, o latifundiário era quem tinha o controle da produção em sua propriedade, escolhendo o que deveria ser produzido em suas terras e, conseqüentemente, gerando maiores rendas.

Nas décadas de 1970 e 1980, houve uma significativa produção de algodão em Camalaú, conforme se é possível observar no quadro a seguir.

QUADRO 29 - PRODUÇÃO DO ALGODÃO NO MUNICÍPIO DE CAMALAÚ-PB

ANO	ESTABELECEMENTOS	TONELADAS
1970	633	151
1975	637	233
1980	280	17
1985	315	58

FONTE: Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985. Quadro elaborado pelo autor do texto.

As culturas da agricultura familiar, produtos básicos da subsistência, como milho e feijão, tiveram produção considerável entre os anos de 1970 à 1985. Com a produtividade em alta, o camponês ficava abastecido para os anos subsequentes, preparado para enfrentar as intempéries dos anos com poucas chuvas. O que despertou a nossa atenção foi a produção de

dez toneladas de agave (folha) aconteceu apenas no ano de 1985. O agave foi introduzido no Estado da Paraíba, a partir dos anos de 1940, incentivada por Argemiro de Figueiredo, Interventor Federal, inclusive, com distribuição de mudas. Sendo uma alternativa a crise econômica vivenciada no Estado. (NUNES, 2006). No quadro abaixo, apresentamos a produção das principais culturas permanentes no município de Camalaú-PB (1970-1985). Vejamos o quadro que segue:

QUADRO 30 - PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS PERMANENTES NO MUNICÍPIO DE CAMALAÚ-PB (1970-1985)

ANO	ALGODÃO		AGAVE (FOLHA)		AGAVE (FIBRA)		MILHO		FEIJÃO	
	Informado	Toneladas	Informado	Toneladas	Informado	Toneladas	Informado	Toneladas	Informado	Toneladas
1970	633	151	-	-	-	-	418	114	326	39
1975	637	233	-	-	-	-	559	353	480	85
1980	280	17	-	-	-	-	162	104	134	36
1985	315	58	1	10			900	805	882	252

FONTE: Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980 e 1985. Quadro elaborado pelo autor do texto.

No início da colonização da Paraíba, segundo Galiza (1979), os cativos africanos sustentaram os engenhos de cana de açúcar com o seu trabalho. Para essa autora, o escravizado negro também participou ativamente no processo inicial e de expansão da pecuária no sertão, não se furtando a trabalhar na agricultura de subsistência. Sobre a cultura do algodão, ela afirma que se expandiu também pelo sertão, na zona criatória, até o seu caroço e sua ramagem, tornou-se importante ração animal no século XIX. Foi, portanto, do povo negro escravizado, a *força produtiva* do latifúndio do Cariri paraibano e, especificamente, do município de Camalaú que deu origem ao campesinato que viveu e vive sendo explorado em suas relações de semifeudalidade. Acrescente-se, a esse grupo da força produtiva, os camponeses pobres e alguns poucos membros dos povos originários que conseguiram sobreviver as barbáries dos colonizadores. A queda brusca na produção de algodão entre os anos de 1980 e 1985, ocorreu, entre outros fatores, por causa das estiagens prolongadas, mas,

principalmente, com a chegada da praga do bicudo⁹⁷. O considerável aumento na produção de milho e feijão verificada no ano de 1985 está diretamente ligado ao grande volume de chuvas registrado naquele ano, quando os camponeses obtiveram um ótimo resultado do plantio. Entre o milho e o feijão se plantava melancia e jerimum para complementar a alimentação da família.

Na história do município de Camalaú não se pode falar em mudanças significativas na zona rural em relação à questão fundiária, exceto, a distribuição de uma pequena parte de terra para agricultores através da Reforma Agrária. Por outro lado, vejamos como se comportou a população total rural/urbana no município de Camalaú entre os anos de 1973 à 2010.

QUADRO 31 - POPULAÇÃO TOTAL RURAL/URBANA DO MUNICÍPIO DE CAMALAÚ-PB

POPULAÇÃO	1973	1980	1991	2000	2010
Urbana	673	922	1.889	2.250	2.887
Rural	4.309	4.149	2.387	3.159	2.862
Total	4.985	5.071	4.276	5.409	5.749

FONTE: Almanaque do Estado da Paraíba, 1973 e Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Diante dos dados apresentados é possível dizer que, no ano de 1973, a população rural concentrava 85% da população, enquanto na cidade residia apenas 15% das pessoas. Essa migração sítio/cidade foi se ampliando a cada década. No último Censo, registrado no ano de 2010, a população urbana ultrapassou a rural em 25 pessoas, sendo que, 2.862 pessoas moravam na zona rural (sítios) e 2.887 pessoas residiam na zona urbana. Essa tendência de êxodo rural não foi apenas em Camalaú, conforme podemos observar no quadro seguinte:

⁹⁷ *Anthonomus grandis*, conhecido como Bicudo-do-algodoeiro é uma das principais pragas do algodão, causando o declínio da plantação de algodão da Paraíba e prejuízos aos produtores. Na Paraíba, surge no ano de 1983 nos municípios de Campina Grande e Ingá. Cf. IMAmt, 2015.

**QUADRO 32 - TAXA DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RURAL POR
MICRORREGIÕES DA PARAÍBA (1980-1996)**

Mesorregiões da Paraíba e suas Microrregiões	Taxas de crescimento da população rural		Êxodo estimado 91/96	
	1980/91	1991/96	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
MATA PARAIBANA	-0,7	-0,6	16.483	8,49
Litoral Norte	-0,9	-0,8	6.224	3,21
Litoral Sul	-0,5	-0,2	2.523	1,3
João Pessoa	-0,4	-0,7	1.006	0,52
Sapé	-1,4	-1,6	6.730	3,47
AGRESTE PARAIBANO	-1,0	-1,7	69.759	35,94
Curimataú Oriental	-1,2	-0,6	5.606	2,89
Brejo Paraibano	-1,4	-2,4	13.962	7,19
Campina Grande	-0,2	-1,0	10.392	5,35
Curimataú Ocidental	-1,5	-4,2	13.081	6,74
Esperança	-0,4	-1,2	2.908	1,5
Guarabira	-1,9	-1,5	8.832	4,55
Itabaiana	-1,0	-1,2	7.234	3,73
Umbuzeiro	-0,3	-2,0	7.743	3,99
BORBOREMA	-1,8	-2,4	26.748	13,78
Cariri Oriental	-0,7	-1,1	4.793	2,47
Cariri Ocidental	-2,5	-2,4	10.540	5,43
Seridó Ocidental	-3,0	-7,6	5.826	3
Seridó Oriental	-1,1	-1,7	5.590	2,88
SERTÃO PARAIBANO	1,5	-2,8	81.129	41,79
Cajazeiras	-1,2	-1,7	11.795	6,8
Catolé do Rocha	-2,0	-2,6	15.718	8,1
Itaporanga	-1,5	-3,0	10.116	5,21
Patos	-2,7	-1,1	3.151	1,62
Piancó	1,7	-3,7	10.569	5,44
Sousa	-2,0	-2,1	13.274	6,84
Teixeira	-0,3	-3,2	16.507	8,5
PARAÍBA	-1,3	-1,9	194.119	100

FONTE: FIBGE – Censos Demográficos de 1980 e 1991 e Contagem da População de 1996.

Moreira e Targino (2007, p. 10), fazendo uma análise dos dados, ressaltam que:

a) durante os anos oitenta, todas as microrregiões do semiárido, à exceção da microrregião de Piancó, apresentavam taxas negativas de crescimento da população rural; b) essa tendência é reforçada na década de noventa, quando as maiores taxas negativas de crescimento são registradas nas mesorregiões da Borborema e do Sertão Paraibano (-2,4% a.a. e -2,8% a.a., respectivamente), taxas bem superiores à média estadual que foi de -1,9% a.a.; c) o êxodo rural estimado nessas duas mesorregiões representava 55,5% do total do êxodo rural do estado estimado para o período 1991/96.

As Mesorregiões do Sertão e da Borborema (da qual Camalaú faz parte) não foi exceção à regra e, assim como nas demais cidades das Microrregiões do Cariri e Seridó, houve registro negativo das taxas de crescimento da população rural, o que também foi observado pelos autores ao escreverem:

Os dados relativos à população urbana mostram que os núcleos urbanos da zona semiárida têm crescido a taxas superiores à taxa de crescimento vegetativo, denotando, portanto, que as cidades têm absorvido uma parte significativa da população que tem deixado o meio rural dessa região. Esse fato tem colocado dois problemas graves para a organização social e econômica do semiárido. (MOREIRA E TARGINO, 2010, p. 10).

Esses autores citam os dois graves problemas ocasionados pelo êxodo da população do campo para a cidade. O primeiro, relativo à falta de emprego, tendo em vista a frágil estrutura dos pequenos e médios municípios que não tem condições de gerar empregos para a maioria da população. Por consequência, o aumento da pobreza de se alastra nas mesmas proporções. O segundo problema é a falta de água, pois, a estrutura das cidades não é suficiente para atender plenamente toda a população com o precioso líquido, situação que se agrava nos anos de seca (MOREIRA e TARGINO, 2007, p. 10). Apesar das mudanças demográficas da população das zonas rurais e urbanas, a estrutura fundiária do Cariri paraibano não foi alterada, permanecendo a dinâmica econômica e social destes pequenos municípios estreitamente vinculada ao poder do latifúndio, que ampliou seus investimentos também para

estabelecimentos comerciais, em imóveis, postos de combustíveis, etc., sem deixar de ter como base e lastro de seu desenvolvimento o monopólio das terras e de sua exploração que continua muito presente na sociedade. O êxodo rural não mudou a situação no campo, cujas estruturas permanecem inalteradas.

3.2 A QUESTÃO AGRÁRIA EM CAMALAU: A FAZENDA ROÇA VELHA E AS SUAS TERRAS DOS NEGROS

O espaço rural sempre foi muito importante para os povos negros no Brasil, pois um número considerável destes que foram escravizados moravam nos campos, trabalhando nas tarefas tipicamente rurais. Para entender a condição de camponeses, Bacelar e Caroso (2007) afirmam que tal condição diz respeito ao seu passado e origem contada por fragmentos:

A história do negro brasileiro, em particular do negro que se fez camponês, demanda a compreensão de um tempo de existência que diz respeito ao grupo, mas diz respeito também ao seu passado, a sua origem que nos é contada por fragmentos. Fragmentos prechos de vida, repletos de histórias, partes integrantes da memória e da tradição. Quais significados comportam? Que sentidos se fazem contidos por eles e por que existem como lembrança? (IDEM, p. 144).

Esses mesmos autores, explicando sobre a importância da terra para os negros, dizem que ela tem significado singular, havendo forte ligação entre ambos, comparando-a a um ser vivo de mesma natureza, revelando sua origem, indo além da própria trajetória. Ritos, mitos, lendas e fatos fazem parte dessa história. Portanto, compreende-se que as terras utilizadas por grupos de negros são diferentes de outras do meio rural, pois carregam a marca étnica do seu povo. São verdadeiros espaços negros, resultado das mais variadas formas de escravidão, estando ligada à origem de cada lugar e sua inconfundível história.

As terras de posse dos grupos negros – terras de liberdade – demarcam, assim, a diferença entre esses grupos e outros do meio rural porque são fortemente marcadas pelo componente étnico de sua gente. As chamadas Terra de Preto fazem do lugar um lugar de pretos

na visão de seus moradores e dos moradores da região em que se encontram inseridos. Chamadas de comunidades, bairros, grupos, vilas, sítios ou o que quer que sejam, constituem espaços negros que foram obtidos das mais diferentes formas de escravidão e fora dela. A representação da realidade de grupo e da realidade da terra envolve, assim, a origem de cada lugar e sua história. (BACELAR & CAROSO, 2007. p. 148).

Aires (2013, p. 108-109), escrevendo sobre *Quilombo, quilombismo: conceito e ressignificação*, assim destacam:

Contudo, foi a partir da Constituição Federal promulgada em 1988 que a situação do negro, e aqui enfocamos especialmente os descendentes quilombolas, começou a tomar um novo rumo. A partir de então o debate passa a ganhar destaque nacional, deste modo é com base nesse artigo que se fundamenta uma nova etapa do processo de reconhecimento da identidade quilombola em diversas comunidades negras do Brasil. Que iniciam a luta em prol do reconhecimento de seu passado na busca pela conquista de seus direitos.

Diante da realidade apresentada na Constituição Federal de 1988, a situação dos descendentes quilombolas começou vislumbrar a possibilidade de ter um documento, ou seja, uma certidão, que a reconhecesse como comunidade remanescente quilombola, através da Fundação Palmares.⁹⁸ O debate torna-se nacional, iniciando um processo de reconhecimento de diversas comunidades negras do Brasil. Como fazer, então, para conhecer comunidades rurais negras como sendo de remanescentes quilombolas? A resposta é dada pelo mesmo autor:

O que afirma a identidade das comunidades rurais negras como sendo remanescente de quilombola são alguns traços tradicionais que anteriormente caracterizavam os quilombos da época colonial e imperial, como, por exemplo, o distanciamento dos centros urbanos na maioria das vezes, mas com relações de sociabilidades com tais centros urbanos racistas. (AIRES, 2013. p. 116).

⁹⁸ Fundada no dia 22 de agosto de 1988, a Fundação Cultural Palmares é a primeira instituição pública voltada para promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira, entidade vinculada ao Ministério da Cidadania. Ao longo dos anos, a FCP tem trabalhado para promover uma política cultural igualitária e inclusiva, que contribua para a valorização da história e das manifestações culturais e artísticas negras brasileiras como patrimônios nacionais. Cf. www.palmares.gov.br.

Reconhecidas como comunidades de remanescentes quilombolas, inicia-se um novo momento que é, através da organização em grupo, lutarem por melhores condições de vida, entre as quais, a implantação de políticas governamentais voltadas à atender os seus anseios. Enfrentando os problemas e superando as dificuldades, surgindo assim, a possibilidade de ocuparem um novo lugar na sociedade.

Portanto, as comunidades ao se identificarem como remanescentes quilombolas passam a ser reconhecidas como símbolo de uma identidade, de uma cultura e, sobretudo, de um modelo de luta e militância negra, implicando direta e indiretamente para que as mesmas o assumam, com a possibilidade de ocupar um novo lugar na relação com seus pares, na política local, nas políticas governamentais e no imaginário nacional. (AIRES, 2013. p. 108-109).

As terras que pertenciam ao escravizado Avelino Bezerra Leite e sua irmã Iria Maria da Conceição estão registradas no Cartório de Registro de Imóveis de Camalaú-PB, conforme disposto no livro de notas 12, páginas 33 à 35, no dia 26 de novembro do ano de 1932, ocasião na qual ambos venderam pela a quantia de quatrocentos mil reis, a Manoel Justino do Nascimento, uma parte de terras do espólio de Ulisses Bezerra Leite, do qual eram herdeiros. Assim está o registro:

(...) que são possuidores de duas partes de terras anexas uma a outra e composta de diversas pequenas partes todas havidas do espólio de Ulysses Bezerra, cita nos lugares Roça Velha e sítio do Meio da propriedade Fazenda da Serra deste termo, cujas partes de terras reunidas medem cento e quarenta e duas braças de frente com uma légua de extensão do rio do Espinho para o Sul e meia légua do dito rio para o Norte, e da parte de terras descriptas acham-se justos e contratados para venderem uma parte que será desmembrada. (...). Camalaú(PB), 1932.

A outra parte de terras de que se fala nesse documento foi vendida a Antonio Gomes Barbosa, no dia 02 de junho de 1938, anotada no Livro de Notas Nº 15, páginas 22 v à 24.

Esse negócio aconteceu poucos dias antes de falecer o ex-escravizado Avelino Bezerra Leite. Fazia parte das terras que herdou de Ulysses Bezerra. Como comprador, Antonio Gomes Barbosa. Este registro aparece da seguinte maneira: (...) por herança do falecido Ulysses Bezerra era senhor e legítimo possuidor de uma parte de terra com benfeitorias, parte de uma casa velha em mau estado, sito no sítio Roça Velha, da propriedade da Fazenda da Serra deste Distrito (...).

Essa mesma terra foi vendida por Antonio Gomes Barbosa e sua mulher Antônia Gomes e Silva, pouco tempo após a sua compra, no dia 24 de setembro de 1938, pelo o mesmo valor que havia adquirido (um conto de reis), sendo comprada pelos os cinco filhos do ex-escravizado⁹⁹ Avelino Bezerra Leite, a saber: Balbino Avelino Bezerra, Manoel Avelino de Lima, Miguel Avelino Bezerra, Josefa Maria da Conceição e Maria Bezerra da Conceição. Esta compra está registrada no Livro de Notas Nº 15, páginas 53 à 54v.

Temos certeza que o ex-escravizado foi dono de duas partes de terras com escritura pública, sendo herdadas do espólio de Ulysses Bezerra (que era filho de sua irmã Iria, também escravizada e, portanto, seu sobrinho). A herdeira da terra deveria ser apenas a mãe de Ulysses. Então, por que Avelino aparece como herdeiro? Como Ulysses adquiriu tantas terras sendo filho de uma escravizada pobre? Teria sido essas as terras que Avelino Bezerra Leite havia ganhado juntamente com suas irmãs ex-escravizadas do seu proprietário após o fim da escravidão? Para responder a essas e outras perguntas que surgem é preciso aprofundar as pesquisas nos cartórios da região, pois, o cartório de Camalaú foi fundado no ano de 1914, alguns anos após a abolição da escravatura. Outra dificuldade se deve ao fato do proprietário dos escravizados Domingos Ferreira de Brito ter deixado as terras de Camalaú e ir morar em outro local após a concessão da liberdade aos negros, tornando mais difícil encontrar documentos comprovando a doação. Porém, os familiares são unânimes em afirmarem que as terras de Roça Velha foram doadas logo após a promulgação da Lei Áurea e que não demorou muito para o proprietário ir embora da fazenda a qual ficou pertencendo a Avelino Bezerra Leite e seus familiares.

Outra pergunta que precisa de resposta é por que Avelino Bezerra Leite vendeu o restante das terras que possuía poucos dias antes de falecer? Curioso que, após a sua morte, o

⁹⁹ Com a abolição da escravatura através da assinatura da Lei Áurea em 1888, Avelino Bezerra Leite e suas irmãs tornam-se ex-escravizados.

comprador vendeu as terras para os cinco filhos de Avelino pelo o mesmo valor que havia adquirido. Significa dizer, que a venda, provavelmente, foi apenas uma formalidade para evitar problemas futuros.

A comunidade camponesa do sítio Roça Velha, onde residem os descendentes do escravizado Avelino Bezerra Leite e sua esposa Conceição, foi reconhecida junto à Fundação Cultural Palmares com o título de povos remanescentes de quilombo¹⁰⁰. Dessa forma, haverá o resgate de parte de uma dívida histórica da sociedade aos familiares do citado escravizado que durante tantos anos foram os verdadeiros donos das terras que hoje a ocupam, muitas vezes, na condição de moradores.

IMAGEM 18 - FOTO DE SATELITE DO SÍTIO ROÇA VELHA



FONTE: Disponível em www.google.com.br. Acesso em 14 de junho de 2021.

Diante das considerações sobre a importância das terras para os negros, vejamos, então, como está a distribuição das terras no sítio Roça Velha de Camalaú. Para tanto, é preciso, conhecer sobre três temas relacionados: Imóvel Rural, Módulo Fiscal e Sistema Nacional de Cadastro Rural.

- a) Imóvel Rural:** conforme a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, artigo 4º, assim, conceitua-se:

(...)

Art. 4º Para os efeitos desta lei, conceituam-se:

¹⁰⁰ Através da Portaria Nº 84, de 26 de março de 2021, o Presidente da Fundação Cultural Palmares Sérgio Nascimento de Camargo certificou a comunidade de Roça Velha/Rua Preta, como Remanescente de Quilombo, conforme Declaração de Autodefinição que instrui o processo administrativo 01420.100551/2020-46. Autorizando o registro de certificação no Livro de Cadastro Geral nº 20, sob o nº 2838, às fls 61.

I - Imóvel Rural - o prédio rústico de área contínua, qualquer que seja a sua localização, que se destine ou possa se destinar à exploração agrícola, pecuária, extrativa vegetal, florestal ou agro-industrial;

Na mesma Lei, nos incisos II e III, são consideradas pequenas e médias propriedades os imóveis rurais assim classificados:

II - Pequena Propriedade - o imóvel rural:

a) de área até quatro módulos fiscais, respeitada a fração mínima de parcelamento; ([Redação dada pela Lei nº 13.465, de 2017](#)).

III - Média Propriedade - o imóvel rural:

a) de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais;

b) (Vetado)

§ 1º São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária a pequena e a média propriedade rural, desde que o seu proprietário não possua outra propriedade rural. ([Redação dada pela Lei nº 13.465, de 2017](#))

§ 2º É obrigatória a manutenção no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) de informações específicas sobre imóveis rurais com área de até um módulo fiscal. ([Incluído pela Lei nº 13.465, de 2017](#)).

b) Módulo Fiscal: como já anunciada nessa dissertação, é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. É expressa em hectares e é variável, sendo fixada para cada município, levando-se em conta:

a) o tipo de exploração predominante no Município:

I - hortifrutigranjeira;

II - cultura permanente;

III - cultura temporária;

IV - pecuária;

V - florestal;

b) a renda obtida no tipo de exploração predominante;

c) outras explorações existentes no Município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada;

d) o conceito de "propriedade familiar", definido no item II do artigo 4º desta Lei.

Como já dito antes, o tamanho do módulo fiscal, em hectares, para cada município está fixado na Instrução Especial do INCRA, Nº 20, de 1980. Assim sendo, um módulo fiscal do município de Camalaú, corresponde a 55 hectares.

c) Sistema Nacional de Cadastro Rural: sistema utilizado pelo INCRA para conhecer a estrutura fundiária e a ocupação do meio rural brasileiro a fim de assegurar o planejamento de políticas públicas. Por meio dos dados declarados pelos proprietários ou possuidores (posseiros) de imóveis rurais cadastrados, o sistema emite o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR).

De acordo com as normas que ditam sobre Imóvel Rural, Módulo Fiscal e Sistema Nacional de Cadastro Rural, as terras do sítio Roça Velha, município de Camalaú, estão, assim distribuídas:

QUADRO 33 - DISTRIBUIÇÃO DAS TERRAS DE ROÇA VELHA

TIPOS DE PROPRIEDADE	QUANTIDADE E MÓDULO FISCAL	TOTAL DE HECTARE	MÉDIA - TOTAL DAS TERRAS
Minifúndio	36 (inferior a 01 módulo fiscal)	519,60	32%
Pequena Propriedade	04 (superior a 01 módulo fiscal e inferior a 02)	374,0	23%
Média Propriedade	01 (superior a 13 módulos fiscais)	720,0	45%
TOTAL	41 módulos fiscais	1.613,60	100%

FONTE: Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2019.

Conforme os dados apresentados no quadro 33, podemos afirmar que:

a) Existe um total de 41 (quarenta e uma) propriedades que somam 1.613,60 (um mil, seiscentos e treze hectares e sessenta ares);

b) Trinta e seis (36) propriedades são minifúndios, com imóvel de área inferior a 01 (um) módulo fiscal, totalizando 519,60 (quinhentos e dezenove hectares e sessenta ares), equivalendo a 32% (trinta e dois por cento) das terras;

c) Quatro (04) pequenas propriedades com área superior a 1 (um) módulo fiscal e inferior à 02 (dois), totalizando 374,0 (trezentos e setenta e quatro hectares), equivalendo a 23% (vinte e três por cento) das terras;

d) Uma (01) média propriedade com 13,09 módulos fiscais, totalizando 720 (setecentos e vinte hectares), equivalendo a 45% (por cento) de todas as terras;

A Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, promulgada no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, em seu Artigo 3º, considera como agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
 - II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
 - III - (...)
 - IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
- § 1º (...)
- § 2º São também beneficiários desta Lei:
- I - (...)
 - II - (...)
 - III - (...)
 - IV - (...)
 - V - (...)
 - VI - integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º. [Incluído pela Lei nº 12.512, de 2011](#).

A partir do texto da Lei citada e de acordo com os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, identificamos que os descendentes do escravizado Avelino Bezerra Leite são agricultores familiares por possuírem diversas características elencadas no documento legal, entre as quais podemos enfatizar: não detêm área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais; uso de mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento; e foram reconhecidas como comunidade de remanescentes quilombolas rural.

Diante da situação apresentada, no que diz respeito ao acesso a terra, é possível concluirmos que, ao longo dos anos, as terras que pertenciam aos descendentes do escravizado Avelino Bezerra Leite foram sendo adquiridas por outras pessoas. A grande maioria das terras, quase 80% (oitenta por cento), é de propriedade de outras famílias. Ou seja, o domínio da maior parte das terras não mais pertence, desde muitos anos, à família Avelino.

No recenseamento do Brasil do ano de 1920, na relação de proprietários dos estabelecimentos rurais do Estado da Paraíba, no município de Alagoa do Monteiro, ao qual pertencia Camalaú, consta como proprietários no sítio Roça Velha, as seguintes pessoas: Ulysses Bezerra Leite, Nominando Miguel Ferreira Firmo, Paulino Querino de Queiroz, Antonio Ferreira das Chagas, Ernesto Caboclo de Souto, Pedro Francisco Xavier, Manoel Romão de Almeida e João Correia de Queiroz. Entre os donos das terras de Roça Velha, no ano de 1920, apenas o proprietário Ulysses Bezerra Leite tinha um parentesco familiar com o ex-escravizado Avelino Bezerra Leite, pois, era seu sobrinho. É possível, então, concluirmos que a família deste, por um período muito curto, foi dona das terras, pois, de alguma forma, perderam essa propriedade. Conforme a história, ele teria ganhado tais terras no ano de 1888, quando da abolição da escravatura. Passados trinta e dois anos, já não possuíam terras em quantidade suficiente para trabalhar ou morar, apenas uma pequena parcela na qual os seus descendentes conseguiram permanecer e das quais ainda são os proprietários. Diante dos fatos relatados, percebemos o surgimento de um campesinato negro, formado com os descendentes do casal Avelino Bezerra Leite e sua esposa Conceição que permanece presente na atualidade.

Atualmente, o SNCR traz como declarantes das terras daquela área os nomes que seguem no quadro:

QUADRO 34 - DECLARANTES COMO PROPRIETÁRIOS DAS TERRAS DO SÍTIO ROÇA VELHA - 2021

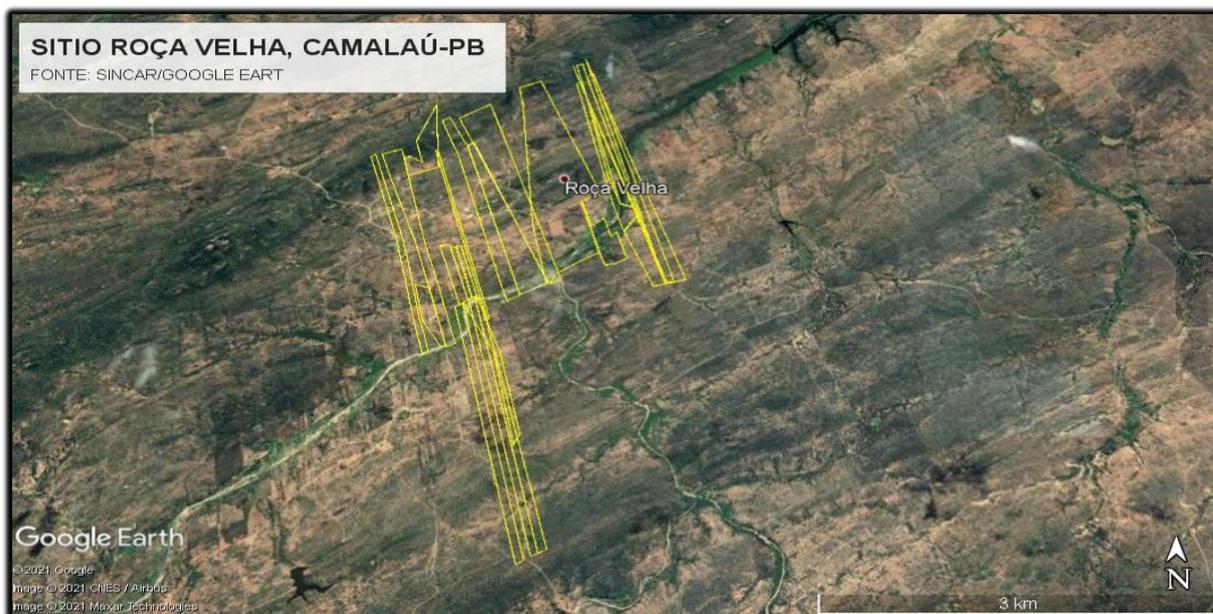
Denominação	Titular	Área Total
01	Cassimiro Balbino Bezerra	1
02	José Balbino Bezerra	1,1
03	Antônia Bezerra da Silva	1,5
04	João Viana Sobrinho	2
05	Natanael José Bezerra	3
06	José Matias da Silva	3
07	Antônia Maria dos Anjos	3
08	José Balbino Bezerra	3
09	Sebastião Matias da Silva	5
10	Francisco de Assis Pereira	6
11	Maria Rosinete Bezerra	6
12	Maria do Carmo Matias	6
13	Davina Francisca de Alcântara	10
14	Cícero Avelino de Lima	10
15	Maria Célia de Farias Bezerra	11

16	Balbino Avelino Bezerra	12
17	José Fernando Farias	12
18	José Matias Neto	12
19	José da Paz Bezerra	12,5
20	José Gustavo de Queiroz	13
21	Antônio Sebastião Pereira	14
22	Antônio José da Silva	14
23	Etelvino José da Silva Soares	14
24	José Pereira da Silva	14
25	João Antônio da Silva	16,5
26	Amaro Antônio Ferreira	17
27	Maria das Dores de Carvalho	17
28	José Pereira da Silva	20
29	Amadeu Bezerra da Silva	20
30	Raimundo José de Freitas	21
31	Manoel Gustavo de Queiroz	21
32	José Avelino Bezerra	25
33	Francisco Gonçalves Filho	36
34	Francisco de Assis Pereira	41
35	Sebastião Matias da Silva	42
36	José Gustavo de Queiroz	54
37	Maria Queiroz Chaves	60
38	Abílio Alves Feitosa	81
39	Francisco Correia de Queiroz	104
40	Maria Eunice Chaves de Sousa	105
41	Tarcísio Chaves Firmo	105
42	Elizeu Firmino de Melo	720
TOTAL DE HECTARES		1.694,60

FONTE: Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2019.

Declarados como proprietários de terra em Roça Velha 42 pessoas. Dentre essas, 12 declarantes são descendentes do ex-escravizado Avelino Bezerra Leite e sua esposa. O tamanho das terras das quais são donos varia de 01 a 25 hectares. Pouca terra para muita gente! A maior parte das terras pertence às famílias que tradicionalmente foram proprietárias em Camalaú, a exemplo da família Chaves (citada anteriormente). A imagem 19, apresenta a divisão das propriedades do sítio Roça Velha de acordo com o Cadastro Ambiental Rural – CAR.

IMAGEM 19 - DIVISÃO DAS PROPRIEDADES DO SÍTIO ROÇA VELHA DE ACORDO COM O CADASTRO AMBIENTAL RURAL – CAR.



FONTE: Sincar/Google Eart. Disponível em www.sincar/googleearth.com.br. Acesso em 12 de junho de 2021.

As imagens dispostas no Cadastro Ambiental Rural – CAR do sítio Roça Velha comprovam a existência de apenas quatro maiores propriedades, sendo as demais com tamanhos mínimos para a sobrevivência familiar. Com pouca terra para produzir, muitas vezes precisam trabalhar nas grandes propriedades, sujeitando-se às regras impostas pelos seus donos, uma característica clara de semifeudalidade. Os latifundiários sabiam como usar a terra para dominar os camponeses. Nas palavras de Batista (2010, p. 239), assim diz:

Quanto aos latifundiários, estes utilizavam partes de suas áreas de terras como “terras em campo” ou “terras de campo”, o que possibilitava uma vigilância coletiva, por parte destes, pois todos se responsabilizavam em vigiar e impedir aos camponeses se apossarem de partes dessas áreas ou mesmo utilizarem os recursos naturais, sem a autorização prévia dos seus donos, conforme regulamentava o costume, condição essencial a ser observada para não desencadear represálias violentas.

O uso coletivo das terras de campos era uma maneira sutil de proibir os camponeses de utilizarem as referidas terras conforme as suas necessidades. A autorização para uso dependia diretamente do proprietário. Situação esta ocorrida no passado e que continua

existindo no presente. O escravizado de outrora é o camponês de hoje. Os latifundiários do passado ainda existem na figura dos coronéis e, finalmente, como os homens do agronegócio, conforme as palavras de Camacho (2008, p. 41). Vejamos:

(...) sempre houve uma luta de classes que marcou o campo brasileiro. Essa luta de classes histórica no campo brasileiro pode ser resumida da seguinte forma: tínhamos uma relação de senhores latifundiários e escravos, no período colonial e imperial; depois, no período republicano, a relação era entre senhores latifundiários (coronéis) e os camponeses; e, hoje, temos os latifundiários do agronegócio e os camponeses.

Nesse capítulo, buscamos expor a existência das grandes fazendas presentes na formação do atual território de Camalaú que, em determinados momentos da história, foram sustentadas com o trabalho semifeudal, a base da escravidão. Uma produção baseada na pecuária e agricultura. Na atualidade, são os agricultores camponeses que com a sua força de trabalho no exercício da profissão, muitas vezes explorados, produzem o necessário para alimentar a população. O poder público formado por latifundiários pouco faz para mudar essa realidade, cabendo, aos próprios camponeses, a tarefa de mudar a sua história de vida, através da organização e da luta para que dias melhores, com dignidade, respeito e cidadania plena floresça e seja uma constante no seio da sociedade. As terras que pertenceram aos negros devem estar no seu comando para, desta forma, fazerem o resgate de uma dívida histórica com esse grupo social que com as próprias vidas ajudaram a construir esse país que continua sendo uma semicolônia dominada pelo imperialismo. Sendo este um dos motivos para que a escola possa dar uma ênfase maior no ensino de Sociologia às questões relacionadas ao mundo rural.

Feitas as considerações sobre a importância da terra para os descendentes dos escravizados, conceituando imóvel e módulo rural para compreensão do espaço de terra ocupado pelos proprietários e posseiros, identificada a disparidade em relação à quantidade de terras concentrada em poucos proprietários, em detrimento da grande maioria com o acesso limitado, sendo possuidores de parcelas mínimas de terras para trabalharem e sobreviverem, refletiremos no próximo capítulo sobre a contribuição ao ensino de Sociologia da questão agrária que é presente na história do escravizado Avelino Bezerra Leite, sua esposa Maria da Conceição e seus familiares.

4 O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO MUNICÍPIO E CAMALAU

O objetivo desse capítulo é o de investigarmos o contato que os jovens do sítio Roça Velha têm nas escolas do município com os estudos sociológicos, sobretudo os que tratam da questão agrária e do campesinato negro de Camalau. Dentre outras ações, analisaremos como acontece o processo educacional na ECIT – Escola Cidadão Integral Técnica Pedro Bezerra Filho, a partir de alguns documentos, tais como: Projeto Político Pedagógico – PPP e o Plano de Curso da disciplina de Sociologia para o Ensino Médio.

4.1 O ENSINO DE SOCIOLOGIA COMO ESPAÇO DE CRÍTICA DA VIDA SOCIAL

A disciplina de Sociologia ainda não se firmou como componente curricular ocupando espaço permanente na educação brasileira. Entre entradas e saídas do currículo, uma verdadeira instabilidade se formou e atravessou gerações, sem que haja uma definição que possa, enfim, tornar esse ensino, de fato, sólido, assim como acontece com outros componentes curriculares que fazem parte da formação ministrada na escola. Essa constante ausência cria situações indesejadas no campo institucional e pedagógico.

Fazendo uma cronologia sobre o ensino de Sociologia, foi no ano de 1925, com a Reforma Rocha Vaz¹⁰¹, através do Decreto nº 16.782-A, de 13.01.1925, que foi introduzida como disciplina obrigatória nos cursos ginasiais. Silva (1997) assim anota:

O Decreto que instalou esta cadeira foi o de nº 16 782 de 13 de janeiro de 1925, que criou o Departamento Nacional de Ensino, vinculado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e que criou também, no sexto ano ginasial, a cadeira de Sociologia, que ficou no Rio de Janeiro a cargo do professor Delgado de Carvalho.

¹⁰¹ Tornou a Sociologia disciplina obrigatória. O ensino secundário passa a ser seriado com a duração de seis anos. Tem por finalidade fornecer preparo fundamental e geral para a vida, qualquer que seja a profissão a que se dedicasse posteriormente o estudante. A conclusão do 5º ano já dava direito ao prosseguimento de estudos em nível superior, desde que, claro, o estudante fosse aprovado nos vestibulares. Aos concluintes do 6º ano, será atribuído o grau de bacharel em ciências e letras. Cf. Palma Filho, 2005.

Outra Reforma ocorreu no ano de 1931, a Reforma Francisco Campos¹⁰². Nesse período foi criado o Ministério da Educação (1931), o curso de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo – ELSP (1933) e a fundação da Universidade de São Paulo - USP (1934). A Reforma Capanema, de 1942, diz que não é obrigatório o ensino de Sociologia na escola secundária¹⁰³. Com a Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB nº 4.024/1961, a disciplina de Sociologia tornou-se opcional.

No ano de 1964, com o Golpe Militar, foi retirada dos currículos da escola e substituída por Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (Carvalho, 2004). Os anos de 1980 marcam o retorno da Sociologia à escola secundária, período da “redemocratização” do país. Em 1996, com a nova LDB, lei nº 9.394/96, a Sociologia permanece no currículo, atrelada à Filosofia. Finalmente, em 02 de junho de 2008, foi promulgada a Lei nº 11.684, que alterou a LDB e tornou obrigatório no ensino médio as disciplinas de Sociologia e Filosofia. De acordo com Barbosa (2020, p. 223), as políticas educacionais brasileiras estão alinhadas ao pensamento liberal do Banco Mundial, cuja imposição aos países semicoloniais é a formação de mão de obra a serviço das classes dominantes. Mesmo com a chegada ao poder de governantes tidos como progressistas essa realidade imposta pelo Banco Mundial não mudou, haja visto, que a Reforma do Ensino Médio, iniciada no Governo de Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) e concluída no governo de Michel Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), retira novamente a obrigatoriedade do ensino desta disciplina.

Com o advento da lei Nº 11.684, de 02 de junho de 2008, que criou a obrigatoriedade do ensino de Sociologia, surgiu um novo horizonte nas Escolas Públicas do nosso país, pois, a partir desta nova realidade, os diversos profissionais espalhados em todo o território nacional puderam ocupar o espaço da sala de aula com indagações e investigações da visão de mundo

¹⁰² A chamada “Reforma Francisco Campos” (1931) estabeleceu oficialmente, em nível nacional, a modernização do ensino secundário brasileiro, conferindo organicidade à cultura escolar do ensino secundário por meio da fixação de uma série de medidas, como o aumento do número de anos do curso secundário e sua divisão em dois ciclos, a seriação do currículo, a frequência obrigatória dos alunos às aulas, a imposição de um detalhado e regular sistema de avaliação discente e a reestruturação do sistema de inspeção federal. Cf. Dallabrida, 2009.

¹⁰³ Em 1937, com a instauração do Estado Novo, no governo Vargas, a educação foi associada ao projeto econômico desenvolvimentista, com a implementação de novas modalidades de ensino técnico profissionalizante. Nesse período, houve a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Surgiram também as primeiras Escolas Técnicas Federais. Cf. Medeiros, 2020.

concebida pelos alunos, ampliando-se, assim, a compreensão da realidade, através da ótica dos próprios estudantes. Trata-se de profissionais que carregam consigo a responsabilidade de conduzir um processo de ensino aprendizagem capaz de descortinar nos alunos novos horizontes a partir de sua realidade ou de realidades as quais se pretende estudar, fazendo com que a escola se torne palco de novos conhecimentos e saberes à luz do processo científico apropriado. É uma mudança que está distante de se solidificar na estrutura educacional do nosso país, tendo em vista, todo o processo histórico pelo qual passou e, entre outros fatores, as condições de trabalho e ensino nas escolas. Porém, existe um espaço fértil e que precisa prosseguir, referimo-nos às diversas instituições formadoras de novos professores de Sociologia. Desta forma, se faz necessário estudar os comportamentos dos grupos humanos, diferenciando os diversos modos de ser e agir em sociedade para, assim, poder intervir nesta realidade social.

Conforme está escrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, a importância do ensino de Sociologia no Ensino Médio para que o aluno possa utilizá-la na busca de novos saberes, portando-se de forma criteriosa para perceber e compreender a complexa realidade que envolve a sociedade.

A Lei 9.394/96 estabelece como uma das finalidades centrais do Ensino Médio a construção da cidadania do educando, evidenciando, assim, a importância do ensino da Sociologia no Ensino Médio. Tendo em vista que o conhecimento sociológico tem como atribuições básicas investigar, identificar, descrever, classificar e interpretar/explicar todos os fatos relacionados à vida social, logo permite instrumentalizar o aluno para que possa decodificar a complexidade da realidade social. (BRASIL, 1996).

Para Paiva & Jimenez (2010, p. 280), a utilização do termo “cidadania”, usado de forma recorrente no ensino de Sociologia sob o pressuposto anti-marxista, de que a cidadania representa o horizonte maior para a humanidade, é um discurso que esconde a possibilidade de emancipação humana para superação do trabalho alienado, criando uma nova forma de sociabilidade.

Conforme os documentos oficiais (BRASIL, 2001), as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia,

Parecer do CNE nº: 492/2001, tratando das competências e habilidades gerais e específicas, no que tange as habilidades específicas necessárias dos licenciados, enfatizam-se:

Domínio dos conteúdos básicos que são objeto de ensino e aprendizagem no ensino fundamental e médio; Domínio dos métodos e técnicas pedagógicos que permitem a transposição do conhecimento para os diferentes níveis de ensino. (p. 26).

Para Tardif (2010), na prática da sala de aula, os professores adquirem saberes baseados na experiência.

Os próprios professores, no exercício de suas funções e na prática de sua profissão, desenvolvem saberes específicos, baseados em seu trabalho cotidiano e no conhecimento de seu meio. Esses saberes brotam da experiência e são por ela validados. Eles incorporam-se à experiência individual e coletiva sob a forma de *habitus* e de habilidade de saber-fazer e de saber-ser. (TARDIF, 2010, p. 38).

Nesse sentido, o ensino da Sociologia deverá ser de uma importância fundamental para manter acesa a chama das discussões, ideias e propostas para uma educação e ensino de qualidade, através da investigação de acontecimentos e fatos sociais acentuados nas comunidades, muitas vezes despercebidos ou adormecidos no tempo. Traduzir tais fatos à luz da realidade, investigando, pesquisando e contribuindo fortemente para a construção de um povo consciente do seu papel, conhecendo a própria realidade para intervir nela e tendo a Sociologia um papel preponderante nesse novo contexto de reencontro com as raízes, priorizando sempre um pensamento crítico e aguçado na temática a ser trabalhada.

Para Oliveira (2012), é preciso trazer o contexto para a sala de aula, mas, não reduzir o aprendizado ao senso comum, porém, tê-lo como ponto de partida para o exercício da docência.

Lecionar sociologia não é apenas ensinar considerando o contexto, mas trazer o contexto para a sala de aula como assunto a se debater. Não esperamos com isso que a aula se resuma a um refinamento do senso comum, mas devemos ter o senso comum como ponto de

partida para nossa *práxis educativa*, articulado às categorias e às teorias sociológicas. (OLIVEIRA, 2011, p. 33).

O trabalho do ensino da Sociologia acontece, principalmente, com a sua atuação voltada para os sistemas existentes que, muitas vezes, segue um rito próprio de intenções da classe social com maior influência, como historicamente sempre aconteceu na sociedade. Assim sendo, a classe social menos favorecida sempre ficou à margem social, sendo conduzida pela classe social dominante. Nesse sentido, a Sociologia deve buscar compreender essas relações sociais em voga. Sobre isso, vejamos o pensamento de um teórico:

Os sistemas escolares em cuja organização se refletem os interesses das classes dominantes e as diversas camadas e mobilidades sociais, político-econômica, de cada sociedade, tendem, pois a tornar-se sistemas cada vez mais complexos (pluralismo vertical e pluralismo horizontal) para se porem em relação com as diferenciações múltiplas que impõe a divisão do trabalho social em uma sociedade determinada (AZEVEDO, 1985, p. 142).

Entretanto, a transformação da classe historicamente dominada é algo complexo de acontecer, carecendo de um longo processo de mudanças. Por isso, é fundamental que o ensino de Sociologia traga à concepção dos estudantes nos sistemas escolares uma visão diferenciada da habitual, fazendo com que haja um descortinar de novos horizontes e situações até então não aceitas pela cúpula dominante que, comumente, prefere o rito lento da continuidade acentuada e marca de uma sociedade controladora, estagnada no tempo.

Na sociedade atingida por uma precarização social e mercadorização, o ensino de Sociologia pode apresentar-se como espaço de crítica da vida social atual. Conforme Jinkings (2007, p. 127) sugere, o ensino e a pesquisa de Sociologia e das demais ciências sociais podem contribuir para o desvendamento de singularidades e contradições da vida humana. Entretanto, a educação conforme está articulada, contribui para perpetuar o controle das classes dominantes (burguesia e latifúndio, sob o domínio do imperialismo) sobre as classes dominadas (proletariado, campesinato pobre, pequena burguesia urbana, setores médio no campo e cidade). Havendo a necessidade da existência de um sistema de educação que possa contribuir com a transformação das circunstâncias sociais.

Sarandy (2001) apresenta três pontos fundamentais para o bom desempenho do ensino de Sociologia: construção da cidadania, preparação básica para o trabalho e promoção de uma compreensão sociológica. Diz ele:

(1) construção da cidadania por meio da formação dos cidadãos; (2) preparação básica para o trabalho por meio do entendimento das novas formas de organização do trabalho e da produção em tempos de globalização; (3) promoção de uma compreensão sociológica da realidade na qual estamos inseridos especialmente pelo desenvolvimento de seu modo específico de pensar – constituem a preocupação fundamental que deve nortear o ensino da sociologia e justificar a sua inclusão na grade curricular do Ensino Médio (SARANDY, 2001, p. 7).

Os pontos apresentados por Sarandy (2001, p. 7), estão em consonância com a política do Banco Mundial para a educação que, por sua vez, está atrelada a cidadania burguesa, cuja finalidade é se perpetuar no controle da sociedade. Assim sendo, inexistente uma análise mais profunda da realidade social, cujas ideias burguesas se pautam na continuidade da estrutura dominante vigente.

No ano de 2017, foi promulgada a Lei nº 13.415/2017, que reformou o Ensino Médio, e, mais uma vez, trouxe mudanças que devem ser vivenciadas em sala de aula, influenciando, diretamente, o ambiente escolar. O Art. 35-A, § 7º diz textualmente que “(...) os currículos do ensino médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais” (BRASIL, 2017). Referindo-se ao currículo do ensino médio, no artigo 36, assim está escrito:

Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;

V - formação técnica e profissional. (BRASIL, 2017)

Portanto, não está explícita a obrigatoriedade do ensino de Sociologia, ficando a critério de cada ente federado (estados e municípios) a decisão de continuação ou supressão na grade curricular. Essa organização da grade curricular por área de conhecimento, atende as propostas da educação do Banco Mundial para países semicoloniais como é o caso do Brasil. Paralelo à lei que reformou o ensino médio, em cena há outro importante documento presente na educação brasileira, trata-se da Base Nacional Comum Curricular - BNCC¹⁰⁴, cujos itinerários formativos são guiados pela Lei 9.394/96. Na área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia – se propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética. Porém, essa formação ética, está pautada no projeto neoliberal de educação que tem ente seus agentes financiadores o Banco Mundial, junto com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - (UNESCO).

Feitas tais considerações, faz-se necessário traçarmos um perfil da comunidade do sítio Roça Velha, a partir de dados disponíveis nos órgãos governamentais, obtidos via sistema E-SUS¹⁰⁵. Conforme as informações registradas na Secretaria de Saúde do município de Camalaú-PB, ano 2020, no sítio Roça Velha moravam 194 pessoas, sendo 103 do sexo masculino e 91 do sexo feminino. Nos dados também constam informações sobre sexo, raça, grau de instrução, situação no mercado de trabalho e diversos aspectos. Com tais informações foi possível construir um perfil da comunidade, estando o resultado disposto no quadro a seguir:

¹⁰⁴ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Cf. basenacionalcomum.mec.gov.br.

¹⁰⁵ O **e-SUS Atenção Primária (e-SUS APS)** é uma estratégia do Departamento de Saúde da Família para reestruturar as informações da Atenção Primária em nível nacional. Esta ação está alinhada com a proposta mais geral de reestruturação dos Sistemas de Informação em Saúde do Ministério da Saúde, entendendo que a qualificação da gestão da informação é fundamental para ampliar a qualidade no atendimento à população. A estratégia e-SUS APS, faz referência ao processo de informatização qualificada do SUS em busca de um SUS eletrônico. Cf. aps.saude.gov.br > ape > esus.

QUADRO 35 - PERFIL DA COMUNIDADE RURAL DE ROÇA VELHA

FAIXA ETÁRIA	TOTAL	SEXO MASC.	SEXO FEM.
00 a 10 anos	27	14	13
11 a 20 anos	37	17	20
21 a 30 anos	29	14	15
31 a 40 anos	30	18	12
41 a 50 anos	26	15	11
51 a 60 anos	19	10	09
61 a 70 anos	15	10	05
71 a 80 anos	08	04	04
81 a 90 anos	02	01	01
91 a 100 anos	01	00	01
RAÇA/COR			
Amarela	20	11	09
Branca	05	04	01
Parda	152	80	72
Preta	17	11	06
GRAU DE INSTRUÇÃO			
Nenhum	15	08	07
Frequenta escola ou creche	02	01	01
Pré-escola	06	03	03
Alfabetização p/ adultos (MOBRAL, etc.)	02	01	01
Alfabetizada	09	05	04
Fundamental (1ª a 4ª série)	63	36	27
Fundamental completo EJA (supletivo 1ª a 4ª série)	01	00	01
Fundamental completo	07	03	04
Fundamental (5ª a 8ª série)	42	20	22
Ensino médio EJA (supletivo)	02	01	01
Ensino médio especial	07	04	03
Ensino médio 2º ciclo (científico, técnico, etc.)	02	00	02
SITUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO			
Não trabalha	29	15	14
Aposentado ou pensionista	24	12	14
Desempregado	02	02	00
Assalariado com carteira de trabalho	01	00	01
Assalariado sem carteira de trabalho	01	01	00
Situação no mercado de trabalho: outro	60	35	25
Recebe bolsa família	26	04	22
DIVERSOS ASPECTOS			
Membro de povo e comunidade tradicional	23	12	11
Frequenta cuidador tradicional	40	18	22

Está fumante	19	13	06
Faz uso de álcool	10	10	00
Faz uso de outras drogas	01	01	00
Participa de grupo comunitário	02	01	01
Fica com adulto ou responsável criança de 0 a 09 anos	22	12	10
Responsável familiar	81	63	18

FONTE: Secretaria de Saúde de Camalaú – Sistema e-SUS, 2020. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Em relação à raça/cor, a grande maioria, 152 pessoas, afirmou ser de cor parda, seguida de amarela e preta, com números equivalentes. A cor branca foi a menos citada. De acordo com a convenção do IBGE, negro é quem se autodeclara preto ou pardo.

No quesito grau de instrução fica evidente a pouca escolaridade dos membros da comunidade, não existindo pessoas com formação superior em universidades. A maioria cursou os anos iniciais do ensino fundamental – 1º ao 5º ano. Os poucos anos de escolaridade são mais acentuados quando relacionado ao ensino médio. Para Bastos (2016, pág. 763-764), segundo os dados do IBGE para o ano de 2013, em estabelecimentos de ensino, por amostragem de domicílios, cruzando-se as informações, a média de estudos da população negra e parda, em relação à população branca, existe uma defasagem de mais de dois anos de escolaridade.

A situação no mercado de trabalho é complexa. Registro de trabalho com carteira assinada praticamente não existe, prevalecendo a informalidade. Trabalha-se nas pequenas quantidades de terras de que a família dispõe. Uma nova opção de atividade de trabalho para homens e mulheres, que tem crescido muito nos últimos anos é a costura, realizada em casa. Usando máquinas industriais, costura-se peças de roupas. O pagamento é feito de acordo com o número de peças costuradas ou por dia de serviço prestado. As peças de roupas são levadas para a cidade de Santa Cruz do Capibaribe¹⁰⁶, no vizinho Estado de Pernambuco, onde são comercializadas. Mais uma atividade baseada na exploração de mão-de-obra, pois, os direitos trabalhistas não são garantidos. A maior parte dos rendimentos das famílias é constituída de

¹⁰⁶ Santa Cruz do Capibaribe, juntamente com as cidades de Toritama e Caruaru, formam o Pólo de Confecções do Agreste, considerada pelo SENAI, a maior produtora de confecções do Estado, conhecida como a “Capital da Sulanca”. NO ano de 2006, foi inaugurado o Moda Center Santa Cruz para comercialização das confecções produzidas na cidade e, em muitas cidades do próprio Estado e de Estados vizinhos. Cf. Silva, 2012.

transferências governamentais, através da aposentadoria de agricultores rurais que recebem um salário mínimo e a outra parte considerável da renda é do programa bolsa família e outros equivalentes de transferência de renda.

Sobre outros aspectos considerados da comunidade, vários membros se reconhecem como de comunidade tradicional, ou seja, descendentes de escravizados. Quantidade considerável frequenta o cuidador tradicional¹⁰⁷. Muitos reconhecem que fumam e fazem uso de outras drogas. A participação em grupos comunitários é mínima. Outro dado que chama a atenção é o das crianças que ficam com outras pessoas na ausência dos pais. É acentuada a quantidade de mulheres que são responsáveis pelo lar. No que diz respeito à faixa etária, os jovens formam maioria no sítio Roça Velha.

É nesse contexto que pretendemos resgatar, contar e trazer uma contribuição ao ensino de Sociologia com a existência de remanescentes quilombolas no sítio Roça Velha, município de Camalaú-PB, uma história de luta e resistência. A narrativa do povo negro que não ficou apenas conhecida nos tradicionais livros de história, mas que, atravessando continentes, ficando morada nas distantes terras do Cariri paraibano, como consequência, do tráfico negreiro que perdurou por séculos na história mundial, sendo um dos capítulos mais vergonhosos vivenciados pela humanidade.

4.2 O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL TÉCNICA DE ENSINO MÉDIO PEDRO BEZERRA FILHO

No sítio Roça Velha funcionou durante alguns anos a Escola Municipal José Matias da Silva, oferecendo o Ensino Fundamental, nível I, do primeiro ao quinto ano. Para continuação dos estudos, os alunos se deslocavam para a cidade, utilizando como transporte carros sem conforto ou segurança, chamados popularmente de “pau de arara”. Não raro, aconteciam acidentes graves envolvendo os estudantes. Na cidade, era na Escola Estadual Pedro Bezerra Filho que ofertava o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio que os alunos estudavam.

¹⁰⁷ O termo “Cuidador tradicional ou popular” denomina os especialistas populares ou tradicionais não profissionalizados, com práticas de diferentes curadores populares (parteiras, benzedeadas, raizeiros) ou curadores que fazem parte de povos ou comunidades tradicionais (indígenas, populações ribeirinhas amazônicas etc.). Cf. <https://aps.bvs.br> > aps > como-caracterizar-tr...

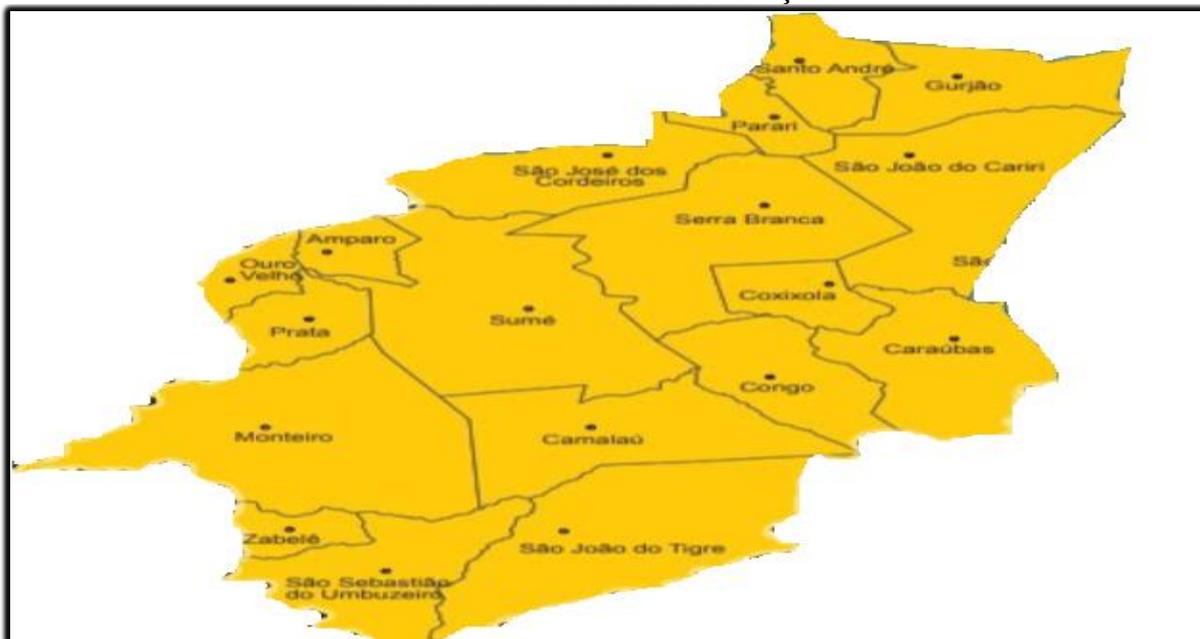
No ano de 1988, através da Lei Municipal nº 31/88, de 27 de janeiro de 1988, foi criada a Escola Municipal de 1º Grau (1º ao 9º ano), Francisco Chaves Ventura. A partir de então, os alunos rurais que se deslocavam à cidade para estudar, eram matriculados na referida escola, pois, o ensino fundamental II foi desativado na Escola Estadual Pedro Bezerra Filho, funcionando, apenas, o antigo segundo grau (atualmente, ensino médio).

Na primeira década do ano 2000, houve o processo de nucleação das escolas da rede Municipal de Ensino, por tal motivo, a escola José Matias da Silva, do sítio Roça Velha foi fechada, sendo que, alunos, professores e funcionários foram transferidos para as escolas municipais Luciana Leite de Souza e Sebastiana Lafayette (anexas), localizadas no sítio do Meio, comunidade vizinha ao sítio Roça Velha. Diante da nomeação honorífica das escolas, percebe-se que, entre os nomes escolhidos estão Pedro Bezerra Filho (antigo dono da fazenda Floresta) e Francisco Chaves Ventura (proprietário da fazenda Ipoeiras), membros da oligarquia latifundiária local.

Feitas tais considerações sobre o histórico do funcionamento da escola rural do sítio Roça Velha, mostraremos como acontece o ensino de Sociologia na Escola Cidadã Integral Técnica Pedro Bezerra Filho, tendo em vista ser a única escola no município de Camalaú-PB a ofertar o Ensino Médio, a fim de que possamos analisar como a questão agrária e a formação do campesinato negro aparecem e são discutidas. Para tanto, fomos encontrar alguns documentos reguladores, principalmente, o Projeto Político Pedagógico – PPP e o Plano de Curso – PC do ensino de Sociologia nos três anos do Ensino Médio.

Na divisão administrativa do Governo do Estado da Paraíba, Camalaú é parte integrante da 5ª Gerência Regional de Educação. Dessa regional, além de Camalaú, fazem parte os seguintes municípios: Amparo, Caraúbas, Congo, Coxixola, Gurjão, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Prata, Santo André, São João do Cariri, São João do Tigre, São José dos Cordeiros, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé e Zabelê. A próxima imagem confirma essa informação:

IMAGEM 20 - 5ª GERÊNCIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA – ÁREA DE ATUAÇÃO.



FONTE: Disponível em: <http://static.paraiba.pb.gov.br/2015/04/MAPA-PB-GREs>. Acesso em: 04.02. de 2020.

A história da Escola Cidadã Integral Técnica Pedro Bezerra Filho começa em 1931, com a implantação da Cadeira Rudimentar Mista Urbana do povoado de Camalaú, autorizada pela Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública do Estado da Paraíba no dia 08/01/1932 e oficializada no dia 22/01/1949. No ano anterior estava em funcionamento, no dia 09 de outubro, recebeu a visita do Inspetor¹⁰⁸ local, Major Delfino Mendes de Andrade. Nessa primeira visita, ele encontrou 12 alunos matriculados. No dia 12 de agosto do ano de 1936, aconteceu outra visita. Na ocasião, estavam matriculados 36 alunos. (RIETVELD e SILVA, 1995, p. 73-74). No Projeto Político Pedagógico (PPP - 2020), na parte concernente a história da instituição, assim está escrito:

A Escola Cidadã Integral Técnica Estadual Pedro Bezerra Filho, situada na Rua Antônio Galdino Chaves, nº 23, município de Camalaú, Estado da Paraíba, foi inaugurada em 1949, tendo como primeira diretora e professora Severina Ramos, no governo estadual de Osvaldo Trigueiro de Albuquerque Melo. O prédio que funcionava nos primeiros anos a escola está localizado na Rua Severino Lucas, onde hoje funciona a Creche municipal “Lar da Criança”. A partir das

¹⁰⁸ Entre as atribuições do Inspetor local estava a de assistir e fiscalizar os exames de promoção dos alunos, realizados ao término do ano letivo, composta por uma banca examinadora, da qual fazia parte a professora, que presidia os trabalhos e dois membros escolhidos pelo povo. Ao final era lavrada uma ata.

mudanças ocorridas no colegiado, a escola passou suas atividades no ano de 1983, para o prédio do Grupo escolar Maria de Lourdes Leite Gomes, onde está localizada a escola estadual até os dias de hoje. Dessa forma, foi batizada primeiramente com o nome de Escola Mista de Camalaú, logo após por Escola Estadual de 1º e 2º grau Pedro Bezerra Filho, em homenagem ao grande fazendeiro da região, patrono da instituição. No início da escola havia apenas o curso primário e com a implantação do Projeto Minerva a escola passou a oferecer o antigo ginásio de 5º a 8º ano, hoje Ensino Fundamental II, de 6º a 9º ano, desse modo, a escola designou-se como: Escola Estadual de 1º Grau Pedro Bezerra Filho. Logo após, ao passar por novas reformas educacionais e para atender a demanda estudantil da comunidade foi implantado o Ensino Médio, denominando-se assim, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Pedro Bezerra Filho. Visando atender as metas pactuadas no Plano Nacional da Educação, o Estado da Paraíba implementou em sua rede de ensino o Modelo Escola Cidadã Integral e em 2019 a então Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Pedro Bezerra Filho passou a chamar-se Escola Cidadã Integral Técnica Estadual Pedro Bezerra Filho. Atualmente a escola funciona no formato propedêutico e oferece o curso técnico integrado em Agroecologia em turno integral e no turno noturno a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A Escola Cidadã Integral, a nível estadual, foi criada pela Lei nº 11.110, de 06 de abril de 2018, dizendo ter como objetivo planejar e executar um conjunto de ações inovadoras em conteúdo, método e gestão, direcionadas à melhoria da oferta e qualidade do ensino na Rede Pública Estadual. No artigo terceiro, estão dispostos os objetivos específicos, a saber:

- I – formar cidadãos solidários, socialmente ativos e competentes;
- II – desenvolver processos formativos para fomentar o protagonismo juvenil;
- III – desenvolver aptidões individuais dos estudantes;
- IV – conscientizar os estudantes acerca de suas responsabilidades individual e social;
- V – proporcionar um ambiente de aprendizagem interdimensional;
- VI – prover as condições para a redução dos índices de evasão escolar, de abandono e de reprovação, bem como acompanhar a sua evolução no âmbito das escolas em tempo integral;
- VII – ampliar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, tanto no componente de fluxo quanto no de proficiência, de acordo com as metas estabelecidas no Plano de Ação da Secretaria de Estado da Educação;

VIII – aplicar metodologias, estratégias e práticas educativas inovadoras introduzidas e consolidadas pela equipe de implantação do Programa de Educação Integral, assegurando aos estudantes as condições para a construção dos seus Projetos de Vida.

De forma simples, no PPP da ECIT Pedro Bezerra Filho, no tópico Ensino e Aprendizagem fala sobre o contexto social no qual o aluno está inserido, devendo respeitar a sua história de vida, classe social, cultura e etnia, devendo haver uma articulação dos conteúdos escolares com as vivências, indagações e a realidade do jovem. Sendo a escola um espaço de construção coletiva de novos conhecimentos sobre o mundo.

A estrutura física da escola está em bom estado de conservação, tendo havido uma ampliação para atender a formatação de ensino técnico integral. Quando da visita à instituição escolar, verificamos que uma nova reforma e ampliação estão em curso para atendimento de necessidades que surgiram. Entre as construções em andamento, citamos: laboratórios de matemática, química, física, robótica e de ciências biológicas, refeitório, ampliação da cozinha, ampliação do auditório, entre outras.

Feitas tais considerações, passemos a apresentar o perfil dos alunos, conforme o quadro.

QUADRO 36 - PERFIL DOS ALUNOS DA ECIT PEDRO BEZERRA FILHO - 2019

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADES (2019)
Alunos da zona rural Integral	84/90
Alunos da zona rural EJA	15
Alunos da zona urbana Integral	96
Alunos da zona urbana EJA	24
Ensino Médio Integral e Técnico	186
Educação de Jovens e Adultos	39
TOTAL DE ALUNOS	225

FONTE: PPP, 2020.

A ECIT Pedro Bezerra Filho é a única no município que oferta o ensino na modalidade técnica e integral, atendendo alunos do Ensino Médio, tendo em vista que, para as séries anteriores existe disponibilidade na rede municipal de educação. Um total de 225 alunos no

ensino técnico, contando com a modalidade EJA. Quanto a localidade onde residem, a proporção entre zona urbana e rural é quase equivalente. Provenientes da cidade estudam 96 alunos e da zona rural, entre 85 e 90. Situação quase idêntica quando se fala de EJA, pois, em termos proporcionais, da zona urbana são 24 alunos e da zona rural 15 estudantes. Portanto, sem exageros, é possível afirmar que a ECIT Pedro Bezerra Filho é uma escola mista no que diz respeito ao local de residência dos alunos (sítios e cidade). Nesse sentido, a escolha do curso técnico em Agroecologia foi acertada, porém, outras ações voltadas às questões agrárias poderão tornar-se realidade, dando uma maior ênfase e atenção ao homem e a mulher do campo.

Em consonância com a Lei Nº 11.100 de 06 de Abril de 2018, tem-se o seguinte quadro na estrutura administrativa: diretor, coordenador pedagógico, coordenador administrativo-financeiro, coordenador EJA – Educação de Jovens e Adultos, secretário escolar, assistentes escolares, agente escolar, agente de apoio, auxiliares de limpeza. Em relação aos professores, o quadro 31 expõe a habilitação, área de atuação e situação funcional.

QUADRO 37 - HABILITAÇÃO DO PROFESSOR, ÁREA DE ATUAÇÃO E SITUAÇÃO FUNCIONAL

HABILITAÇÃO DO PROFESSOR	ÁREA DE ATUAÇÃO	SITUAÇÃO FUNCIONAL
Graduação em Letras com habilitação em Língua Inglesa e Língua Portuguesa, Graduação em Pedagogia, Especialização em Metodologia do Ensino e Mestrado em Língua Portuguesa	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Efetivo
Graduação em Letras com habilitação em Língua Portuguesa, Especialista em Educação em direitos humanos e em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Inglesa	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Contratado
Graduação em Letras com habilitação em Língua Portuguesa	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Contratado
Graduação em Letras com habilitação em Língua Portuguesa, Graduanda em Letras com habilitação em Língua Espanhola e Especialização em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Espanhola	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Contratado

Graduação em Educação Física	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Contratado
Graduação em Matemática	Matemática e suas Tecnologias	Contratado
Graduação em Matemática e Especialização em Ensino Matemática	Matemática e suas Tecnologias	Efetivo
Graduação em Ciências Biológicas	Ciências da natureza e suas Tecnologias	Efetivo
Graduação em Química	Ciências da natureza e suas Tecnologias	Contratado
Graduação em Ciências Exatas com habilitação em Física	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Contratado
Graduação em Geografia	Ciências Humanas e suas Tecnologias	Efetivo
Graduação em Geografia e Agroecologia, Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Economia Solidária, Mestrado em Ciências Agrárias (Agroecologia)	Ciências Humanas e suas Tecnologias	Efetivo
Graduação em Ciências Sociais	Ciências Humanas e suas Tecnologias	Contratado
Graduação em Agroecologia e Mestrado em Ciências Agrárias (Agroecologia)	Agroecologia	Contratado

FONTE: PPP ECIT – Camalaú-PB, 2020. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Fazendo uma análise em relação a habilitação dos catorze professores, é possível dizer que todos tem formação em nível superior. Quatro tem cursos de especialização e mestrado. A maioria, nove professores, trabalha na condição de contratado para o trabalho. Os efetivos são apenas cinco professores. Quanto à área de atuação, o quadro apresenta como está distribuído:

QUADRO 38 - ÁREA DE ATUAÇÃO E QUANTIDADE DE PROFESSORES

ÁREA DE ATUAÇÃO	QUANTIDADE DE PROFESSORES
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	05
Ciências da Natureza e suas Tecnologias	03
Matemática e suas Tecnologias	02
Ciências Humanas e suas Tecnologias	03
Agroecologia	01
TOTAL	14

FONTE: PPP ECIT – Camalaú-PB, 2020. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Notamos que, existe um predomínio de profissionais da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, contando com o maior número de professores, seguido das áreas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias quem tem três professores, cada. Para a área de Matemática e suas Tecnologias atuam dois professores. Quanto à área de Agroecologia, apenas um professor está habilitado, o que causa certa estranheza, tendo em vista, que o curso Técnico Integrado em Agroecologia é o oferecido pela escola. Para o ensino da Educação de Jovens e Adultos – EJA, assim está distribuída a habilitação dos professores, área de atuação e situação funcional.

QUADRO 39 - HABILITAÇÃO DOS PROFESSORES DA EJA, ÁREA DE ATUAÇÃO E SITUAÇÃO FUNCIONAL

HABILITAÇÃO DO PROFESSOR	ÁREA DE ATUAÇÃO	SITUAÇÃO FUNCIONAL
Graduação em Letras com habilitação em Língua Portuguesa e Língua Inglesa, Graduação em Pedagogia e Especialização em Metodologia do Ensino	Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Contratado
Graduação em Ciências Biológicas e Especialização em Metodologia do Ensino de Biologia e Química	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Efetivo
Graduação em Ciências Biológicas, Graduação em Construção de Edifícios e Especialização em Biologia	Ciências da Natureza e suas Tecnologias	Efetivo
Graduação em História, Pedagogia e Especialização em Gestão escolar	Ciências Humanas e suas Tecnologias	Contratado

FONTE: PPP ECIT – Camalaú-PB, 2020. Quadro elaborado pelo autor do texto.

Para a educação de Jovens e Adultos são disponibilizados quatro professores que tem formação superior e especializações distintas. Quanto à área de atuação estão presentes em Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Ciências Humanas e suas Tecnologias. Existe uma ausência de professores das áreas de Matemática e suas Tecnologias e Agroecologia para o ensino da EJA, o que, certamente, poderá comprometer o resultado do aprendizado. O professor ao ensinar por área de atuação e não por área de formação, dificilmente, conseguirá desenvolver o seu trabalho com a qualidade esperada, tendo em vista que, mesmo sendo áreas afins, existem diferenças. Assim, haverá um prejuízo no aprendizado dos alunos, pois, o conhecimento torna-se relativo nas disciplinas.

A ECIT Pedro Bezerra Filho participa de Programas Educativos¹⁰⁹. No quadro abaixo, apresentamos os programas e objetivos dos mesmos.

QUADRO 40 - PROGRAMAS EDUCATIVOS ADOTADOS PELA ESCOLA E OBJETIVOS

PROGRAMAS	OBJETIVOS
Programa Nacional do Livro Didático	Distribuição de livros recebidos do MEC – FNDE, substituídos a cada 03 (três) anos, para atender a demanda do ensino fundamental e médio
Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	Contribuir para a manutenção e melhoria da infraestrutura física e pedagógica das instituições de ensino, fortalecer a autonomia escolar e ampliar a participação social
Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE/PB	Promover o investimento na melhoria dos aspectos infraestruturais e pedagógicos da escola
Programa de Auxílio à Alimentação Escolar do Estado da Paraíba – PAAE/PB	Contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricionais e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo
Programa Dinheiro Direto na Escola Estadual Técnica – PDDET/PB	Transferir recursos financeiros auxiliares para as escolas da rede estadual técnica de ensino para suplementar aos valores advindos do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, buscando adquirir insumos que auxiliem no ensino técnico e contribua para o crescimento, desenvolvimento e aprendizagem por meio de ações para suprir as necessidades intelectuais dos alunos durante o período letivo nos cursos técnicos
Programa Gira Mundo	Visa proporcionar aos estudantes matriculados na segunda série do Ensino médio e professores efetivos da Rede Estadual de ensino, intercâmbio internacional, no sentido de oportunizar o desenvolvimento linguístico e a interação com novas culturas e métodos de ensino
Se liga no Enem	Proporcionar espaço para revisões, práticas laboratoriais, oficinas, atividades culturais e trocas de experiências para os alunos se preparem para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)
Prêmio Mestres da Educação	Selecionar, valorizar e premiar as práticas pedagógicas exitosas executadas por professores em exercício, lotados nas escolas públicas estaduais de Educação Básica, que estejam efetivamente em sala de aula
Plano Nacional de	Contribuir para que os professores em exercício na rede pública de

¹⁰⁹ São programas dos dois níveis de governo: Federal e Estadual, que tem como objetivos ampliar a qualidade da educação ofertada. A relação dos Programas Educativos está inserida no PPP da escola. Cf. PPP, 2020.

Formação dos Professores da Educação Básica-PAFOR	educação básica tenham acesso à formação superior exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996)
Programa Formação pela Escola	É voltado para a capacitação de profissionais de ensino, técnicos e gestores públicos municipais e estaduais, representantes da comunidade escolar e da sociedade organizada
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE	Garantir o acesso e a permanência nos estabelecimentos escolares dos alunos do Ensino Fundamental Público residentes em área rural que utilizem transporte escolar, por meio de assistência financeira, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios
Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	Contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações de educação alimentar e nutricional
Programa Novo Ensino Médio	Em fase de implantação e experiência
Programa Educação Conectada	Em fase de implantação e experiência

FONTE: PPP ECIT – Camalaú-PB, 2020. Quadro elaborado pelo autor do texto.

A referida escola diz ter como **Missão** a de assegurar as condições necessárias e suficientes para oferta de uma educação de excelência, compreendendo a formação para a vida, a excelência acadêmica e o desenvolvimento das competências para o século XXI, de maneira a formar cidadãos protagonistas e empreendedores, capazes de enfrentar os desafios no contexto social atual com autonomia, competência e solidariedade, bem como o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais. Para Ramos (2006, p. 39), a aplicação da Pedagogia das Competências¹¹⁰ nas escolas, tem como finalidades: reordenar a compreensão da relação trabalho-educação, criando novas formas de educar/formar trabalhadores, formulando padrões para identificar a real capacidade para determinada ocupação. Tendo a **Visão** de ampliar e consolidar o modelo de educação cidadã integral e

¹¹⁰ Para Perrenoud, a Pedagogia das Competências é uma linha pedagógica, que pretende desenvolver o ensino a partir da ideia de competência, ou seja, a educação deve ser pensada como ferramenta utilitária, que leve o educando a desenvolver um saber prático. Para o autor, a competência é “uma capacidade de agir eficazmente em um determinado tipo de situação, apoiada em conhecimentos, mas sem limitar-se a eles”. Cf. Perrenoud, 1999. Cf. Ramos, 2006.

técnica, até o ano de 2022, por meio da formação continuada à equipe escolar, abrindo caminho para o desenvolvimento de novas práticas que conduzam às melhores escolhas por parte dos estudantes. Os seus **Valores** são: cidadania, responsabilidade, transparência, ética, solidariedade, respeito, cooperação, eficácia e eficiência. (PPP, 2020, p. 10).

Leite (2019, p. 11), faz uma crítica ao modelo de Escolas Cidadãs Integrais, afirmando que:

Apesar das Escolas Cidadãs Integrais, serem apresentadas com um projeto de ‘formação integral’, as diretrizes de trabalho das escolas, são determinadas pelo modelo pedagógico do ICE, chamado de Tecnologia de Gestão Educacional (TGE), que consiste em um modelo elaborado em parceria com a Organização Odebrecht, que visa garantir a reconfiguração das práticas de gestão, de ensino e os resultados do desempenho estudantil das escolas públicas, criando procedimentos fixos e diretivos, em âmbito formal, para atuação dos gestores e professores, tornando a escola um ambiente economicamente produtivo.

Para a autora, as escolas em tempo integral parecem se constituir em uma estratégia do Estado para manter os indivíduos sob sofisticado controle para que não escapem do olhar do mercado. (Leite, 2019, p. 25). Sendo assim, a escola deixa de ser um espaço de saber e se torna espaço para formação de mão de obra com o objetivo de atender as necessidades do mercado de trabalho.

Diante da situação apresentada, no que diz respeito às aulas de Sociologia na ECIT Pedro Bezerra Filho da cidade de Camalaú-PB, identificamos que elas acontecem uma vez por semana em cada turma, com duração de 50 minutos, sendo 40 aulas no decorrer do ano. Também constatamos que as mesmas são ministradas por um professor graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/CDSA), portanto, legalmente habilitado para ensinar. Está como titular de outra disciplina, a de Filosofia. Em contato com o mesmo, fez o encaminhamento do Plano de Curso dos 1º e 2º anos do Ensino Médio e justificou o não envio do referente ao da 3º ano em virtude de problemas relacionados ao seu material de trabalho. O Plano de curso do 3º ano foi entregue pela gestão escolar.

No Plano de Curso do 1º ano, a ementa se propõe a compreender processos e fenômenos, direta ou indiretamente, observáveis, abordando partes específicas de nossa

realidade para que possamos observá-la e, a partir dessas observações, tentar traçar explicações, teorias e conclusões sobre esses “objetos” que também são concretos em sua própria forma. Vejamos a divisão dos bimestres, conteúdos propostos e competências da BNCC relacionadas aos temas trabalhados.

I Bimestre

Conteúdo: As Ciências Sociais nasceram com a Modernidade

As Ciências sociais são frutos de uma transformação social;
A divisão entre as Ciências Sociais (Antropologia, Sociologia e Ciência Política);
Métodos para decifrar a realidade Social (O Positivismo e a Dialética);
Competências da BNCC: Conhecimento; Pensamento científico, crítico e criativo.

II Bimestre

Conteúdo: O sentido do trabalho

O Trabalhador e o trabalho no sentido atual;
O lugar do trabalho em vida em sociedade;
Trabalho e Globalização na teoria de Giddens;
Trabalho e Consumismo (Modernidade líquida);
Trabalho e o processo civilizador (Processo civilizador) produção teórica dos autores clássicos.
Competências da BNCC: Conhecimento; Pensamento científico, crítico e criativo.

III Bimestre

Conteúdo: Cidadania, Política e Estado/ Eixos Formativos da Escola

Cidadania é uma conquista;
Políticas públicas: dilemas da cidadania;
Condições de cidadania no Brasil;
Poder e política: Exercício e participação;
Cidadania: A dicotomia entre o público e o privado;
Tipos de Estados;
Cidadania correlacionado ao modelo ECIT.
Competências da BNCC: Repertório Cultural; Responsabilidade e cidadania; Conhecimento.

IV Bimestre

Conteúdo: Educação, Escola e transformação Social

Educação, escola e sociedade;
Escola como espaço de Socialização;
Escola na visão de Durkheim; Marx; Michael Yang e Paulo Freyre;
Sociologia no sistema educacional.
Competências da BNCC: Empatia e Cooperação; Cidadania e responsabilidade; Trabalho e projeto de vida.

Vemos que no 1º ano existe a possibilidade de se trabalhar a questão agrária e o campesinato negro, diante dos temas apresentados nos conteúdos dos bimestres, desde que haja interesse por parte do professor. No segundo bimestre tem como conteúdo central o sentido do trabalho e seu espaço na sociedade. Já no terceiro bimestre os conteúdos são relacionados à cidadania, política e estado. O que se repete no quarto bimestre com os conteúdos de trabalho, educação, escola e transformação social. Temas próprios à realidade vivenciada pelos remanescentes quilombolas do sítio Roça Velha. Contudo, não temos registros de que a temática questão agrária e campesinato negro sejam trabalhadas pelo professor de Sociologia em sala de aula.

Vejamos os conteúdos e competências da BNCC para o 2º ano por bimestres:

I Bimestre

Conteúdo: Sociedade e Religião

Religião como instituição social;

O fenômeno Religioso;

Religião na visão dos clássicos.

Catolicismo;

Protestantismo;

Espiritismo;

Umbandismo

Competências da BNCC: Conhecimento; Argumentação; Cidadania e Responsabilidade.

II Bimestre

Conteúdo: O Processo histórico da formação da sociedade Brasileira.

Gilberto Freire (Casa Grande e senzala)

Sérgio Buarque de Holanda (Raízes do Brasil)

Murilo de Carvalho (Dicotomia entre o público e o privado)

Competências da BNCC: Pensamento criativo, científico e crítico; Conhecimento; Argumentação.

III Bimestre

Conteúdo: O ambiente como uma questão Global

A Relação ser Humano e natureza;

Sociedade de risco;

A construção da natureza;

Ecossistema e mudanças globais a Necessidade de uma consciência Ecológica;

Os dois lados da inovação;

Desenvolvimento capitalista e o meio ambiente;

Competências da BNCC: Pensamento Crítico, Científico e Criativo; Repertório Cultural e Autoconhecimento e autocontrole.

IV Bimestre

Conteúdo: não constava para esse bimestre

Competências da BNCC: Responsabilidade e Cidadania; 2. Trabalho e Projeto de Vida; Empatia e Cooperação.

Em relação ao 2º ano, o conteúdo do I bimestre, que tem como tema Sociedade e Religião, abre um enorme espaço para se conhecer a religiosidade do povo negro, traçando um paralelo com outras religiões, especialmente, o catolicismo, imposto pelos exploradores portugueses. Nos conteúdos do II bimestre mais uma oportunidade de se aprofundar na temática questão agrária e campesinato negro, pois, o assunto central é o processo histórico da formação da sociedade brasileira. Momento de oportunizar aos alunos conhecer a história do casal Avelino Bezerra Leite e sua esposa Maria da Conceição, a formação familiar e a presença no sítio Roça Velha. Ampliando para outras localidades do atual território do município de Camalaú onde existe o registro da presença de escravizados. No III bimestre, também existe a possibilidade de se falar sobre questão agrária e campesinato negro. No IV bimestre, os conteúdos que seriam trabalhados não estavam anotados.

Para o 3º ano, por bimestres, os conteúdos e competências da BNCC são os seguintes:

I Bimestre

Conteúdo: Teoria Liberal e sua correlação com o Capitalismo e o Estado Moderno

Guerra Fria;

Capitalismo X Socialismo;

Construção do Estado Moderno;

Hobbes, Locke e Rousseau;

Utopia Capitalista;

Estado Mínimo e sua correlação com a Pandemia;

Competências da BNCC: Conhecimento; Pensamento científico, crítico e criativo.

II Bimestre

Conteúdo: Teorias Socialistas.

Introdução a Teoria Socialista;

Robert Owen e Saint Simon e sua relação com o socialismo;

Socialismo na visão de Karl Marx;

Socialismo na visão de Gramsci;

Competências da BNCC: Conhecimento; Pensamento científico, crítico e criativo.

III Bimestre

Conteúdo: Indústria Cultural

Conceito Indústria Cultural na visão de Adorno;

O poder das mídias sociais;

O lixo informacional;

O monopólio das elites nos meios de comunicação;

Competências da BNCC: Repertório Cultural; Responsabilidade e Cidadania; Conhecimento.

IV Bimestre

Conteúdo: Cidadania, Política e Estado/Eixos Formativos da Escola

Cidadania é uma conquista;

Políticas públicas: dilemas da cidadania;

Condições de cidadania no Brasil;

Poder e política: Exercício e participação;

Cidadania: a dicotomia entre o público e o privado;

Tipos de Estados;

Cidadania correlacionado ao modelo ECITE

Competências da BNCC: Repertório Cultural; Responsabilidade e Cidadania; Conhecimento.

Os conteúdos do 3º ano estão voltados no 1º bimestre à teoria liberal e a correlação com o Capitalismo e o Estado Moderno. No 2º bimestre, apresenta as teorias socialistas, com ênfase para a visão de Karl Marx e Gramsci. O 3º bimestre está voltado à Indústria Cultural e no 4º bimestre se pauta ao tema Cidadania, Política e Estado/Eixos Formativos da Escola, quando tenta fazer uma discussão sobre as condições de cidadania no Brasil, trazendo para o modelo de Escola Cidadã Técnica implantada na própria escola. Portanto, no 3º ano, praticamente, não se dialoga sobre a questão agrária e o campesinato negro.

Ao analisarmos os Planos de Cursos dos três anos do Ensino Médio, identificamos que as ementas que o docente se propõe a trabalhar em sala de aula são as mesmas para as três séries, havendo uma diferença apenas nos conteúdos e nas competências da BNCC que são outras. Os objetivos que se pretendem alcançar também são os mesmos para todo o Ensino Médio, estando assim descritos: facilitar a percepção dos estudantes de que a maioria das situações sociais seguem determinados padrões e é possível que desenvolvam competências

que permitem analisar, compreender e se posicionar diante da realidade política, econômica, cultural e religiosa local e regional, bem como a compreensão da complexidade do mundo atual e seus reflexos na vivência e nas práticas dos estudantes.

Diante dos conteúdos apresentados e considerado a necessidade de se trabalhar a questão agrária e o campesinato negro, averiguamos que, principalmente, no 1º e 2º ano existe a possibilidade de se fazer um amplo debate, utilizando os conteúdos propostos no currículo. Contudo, não temos registros de que esses sejam conteúdos trabalhados pelo professor de Sociologia em sala de aula.

Foi indicada apenas uma bibliografia para o primeiro e segundo ano, o livro de Maria Lúcia de Arruda Aranha, *Filosofando: introdução a Filosofia*, da editora Moderna, do ano de 2016, recomendado para os professores e aos alunos, além do blog *Café com Sociologia*, disponível em sítios da internet. Pouca opção bibliográfica diante da amplitude dos temas que se pode trabalhar, principalmente, quando o professor é habilitado e atua na área.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa sobre a comunidade camponesa negra do sítio Roça Velha relacionada à questão agrária precisava acontecer para saber se uma discussão sobre essa temática poderia trazer uma contribuição ao Ensino de Sociologia, ofertado na rede de educação do Governo do Estado da Paraíba na Escola Cidadã Integral Técnica Pedro Bezerra Filho na cidade de Camalaú-PB. Discussão essa, embora, não materializada, na verdade, inicia-se no ano de 2012 quando estive como professor na escola rural da comunidade e senti a necessidade de aprofundar as pesquisas nesse campo até então adormecido, fazendo indagações sobre a origem daquele povo e suas relações sociais.

A sociedade brasileira e paraibana, conforme apresentamos na pesquisa foi formada a partir da concepção de grupos dominantes que ao longo de séculos mantiveram o controle político, financeiro, social e religioso. Esse domínio serviu para explorar, escravizar, exterminar e matar, como aconteceu aos índios (povos originários), negros (traficados da África) e camponeses (trabalhadores rurais), estendida as classes menos favorecida da coletividade.

É nesse contexto de dominação que o latifúndio surge em nosso país a partir da doação de enormes parcelas de terras através da concessão de Sesmarias no período do Brasil Colônia. Nas Entradas e Bandeiras ocorridas no sertão paraibano no intuito de explorar, não foi diferente. Um forte exemplo de tais ações foram os membros da Casa da Torre da Bahia, donos de grandes extensões de terras. Nos sertões da Paraíba, a família Oliveira Ledo destaca-se como a maior desbravadora de terras, tendo-lhe sido concedidas diversas sesmarias. Surgindo assim, os grandes latifúndios na Região do Cariri paraibano.

Em relação a comunidade camponesa do sítio Roça Velha, comprovamos que no passado foi ali que viveram três escravizados que eram irmãos: Avelino, Iria e Josefa. Seu proprietário Domingos Ferreira de Brito, teria feito a doação de terras aos mesmos, por ocasião da promulgação da Lei Áurea, o que carece de um estudo mais aprofundado para comprovação. Entretanto, os escravizados foram proprietários de uma quantidade razoável de terras, conforme as anotações existentes nos livros de notas do cartório de Camalaú. Com o passar dos anos apenas uma parte dessas permaneceu com os filhos de Avelino Bezerra Leite.

Nos últimos anos foi criada uma Associação formada por diversos familiares do escravizado para que a comunidade seja reconhecida com o título de povos remanescentes de quilombo. Diversos contatos foram feitos junto à Fundação Cultural Palmares, Órgão do Governo Federal, responsável para oficializar esse reconhecimento. Finalmente, no dia 26 de março de 2021, foi editada a Portaria nº 84, oficializando o reconhecimento.

A partir das pesquisas sobre a vida e a história do escravizado Avelino Bezerra Leite e sua família houve a possibilidade de chegarmos a outras histórias, até então, desconhecidas do público local, como é o caso das fazendas Carrapateira e Ipoeiras, que serviram de morada para muitos escravos trazidos da África. Outro local, a fazenda Pindurão, embora conhecida algumas histórias de presença de escravizados em suas terras, sobre aquela localidade, novas descobertas foram feitas, entre elas, um cemitério, exclusivo para sepultar os seus corpos, separados da sociedade. A presença do povo negro no atual território de Camalaú foi uma constante no período da escravidão. As fazendas Roça Velha, Carrapateira, Ipoeiras e Pindurão tinham escravizados que cuidavam das terras, trabalhando, principalmente, na agricultura e pecuária. A sociedade Camalauense tem uma grande dívida com esse povo que, se perderam no tempo, não sabendo que destino a vida lhes ofereceu. Acreditamos que diversas famílias de Camalaú são descendentes de escravizados que viveram nas fazendas dessas terras, porém, faz-se necessário um estudo genealógico para que se faça a ligação do passado com o presente e, finalmente, as suas descendências sejam conhecidas. Seria apenas um refrigério, diante de tamanha crueldade cometida por tantos, durante séculos.

No que diz respeito a questão agrária, com a nossa pesquisa apontamos a existência de grandes propriedades no período de colonização do Cariri. Os latifúndios, resquícios da doação de sesmarias, constituindo assim fazendas, tais como: Ipoeiras, Carrapateira, Pindurão, Floresta, Roça Velha, Caiçara, entre outras. No passado, produzia-se rapadura, aguardente e farinha. Plantava-se milho, feijão, algodão. Havia o beneficiamento do caroá e em alguns momentos, plantou-se agave. A produção em grande escala teve espaço durante um curto período de tempo na fazenda Floresta com a criação de suínos e a plantação de algaroba e produção de ração animal. Agregado à fazenda estava o morador que dependia em tudo do proprietário. Analisando os censos agropecuários atestamos que muitos familiares dos donos de terras no ano de 1920, continuavam com a mesma terra no ano de 2020. Da mesma forma,

para os que pouca terra possuía, praticamente, nada foi alterado. Sendo pobre, pobre permaneceu. Os proprietários das fazendas eram os detentores do poder político. Mandavam e determinavam. Eram obedecidos e temidos. Foram eles, os ocupantes dos cargos públicos, prefeitos, vereadores, delegados. Representantes na esfera municipal dos governos estaduais e federal. Todas as decisões a nível local, primeiro precisava de sua chancela para acontecer.

Por fim, fomos pesquisar como acontecia o ensino de Sociologia na ECIT Pedro Bezerra Filho na cidade de Camalaú que segue as orientações da 5ª Gerência Regional de Educação, sediada na cidade de Monteiro-PB, que por sua vez é uma extensão do Governo do Estado da Paraíba. As aulas são ministradas por um professor com formação em Ciências Sociais, portanto, legalmente habilitado. Formou-se na Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Sumé, voltado para as questões relacionadas ao Semiárido. As aulas acontecem uma vez por semana em cada turma com duração de 50 minutos. Deveria haver mais aulas para se trabalhar temas importantes para compreensão da atual sociedade. Em relação aos conteúdos, em diversos momentos é possível trabalhar temas relacionados ao campesinato negro e a questão agrária. Para tanto, faz-se necessário que o professor tenha atitude para colocar em pauta a temática e consiga despertar o interesse dos alunos por se tratar de sua própria história de vida, pois, como ficou detectado, um grande número de estudantes são oriundos da zona rural, inclusive com fortes ligações familiares com os negros. Na maioria das vezes, eles próprios, são os camponeses e agricultores do presente. Todavia, a falta de atenção dos governantes a esse componente curricular ficou demonstrado nas entradas e saídas da disciplina nos currículos ao longo dos anos. Outro viés negativo é a política educação com a intenção de formar mão de obra para atender as exigências do mercado de trabalho.

Direcionado ao povo negro, sabemos que as terras nas quais trabalharam no passado, não lhes pertencem. A própria identidade lhes foi tirada. Eles, pouco conhece sobre a história dos seus ancestrais. Não ocupam espaços significativos na sociedade. Uma verdadeira estagnação histórica. Permanece o racismo muito presente em nossas instituições. É urgente uma tomada de atitude para que se possa modificar essa realidade.

A questão agrária ocupa um espaço mínimo nos conteúdos estudados no ensino Médio. Não existe um debate sobre essa problemática. Em sala de aula não se fala sobre os

latifúndios existentes em Camalaú no passado. Não se estuda sobre a experiência dos Assentamentos para tentar entender a luta dos camponeses para ter acesso á terra. No PPP, documento elaborado na própria escola com a participação dos professores, a questão agrária não é contemplada de forma explícita.

Durante o processo de estudos e pesquisas tivemos algumas dificuldades. A primeira, causada pela pandemia da doença denominada Covid-19 (corona vírus), impedindo que acontecessem algumas visitas, reuniões e encontros. Deixamos de procurar nos cartórios, livros de igrejas e outras instituições públicas e religiosas documentos que nos auxiliariam a esclarecermos algumas dúvidas, o que farei oportunamente, independentemente, da conclusão do curso de mestrado. A segunda dificuldade ocorreu quando fui acometido pela doença da Covid-19, embora, sem maiores complicações físicas, senti por algumas semanas seguidas, uma enorme falta de concentração e indisposição. Mas, muitas vezes, os empecilhos servem de estímulo para seguir e não desistir dos nossos objetivos. Assim, essa etapa, foi superada.

Diante de tudo que foi estudado, pesquisado e aprendido, chegamos à conclusão de que, lamentavelmente, não temos evidências que nos indiquem que a questão agrária seja trabalhada nas aulas de Sociologia da Escola Cidadã Integral Técnica Pedro Bezerra Filho, da cidade de Camalaú-PB, podendo acontecer uma agravamento dessa situação com a implantação (em fase de análise) do “Novo Ensino Médio” na escola. Existe muito a ser pesquisado e estudado que está relacionado aos camponeses de origem negra, ao quesito questão agrária, campesinato negro e ao ensino de Sociologia. Um longo caminho a ser percorrido por todos que ousam sonhar com um país onde possamos viver com o mínimo de igualdade, dignidade e respeito.

REFERÊNCIAS

ALVES, Alessandro Cavassin. **A província do Paraná e sua Assembleia Legislativa (1853-1889): a força política das famílias tradicionais.** Curitiba: Nova Letra, 2015.

ABA. Documentos do Grupo de Trabalho sobre as Comunidades Negras Rurais. In: **Boletim Informativo NUER**, n. 1, 1994.

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **O Dote é a moça Educada:** mulher, dote instrução em São Luís na Primeira República. Niterói, 2010.(Doutorado em Historia)-Universidade Federal Fluminense.

AIRES, J. L. Q. **Diversidades étnico-raciais e interdisciplinaridade:** diálogos com as leis 10.639 e 11.645. Organizadores – Campina Grande: EDUFCEG, 2013.

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. e FRAGA FILHO, Walter. **Uma história do negro no Brasil.** Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMANACH DO ESTADO DA PARAHYBA: Administrativo, Historico, Mercantil, Industrial (Diretor: Bel. Nelson Lustosa Cabral) Parahyba: Imprensa Official, 1922.

ALVES, Solange Mouzinho. **Batismo e Compadrio:** o parentesco espiritual estabelecido pelas pessoas negras e escravizadas na Freguesia Nossa Senhora das Neves, 1851-1860. 2011. P. 52. Trabalho de Conclusão de Curso em História. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2011.

ANDRADE, Denise de Paula. **Filiação socioafetiva e o principio da dignidade da pessoa humana.** Dissertação (Mestrado) – Centro Universitário FIEO. Osasco, 2012.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Formação territorial e econômica do Brasil.** Recife: FUNDAJ/ Editora Massangana, 2003.

ARAÚJO, Soraya Geronazzo. **Quem tem medo dos bárbaros?** Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, a. 4, n. 46, p. 64-67, jul. 2009.

AZEVEDO, Fernando. **Sociologia educacional:** Introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com outros fenômenos sociais: Os sistemas escolares, São Paulo, 1951. In: FORACCHI, Marialice M. e PEREIRA, Luiz (Org.) **Educação e sociedade:** leituras de sociologia da educação. São Paulo: Nacional, 1985.

BACELAR, J. **Brasil, um país de negros?** Organizadores: BACELAR, Jeferson, CAROSO, Carlos. Pallas. Salvador-BA, 2007.

BAQUAQUA, Mahommah. Biografia de Mahommah Baquaqua. Apresentação de Silvia Lara. **Revista Brasileira de História**. Vol. 8, n. 16, 1988, p. 269-284.

BARBOSA, Dione Pereira. **A questão agrária no Município de Monteiro – PB: problematizações no ensino de Sociologia**. Dissertação de Mestrado. Sumé - PB, 2020.

BASTOS, Maria Helena Camara. Cadernos de História da Educação, v.15, n.2, p. 743-768, maio-ago. 2016. **A educação dos escravos e libertos no Brasil: vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (Séculos XVI a XIX)**.

BATISTA, Francisco de Assis. **Nas trilhas da resistência cotidiana: o protagonismo exercitado pelos camponeses no cariri paraibano (1900-1950)**. 2010. 255 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2010. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2029>

BORGES, José Elias. **“Índios paraibanos: classificação preliminar”**. In: MELLO, José Octávio de Arruda; RODRIGUES, Gonzaga. **Paraíba: conquista, patrimônio e povo**. João Pessoa: Editora Grafset, 1993.

BRAGA NETO, Edgar. **Fazendas e casas de taipa: a dinâmica do sistema de moradores no semiárido**. Tese (Doutorado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará), Fortaleza, 2017.

BRASIL. **LEI 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília-DF, 2006.

BRASIL. **LEI 3.353, de 13 de maio de 1888**. Extinção da escravidão no Brasil.

BRASIL. **LEI 8.629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília-DF, 1993.

BRASIL. **LEI 9394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF, 1996.

BRASIL. **Lei nº 11.684, de 02 de junho de 2008**: Inclui a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. Brasília-DF. 2008.

BRITO, Vanderley. **Missões na Capitania da Paraíba**. Cópias & Papeis, Campina Grande-PB, 2013.

BURNETT, Annahaid. A “Saga” político ecológica da algaroba no semiárido brasileiro. Artigo de Annahaid Burnett. **Revista de Estudos Sociais**. Volume 19, nº 38, 2017.

CADERNOS DO LABORATÓRIO E OFICINA DE GEOGRAFIA DA PARAIBA – LOGEPA. **Nas margens do rio Paraíba do Norte**. Artigo de Lígia Maria Tavares da Silva. Volume 2, Nº 2, 2003.

CALLADO, Antonio. **Indústria e industriais da seca**. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 10/09/1959, p. 14.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **O ensino da Geografia e a Questão Agrária nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental**. 2008. 462 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Aquidauana, 2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. A brecha camponesa no sistema escravista. In: Agricultura, escravidão e capitalismo. Petrópolis: Vozes, 1979, pp.133-154.

CARVALHO, Lejeune Mato Grosso Xavier. A trajetória histórica da luta pela introdução da disciplina de sociologia no ensino médio no Brasil. In: CARVALHO, Lejeune Mato Grosso Xavier de. **Sociologia e ensino em debate**: experiências e discussão de sociologia no ensino médio. Ijuí: Unijuí, 2004. p. 17-60.

CASTRO, Mary; RIBEIRO, Ingrid Radel. **Juventude, raça/etnia**: diferença e desempenho escolar. Raça: novas perspectivas antropológicas, Salvador: ABA: Edufba, p. 393-420, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 492, de 03 de abril de 2001. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de ciências Sociais – Antropologia, Ciência Política e Sociologia**. Brasília, DF: 2001. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 25.01. 2021.

CRUZ, Miguel Dantas da. **Um império de conflitos**: o Conselho Nacional Ultramarino e a Defesa do Brasil. Lisboa. ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2015.

DA COSTA. Emília Viotti. **A abolição**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

DALLABRIDA, Norberto. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Edusp, 1996.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: (o legado da “raça branca”), volume 1, 5ª edição. São Paulo, Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundo dos Brancos**. Difusão Europeia do Livro, São Paulo. 1972. 286 p.

FREIRE, Jonis. **“Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista”**. Dissertação de Mestrado em, História Econômica. Campinas, São Paulo, 2009.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba: 1850-1888**. João Pessoa: Editora Universitária, 1979. 230 p.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981-. 255 p.

HARKOT-DE-LA-TAILLE. Elizabeth; SANTOS, Adriano Rodrigues dos. **III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS) DILEMAS E DESAFIOS NA CONTEMPORANEIDADE. SOBRE ESCRAVOS E ESCRAVIZADOS: PERCURSOS DISCURSIVOS DA CONQUISTA DA LIBERDADE**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012.

JINKINGS, Nise. Ensino de Sociologia: particularidades e desafios contemporâneos. In: **Revista Mediações**, v. 12, nº 1. Londrina, 2007.

KOGISO, Tiago Minoru Guimarães Soares. **A revitalização da cotonicultura na Paraíba**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba, 2011.

LEAL, José. **Vale da Travessia**, João Pessoa, API, 1972.

LEITE, Maria Eduarda Pereira. **Programa de Educação Integral na Paraíba: uma análise da política educacional sob a égide da racionalidade neoliberal**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa-PB, 2019.

LEPKOWSKI, T. Haiti. t.I. Havana: Casa de las Américas, 1968.

LIMA, Luciano Mendonça de. **Cativos da “Rainha da Borborema”**: uma história da escravidão em Campina Grande-século XIX. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

LIVRO DE BATISMO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DOS MILAGRES. Camalaú: s.n, 1752-1778. (Manuscrito).

LIVRO DE BATISMO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DOS MILAGRES. Camalaú: s.n, 1765-1771. (Manuscrito).

LIVRO DE BATISMO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DOS MILAGRES. Camalaú: s.n, 1773-1787. (Manuscrito).

LIVRO DE BATISMO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DOS MILAGRES. Camalaú: s.n, 1787-1793. (Manuscrito).

LIVRO DE BATISMO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DOS MILAGRES. Camalaú: s.n, 1786-1837. (Manuscrito).

LIVRO DE CRISMA DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DOS MILAGRES. Camalaú: s.n, 1778-1816. (Manuscrito).

LIVRO DE ÓBITOS DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DOS MILAGRES. Camalaú: s.n, 1854-1872. (Manuscrito).

MACEDO, Sérgio D. T. **Crônica do Negro no Brasil**. Record: Rio de Janeiro, 1974.

MACHADO, Vanda. **Tradição oral e vida africana e afro-brasileira**. In: SOUZA, LIMA, Florentina e Maria Nazaré (org.). Literatura afro-brasileira. Salvador: Centro de Estudos Afro-orientais, 2006.

MALAGODI, Edgard. **Notas Epistemológicas e Metodológicas sobre a teoria dialética**. Campina Grande/PB. UFPB, 1993.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARIANO SOBRINHO, Antonio. **Rio do Camará – A Epopéia de (mais) um século**. Gráfica A União Sup. de Imprensa e Editora. 1ª edição. João Pessoa-PB, 1996.

MARTINS, José de Souza. **A questão agrária brasileira e o papel do MST**. In: STÉDILE, João Pedro (org.). A reforma agrária e a luta do MST. Petrópolis: Vozes, 1997.

MATTOS, Regiane A. **História e cultura afro-brasileira**. Contexto: São Paulo, 2007.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Antígona. 1ª edição. Portugal, 2014.

MEDEIROS, Gabriel Saldanha Lula de. Era Vargas: a Educação como Instrumento Político. Id on Line **Rev.Mult. Psic.**, Maio/2020, vol.14, n.50, p. 835-853. ISSN: 1981-1179.

MEDEIROS. Tarcízio Dinoá. **Freguesia do Cariri de Fora**. Editora Camargo Soares Ltda. São Paulo – 1990.

MELLO, José Octávio de A. **História da Paraíba: lutas e resistências**. João Pessoa: A União, 1994.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano. **Revista Nera** – Ano 10, N. 10 – Janeiro/Junho, 2007.

MOURA, G. Quilombos contemporâneos no Brasil. In: CHAVES, R; SECCO, C. & MACÊDO, T. (Orgs.) **Brasil África: como se o mar fosse mentira**. São Paulo: Editora UNESP; Luanda, Angola: Chá de Caxinde, 2006, pp. 327-362.

- MOURA, C. (1993). **Quilombos: resistência ao escravismo**. São Paulo: Editora Ática, 1987.
- MOURA, Glória. **Navio Negroiro-Batuque no Quilombo**. CNNCT. São Paulo, 1996.
- MUNANGA, Kabengele. **Origem e Histórico do Quilombo na África**. Revista USP, Universidade de São Paulo, São Paulo (28): 56-63, dezembro/fevereiro 1995/1996.
- NASCIMENTO, M. B. **O conceito de quilombo e a resistência cultural negra**. Rio de Janeiro, Afrodiáspora Nos. 6-7, 1985, pp. 41-49.
- NASCIMENTO, Tomires Costa e Silva. **A questão agrária e a formação do campesinato negro no município de Sumé – PB: uma discussão com o ensino de Sociologia**. 2020. 308f. Dissertação (Mestrado Profissional de Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional, Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, Universidade Federal de Campina Grande, Sumé – Paraíba – Brasil, 2020. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/16728>
- NUNES, Mariângela de Vasconcelos. **Entre a Capa Verde e a Redenção: a cultura do trabalho com agave nos cariris velhos (1937-1966, Paraíba)**. 2006. 291 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em História, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- O'DWYER, Eliane Cantarino. **Terra de Quilombo**. Rio de Janeiro: ABA/UFRJ, 1995.
- OLIVEIRA, Maria Lúcia Lopes de. **Transformação das desigualdades de gênero? Narrativas da vida cotidiana e empoderamento de mulheres de assentamentos do Cariri paraibano**. Dissertação (Mestrado em Educação). João Pessoa, 2007.
- OLIVEIRA, Ricardo da Costa de. **Na Teia do Nepotismo: sociologia política das relações de parentesco e poder político no Paraná e no Brasil**. Curitiba: Insight, 2012.
- ORTIZ, Ivanice Teixeira Silva. **Meus filhos e minha “crias”**: escravos “de leite e de pé” no seio da família, na rota do tráfico e na luta pela liberdade (Caetitê, Alto Sertão, 1830-1871). Tese de doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020.
- PAIVA, Isadora Barreto. **JIMENEZ, Susana. A sociologia no Ensino Médio: uma revisão crítica dos estudos selecionados**. Revista Eletrônica Arma da Crítica. Ano 2. Número Especial. Dezembro de 2010. ISSN 1984-473.
- PALMA FILHO, J. C. **Pedagogia Cidadã – Cadernos de Formação – História da Educação** – 3. ed. São Paulo: PROGRAD/ UNESP/ Santa Clara Editora. 2005, p. 49-60.
- PEREIRA, Daniel Duarte. **Cariris paraibanos: do sesmarialismo aos assentamentos de reforma agrária. Raízes da desertificação?** 2008. 370f. (Tese de Doutorado em Recursos Naturais), Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais, Centro de Tecnologias e

Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande – Paraíba – Brasil, 2008. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/5476>

PEQUENO FILHO, José de Sousa. **Experiências vividas: escravidão e formação histórica de São João do Cariri 1783-1843** – Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2014. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/2045>

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. v. 1. João Pessoa: Universitária, 1977.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. **Escola Cidadã Integral Técnica Pedro Bezerra Filho**. Documento impresso fornecido pela direção da Escola. Camalaú – PB. 2021.

PUNTONI, Pedro. A Arte da Guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militar na expansão da fronteira da América Portuguesa, 1550-1700. **Novos Estudos**, n. 53, p. 189-204, mar. 1999.

QUEIROZ, Ivandro Batista de. **A História Social da Escravidão na Paraíba; Um Estudo de Caso: Sumé-PB (1873-1888)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2006.

RAMOS, M. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** 3ª. Edição. São Paulo. Editora Cortez, 2006.

REIS, João José; Silva, Eduardo. **Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

REESINK, Edwin B. **A felicidade do povo brasileiro: notas sobre a visão do mundo construído no discurso oficial a respeito de etnicidade e nações indígenas no Brasil e os embates de disputa simbólica**. Revista Mneme, 2004.

RIETVELD, João Jorge. **Aspectos históricos do catolicismo no Sul do Cariri paraibano**. Editor: Erik Manoel Farias de Brito. Campina Grande-PB, 2015.

RIETVELD, João Jorge. **Na Sombra do Umbuzeiro: História da Paróquia de São Sebastião do Umbuzeiro**. Imprell, João Pessoa-PB, 1999.

RIETVELD, João Jorge. **A Terra da Mulher que Rezava Fragmentos dos 100 anos de São João do Tigre - Paraíba(1895-1995)** Gráfica e Editora Jaraguá Ltda, João Pessoa-PB, 1995.

RIETVELD, Padre João Jorge; SILVA, Maricélio Januário da. **Centenário de Camalaú (1895-1995): Cem anos ao redor do seu padroeiro São José**. Gráfica e Editora Jaraguá Ltda, João Pessoa-PB, 1996.

RIETVELD, Padre João Jorge; XAVIER, Sandra Valéria da Silva; SILVA, Elaine Cristina de Sousa. **A Herança de Manoel Monteiro – Duzentos anos de Igreja Católica em Monteiro (1800-2000)**. Imprell, João Pessoa-PB, 2002.

ROCHA, Solange Pereira da. **Travessias atlânticas: Rotas do tráfico e a presença africana na Paraíba colonial**. Portuguese Studies Review, Vol. 14, No. 1, 2006.

SARANDY, Flávio Marcos Silva. Reflexões acerca do sentido da Sociologia no Ensino Médio. In: **Revista Espaço Acadêmico**. 2001. Disponível em <http://www.labes.fe.ufrj.br/index.php/pesquisa/artigos.html> > Acesso em: 13.05.2020.

SILVA, Lígia Maria Tavares da. **Terra de Morada: Diagnóstico socio-cultural do Assentamento Fazenda Santa Catarina, Monteiro - Paraíba**. João Pessoa: Para'iwa, 1997. 149 p.

SILVA, Romenyck Stiffen Barbosa da. **Fios, nós, redes e malhas: a feira de Santa Cruz do Capibaribe-PE**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2012.

SILVA, Simone Rezende da Silva; NASCIMENTO, Lisangela Kati do. **Negros e territórios quilombolas no Brasil**. Artigo, 2012.

SOARES, B. F. Dotadas de bens: os enlaces matrimoniais no sertão de Piranhas e Piancó (capitania da Paraíba do Norte, século XVIII). 2017. 145f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2017. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/1036>

SOARES, Maria Simone Morais. **Formação da rede urbana do sertão de Piranhas e Piancó da Capitania da Paraíba setecentista**. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2006.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano**. São Paulo: Ática, 2008.

SOUZA, Talita Tavares Batista Amaral de. **Escravidão Interna na África, Antes Do Tráfico Negroiro**. Dissertação (Mestrado) – IUPERJ. Rio de Janeiro, 2003.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

TAVARES, J. C. **DIÁSPORA AFRICANA: A EXPERIÊNCIA NEGRA DE INTERCULTURALIDADE**. In: *Cadernos Penesb* – Periódico do Programa de Educação sobre o

Negro na Sociedade Brasileira – FEUFF. Rio de Janeiro/ Niterói – EdUFF, n.10, 2008-2010, p.77-85.

TAVARES, J. de L. **Apontamentos para a História territorial da Parahyba**. Mossoró: ESAM. Coleção Mossoroense Vol. CCXLV. 1982.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TSETUNG, MAO. **Sobre a prática e sobre a contradição**. Expressão Popular: São Paulo, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. **Ideologia e escravidão: os letrados e a sociedade escravista no Brasil Colonial**. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

VASCONCELOS, Silvano Alberto de. **Ascensão e queda da economia algodoeira em Campina Grande: um estudo de caso (1907-1940)**. João Pessoa: UFPB, 1980, mimeo. (Dissertação de Mestrado em Engenharia da Produção).

WHITE, Anne Terry. **Arqueologia**. Trad. Sérgio Luiz Gomes. Rio de Janeiro: RECORD, 1964.

INVENTÁRIOS

ACERVO SOB A GUARDA DO FÓRUM NIVALDO DE FARIAS BRITO, SÃO JOÃO DO CARIRI/PB

Manoel Fernandes da Silva, 1816.

Antonio da Costa Figueiredo, 1867.

Vicente Ferreira da Costa, 1886.

ACERVO DO CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL DA CIDADE DE CAMALAU

Óbito de Avelino Bezerra Leite, 1938.

Escritura Pública de Venda de Terra, 1932.

Escritura Pública de Venda de Terra, 1938.